



INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 175/2025
Data: 11/11/2025**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
SETOR PORTUÁRIO ALERTA PARA PREJUÍZOS COM REDUÇÃO DO REPORTO PELO GOVERNO FEDERAL; ENTENDA	4
LICITAÇÃO DE CONDOMÍNIO LOGÍSTICO NO PORTO DE SANTOS TEM PEDIDO DE ANULAÇÃO FEITO POR ASSOCIAÇÃO; ENTENDA.....	5
MINISTRO DO STJ NASCIDO EM SANTOS LANÇA LIVRO SOBRE TRÁFEGO AQUAVIÁRIO.....	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
INDENIZAÇÃO DA BRASKEM FINANCIADA R\$ 5 BI EM OBRAS NA GRANDE MACEIÓ.....	7
INSTALAÇÃO DE USINAS DE GERAÇÃO CAIU 29% NO BRASIL E 57% NO NORDESTE	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	10
AGÊNCIA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A NAVEGAÇÃO INTERIOR	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
SILVIO COSTA FILHO REFORÇA COMPROMISSO COM DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA ABERTURA DO ESPAÇO DO DESENVOLVIMENTO, NA COP30	11
AMPLIAR PREVÉ INVESTIMENTOS DE R\$ 122,32 MILHÕES PARA MODERNIZAR AEROPORTOS EM CACOAL E VILHENA (RO)..	12
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ANUNCIA NOVAS AÇÕES PELA DESCARBONIZAÇÃO DO TRANSPORTE MARÍTIMO NA COP30	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
A ESTRADA DA RIQUEZA: BR-101/RJ, QUE IRÁ A LEILÃO NESTA TERÇA (11), É EIXO LOGÍSTICO FUNDAMENTAL PARA A CADEIA DO PETRÓLEO	15
RENAN FILHO DEFENDE LIDERANÇA DO BRASIL NA AGENDA GLOBAL DE COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS NA ABERTURA DA COP30	17
BE NEWS – BRASIL EXPORT	18
EDITORIAL – O DESAFIO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO	18
OPINIÃO – ARTIGOS – INSIGHT – ARTICULISTA - REUMANIZAR AS RELAÇÕES SOCIAIS	19
COP30 - PRESIDENTE DA COP30 PEDE URGÊNCIA E AÇÕES CONCRETAS CONTRA A CRISE CLIMÁTICA	20
COP30 - LULA COBRA AÇÃO GLOBAL POR TRANSIÇÃO JUSTA E ALERTA PARA RISCO DE COLAPSO CLIMÁTICO	21
COP30 - ONU VÊ FINANCIAMENTO INSUFICIENTE E PRESSIONA POR ENERGIAS RENOVÁVEIS NA COP30.....	23
COP30 - CHAMADA PÚBLICA DO BNDES RECEBE 45 PROPOSTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	24
COP30 - GOVERNO PRETENDE AMPLIAR MONITORAMENTO DE CIDADES SOB RISCO CLIMÁTICO.....	25
COP30 - COM MISSÃO DE TIRAR IDEIAS DO PAPEL, COP30 SERÁ A MAIS PRAGMÁTICA DE TODAS, DIZ HADDAD.....	26
COP30 - ACORDO ENTRE CNT E INFRA S.A. ABRE AGENDA DA ESTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	27
COP30 - BRASIL DEVE PRESSIONAR POR METAS MAIS AMBICIOSAS DE DESCARBONIZAÇÃO, DIZ RENAN FILHO	28
COP30 - MPOR DESTACA INTEGRAÇÃO ENTRE PORTOS, TRANSPORTE E AGENDA CLIMÁTICA NA COP30.....	29
TRANSPORTES PORTOS - PORTO DE AÇU ASSINA CARTA PARA CRIAR CORREDOR VERDE MARÍTIMO COM PORTO EUROPEU30	
TRANSPORTES PORTOS - PORTO SUDESTE RECEBE MAIOR NAVIO DE SUA HISTÓRIA E AMPLIA CAPACIDADE OPERACIONAL31	
TRANSPORTES NAVEGAÇÃO - PPP DE TRAVESSIAS HÍDRICAS CONQUISTA CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL	32
TRANSPORTES NAVEGAÇÃO - SP INICIA PREPARAÇÃO PARA DRAGAGEM HISTÓRICA NA TRAVESSIA DE Balsa DE ILHABELA.....	33
TRANSPORTES RODOVIAS - VIA ANCHIETA VAI GANHAR NOVA RAMPA DE ESCAPE	33
TRANSPORTES RODOVIAS - GOVERNO GAÚCHO PÚBLICA EDITAL E DEFINE DATA PARA LEILÃO DO BLOCO 2 DE RODOVIAS34	
TRANSPORTES RODOVIAS - TRUMP FAZ CRÍTICA AO BRASIL POR “CONSTRUÇÃO DE UMA RODOVIA” NA FLORESTA AMAZÔNICA.....	35
TRANSPORTES AVIAÇÃO - ANAC DISCUTE CONCESSÕES, MATRIZ DE RISCOS E INFRAESTRUTURA RESILIENTE EM EVENTOS DO SETOR	35
TRANSPORTES AVIAÇÃO - BRASIL AMPLIA COOPERAÇÃO AÉREA NA AMÉRICA LANA COM PACTOS FIRMADOS	36
LOGÍSTICA - MME ABRE CONSULTA PARA PRIMEIRO LEILÃO EXCLUSIVO DE ARMAZENAMENTO EM BATERIAS	37
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS E AMAZÔNICA ENERGY FIRMAM CONTRATO PARA LEVAR GÁS A ÁREAS REMOTAS DO NORTE.....	38
MINERAÇÃO - PL DOS MINERAIS CRÍTICOS ENTRA NA RETA FINAL NA CÂMARA	39
POLÍTICA - TARCÍSIO É O PRINCIPAL NOME PARA UNIR A DIREITA EM 2026, DIZEM PARLAMENTARES.....	41
POLÍTICA - POLÍCIA FEDERAL SE POSICIONA CONTRA MUDANÇAS DE DERRITE NO PL ANFAÇÃO: “RETROCESSO”.....	42
NACIONAL - HUB – CURTAS - FUNDO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PODE SE TORNAR MODELO GLOBAL, DIZ MINISTRO	43
Modelo global.....	43



INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 175/2025
Página 3 de 75
Data: 11/11/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Exemplo para o mundo	43
Fontes não renováveis	43
ATP na COP30	43
Painéis	43
POLÍTICA - PROJETO QUE CRIA SELO DE INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL AVANÇA NO CONGRESSO	43
POLÍTICA - RELATOR ACUSA CPMI DO INSS DE BLINDAR INVESTIGADOS QUE RECEBERAM R\$ 10 MILHÕES	45
FINANÇAS - BC DEFINE REGRAS PARA ATUAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CRIPTOATIVOS	46
TECNOLOGIA - SMART SAMPA PASSA A MONITORAR CÂMERAS DO AEROPORTO DE CONGONHAS, EM SÃO PAULO.....	47
FINANÇAS – STF CONSIDERA INCONSTITUCIONAL LEI PAULISTA QUE AUTORIZA CIDADES A PROIBIR MOTO POR APLICATIVO	49
JUSTIÇA - SUPREMO FORMA MAIORIA PARA LIMITAR MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	50
JORNAL O GLOBO – RJ.....	51
SEM CONCORRENTES EM LEILÃO, ARTERIS CONTINUARÁ À FRENTES DA CONCESSÃO DA AUTOPISTA FLUMINENSE NO RIO DE JANEIRO	51
BRASKEM VAI PAGAR R\$ 1,2 BI EM 10 ANOS COMO COMPENSAÇÃO A ALAGOAS POR AFUNDAMENTO DE CINCO BAIRROS EM MACEIÓ.....	53
NA COP30, UMA PROPOSTA DE AMBIENTE DIGITAL PARA PROJETOS DE CRÉDITOS DE CARBONO	54
MICROSOFT INVESTIRÁ US\$ 10 BILHÕES EM DATA CENTER PARA IA EM PORTUGAL	55
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	55
PORTA-AVIÕES SE APROXIMA DA VENEZUELA E AUMENTA PRESSÃO MILITAR DOS EUA CONTRA DITADURA CHAVISTA	55
CRISE DO ARROZ CONTRASTA COM NOVA SUPERSAFRA DE GRÃOS NO PAÍS.....	57
BRASIL VAI SEDIAR MAIOR EVENTO DE ENERGIA SOLAR DO MUNDO FEITO PELA 1ª VEZ FORA DA CHINA	59
INFLAÇÃO DESACELERA EM OUTUBRO E FICA EM 0,09%, MENOR RESULTADO PARA O MÊS DESDE 1998.....	60
VALOR ECONÔMICO (SP).....	62
MINÉRIO DE FERRO SOBE 0,20% NA BOLSA DE DALIAN	62
APEXBRASIL IMPULSIONA INTERNACIONALIZAÇÃO DE STARTUPS NO Web SUMMIT LISBOA 2025	62
MEGATENDÊNCIAS GLOBAIS DEFINEM AGENDA DA INDÚSTRIA MINERAL	64
MINERAÇÃO DA BAHIA ATRAI INVESTIMENTOS DE US\$ 9 BILHÕES.....	66
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	67
COMITÊ DE DESCARBONIZAÇÃO NO TRANSPORTE MARÍTIMO TERÁ 720 DIAS PARA DIAGNÓSTICO	67
ARTIGO - REFORMA TRIBUTÁRIA E A ISENÇÃO DE IBS E CBS PARA SERVIÇOS NAVAIS A EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS.....	68
NA COP 30, COSTA FILHO DEFENDE COMPROMISSO COM DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	72
ABRATEC PEDE ANULAÇÃO DE EDITAL PARA CESSÃO DE ÁREA EM SANTOS; APS DESTACA LEGALIDADE DO PROCESSO	72
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	74
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	75



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

SETOR PORTUÁRIO ALERTA PARA PREJUÍZOS COM REDUÇÃO DO REPORTO PELO GOVERNO FEDERAL; ENTENDA

ABTP afirma que corte de 10% no benefício fiscal pode afastar investimentos e comprometer projetos de expansão portuária

Por Bárbara Farias 11 de novembro de 2025



Com o Reporto, as empresas podem adquirir maquinários e equipamentos com a suspensão de tributos (Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo)

O incentivo fiscal concedido às empresas dos setores portuário e ferroviário por meio do Regime Tributário e Incentivo à Modernização e à Ampliação (Reporto), do Governo Federal, pode encolher em 10%. O Reporto foi incluído no Projeto de Lei Complementar (PLC) 221/2025, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos

Deputados, que estabelece um plano de redução de benefícios tributários da União.

O texto foi apresentado no dia 20 de outubro e aguarda despacho do presidente da Câmara Federal, Hugo Motta (Republicanos – PB). “O presidente da Câmara vai determinar a tramitação da proposta, ou seja, quais comissões temáticas vão analisar o PL, se o projeto é conclusivo nas comissões ou se será analisado pelo plenário. Somente após o despacho é possível saber detalhes da tramitação”, informou a Casa de Leis em nota.

O PLC 221/2025 estabelece que os benefícios federais de natureza financeira e creditícia da União serão reduzidos em, no mínimo, 10% no período de 2026 a 2027. A redução será implementada de forma gradual, sendo 5% em 2026 e mais 5% em 2027. Para o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, “a proposta gera insegurança jurídica e ameaça afastar investimentos de empresas internacionais que atuam no Brasil”.

Necessidade

Jesualdo lembrou que o Reporto foi prorrogado até 2027 pela Lei Complementar nº 214/2025, que regulamentou a reforma tributária. “Conseguimos provar a necessidade dele, e ele entrou até 2027, quando já se imagina que essa parte da reforma envolvendo bens de capital estaria plenamente implementada”, afirmou.

O representante das empresas portuárias privadas destacou, no entanto, que já há sinais de atraso na implementação dessa etapa da reforma, motivo pelo qual a ABTP defende a extensão do benefício até 2040. “Queríamos colocar uma salvaguarda para que, se houvesse algum atraso na implementação, o benefício não fosse prejudicado. Essa passa a ser nossa luta agora”.

Impactos

Quanto ao PLC 221/2025, Jesualdo disse que a redução de 10% no benefício fiscal, se vigorar, terá impacto direto nos custos de grandes empreendimentos. “Estamos falando de projetos de grande envergadura, com aquisição de equipamentos caríssimos, em dólar. Essa redução impacta o planejamento das empresas e pode até levar à desistência de projetos de manutenção ou expansão”, observou.

Ele ressaltou que, na prática, o Reporto só é aplicado na fase de importação dos equipamentos, quando o investimento já foi planejado e executado. “Os contratos para utilização do Reporto, em

sua maioria, já foram feitos. O processo é: a empresa planeja, implementa o projeto e só depois faz a encomenda dos equipamentos. Mudar a regra agora é mudar o jogo com a bola rolando”, criticou.

O presidente da ABTP alerta que a maior parte dos projetos de infraestrutura no Brasil não é feita apenas por empresas nacionais. “Muitas companhias do setor portuário têm 20 ou 30 terminais em outros países. Se o Brasil dificulta o investimento, os recursos vão migrar para ativos de fora”.

Jesualdo explicou que a ABTP está mobilizada junto à Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), que reúne mais de 320 parlamentares, além de atuar diretamente com os ministérios de Portos e Aeroportos (MPor) e dos Transportes. “Já começamos a agir. Vamos atuar em todas as instâncias para evitar que o Reporto sofra qualquer redução. Vamos mostrar que o País perde mais tentando diminuir o incentivo do que mantendo-o integralmente”, concluiu.

O Reporto é um regime aduaneiro especial, criado por meio da Lei 11.033/2004, para incentivar investimentos na recuperação, modernização e ampliação de portos e ferrovias brasileiras, com a suspensão e/ou isenção de tributos federais, como Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e PIS/Cofins-Importação.

Procurado, o Ministério da Fazenda não falou sobre o assunto.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/11/2025

LICITAÇÃO DE CONDOMÍNIO LOGÍSTICO NO PORTO DE SANTOS TEM PEDIDO DE ANULAÇÃO FEITO POR ASSOCIAÇÃO; ENTENDA

Associação afirma que o uso da área contraria o plano do Porto e pode comprometer a expansão da movimentação de contêineres

Por Maurício Martins 11 de novembro de 2025



Área fica na Avenida Augusto Barata, entre os bairros Alemao e Saboó; está previsto pátio para 460 caminhões, serviços e espaços para refeição e descanso de motoristas (Alexander Ferraz/AT)

A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) protocolou uma impugnação (pedido de anulação) contra o edital de licitação 1/2025, lançado pela Autoridade Portuária de Santos (APS) no mês passado, que prevê a cessão onerosa de uma área de

242 mil metros quadrados (m²) para implantação de um condomínio logístico na Margem Direita do Porto de Santos.

Segundo a entidade, o projeto desvia o uso de um espaço estratégico originalmente destinado à expansão da movimentação de contêineres, contrariando o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto, aprovado em 2020.

A Tribuna publicou matéria, no último dia 28 de outubro, sobre a intenção da APS. Na ocasião, a gestora informou que a área fica na Avenida Augusto Barata, entre os bairros Alemao e Saboó, em frente ao Terminal da BTP. O condomínio logístico prevê pátio regulador para 460 caminhões, serviços e espaços para refeição e descanso de motoristas. O investimento previsto é de R\$ 282,5 milhões. A região é considerada estratégica pela gestora do Porto por estar próxima aos principais terminais de contêineres e concentrar o sistema viário de acesso ao cais santista.

Decisão questionável

A Abratec argumenta que a decisão da APS de destinar a área a um empreendimento logístico não tem amparo técnico nem regulatório. “Uma iniciativa dessa natureza não pode prescindir de critérios

técnicos, planejamento e aderência ao marco regulatório. A destinação inadequada de uma área tão estratégica, que representa o equivalente a um terço da área total do Tecon Santos 10, coloca em risco o futuro do Porto de Santos e prejudica o interesse público. A revisão imediata é indispensável”, afirma o diretor-executivo da Abratec, Caio Morel.

Entre os pontos questionados, a entidade destaca que o edital foi lançado sem apresentação de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea), nem realização de audiência pública para comprovar que o empreendimento atende ao interesse público. Também não há, segundo a impugnação, estudos de impacto no tráfego ou na vizinhança.

Sem validação

A associação aponta ainda que a proposta não passou pela validação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), nem da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o que seria obrigatório quando há mudança significativa na destinação de áreas portuárias. Outro ponto criticado é o prazo curto para participação: apenas 22 dias entre a publicação e a entrega das propostas.

Para a Abratec, essas falhas comprometem a isonomia e a integridade do processo licitatório. A entidade sustenta que o redirecionamento da área reduz o potencial de expansão da capacidade de movimentação de contêineres.

Posicionamento

Em nota, a APS reafirma a “legalidade e a visão estratégica” do edital. “A estruturação do certame está alinhada aos princípios de eficiência, competitividade e, fundamentalmente, à correta aplicação do arcabouço normativo que rege o setor portuário brasileiro e o PDZ”.

A gestora do Porto afirma que a área não é destinada à movimentação ou armazenagem de mercadorias do transporte aquaviário. “O empreendimento é, em sua essência, uma plataforma de suporte logístico terrestre, focado na ordenação do fluxo de caminhões (truck center) e na oferta de serviços acessórios ao ciclo do contêiner”.

A APS acrescenta que a ausência de interface direta com instalações de acostagem (cais) afasta a exigência de arrendamento. A decisão pela licitação, diz a nota, é plenamente compatível com o PDZ. “O planejamento setorial prevê que as destinações pretendidas não possuem caráter de obrigatoriedade ou restrição, devendo ser avaliadas caso a caso”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/11/2025

MINISTRO DO STJ NASCIDO EM SANTOS LANÇA LIVRO SOBRE TRÁFEGO AQUAVIÁRIO

Obra organizada por Paulo Dias de Moura Ribeiro reúne 27 especialistas e discute a importância da Praticagem no Brasil

Por Ted Sartori 11 de novembro de 2025



Ministro Moura Ribeiro é santista e sempre conviveu com a entrada e saída de embarcações no Porto (Divulgação)

O santista Paulo Dias de Moura Ribeiro sempre apreciou o movimento de entrada e saída dos navios. As lembranças do atual ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ajudaram a construir, de forma técnica, o livro “Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário e a Atividade de Praticagem no Brasil” (Editora Foco).

Ele coordenou os textos de 27 especialistas no assunto com as mais diferentes graduações, dispostos em 336 páginas e que tratam de um tema ainda pouco explorado na literatura jurídica. O lançamento aconteceu no início de outubro, no Espaço Cultural do STJ, em Brasília.

"Sou nascido e criado em Santos. Fui habituado a ver a entrada e saída de navios pelo canal da Barra. E isso sempre foi um grande atrativo para toda a comunidade, um deleite ter esse privilégio. Convivi com essas coisas e daí a razão pela qual, quando veio a possibilidade de tratar sobre essa regulamentação do tráfego aquaviário por força da lei, achei que era oportunidade de eu poder, talvez, mostrar essa minha apreciação por essa movimentação dos navios, da imensidão das cargas e o número de empregos que são proporcionados, ou seja, de quanto isso representa em termos de capital, aquele que tem perfume e que tem alma", comenta Ribeiro.

Com prefácio do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, a obra aborda a Praticagem e as modernizações da atividade surgidas a partir da Lei 9.537/1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário).

"A atividade do prático, que é particular, é essencial para a movimentação das embarcações. O comando é sempre do comandante do navio, mas ele segue as orientações do prático, que é o homem talhado por concurso público, com a competência profissional de fazer a entrada e saída da embarcação, que conhece a movimentação das marés e do vento. E isso tudo é extremamente importante para a segurança, ao evitar acidentes, e para o meio ambiente que todos nós aplaudimos", afirma, agradecendo também a todos que integraram o livro.

Praticagem

"A atividade do prático, que é particular, é essencial para a movimentação das embarcações. O comando é sempre do comandante do navio, mas ele segue as orientações do prático, que é o homem talhado por concurso público, com a competência", Paulo Dias de Moura Ribeiro, ministro do STJ.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/11/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

INDENIZAÇÃO DA BRASKEM FINANCIARÁ R\$ 5 BI EM OBRAS NA GRANDE MACEIÓ

Anúncio de obras reforça presença do MDB em Maceió, reduto do prefeito JHC, e aquece cenário para 2026

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Pacote de investimentos contemplam obras de infraestrutura, saúde, educação e mobilidade em Maceió e região Metropolitana. Foto: Divulgação

Os 13 municípios da região Metropolitana de Maceió vão receber juntos um montante de R\$ 5 bilhões em investimentos em infraestrutura, saúde, educação e mobilidade. O anúncio foi feito pelo governo de Alagoas nesta segunda-feira (10) por meio de uma campanha institucional, veiculada nas TVs do estado.

Entre as maiores obras anunciadas estão a triplicação da rodovia AL-101 Sul, conclusão da duplicação da AL-101 Norte, urbanização de grotas e obras anteriormente anunciadas, como a construção de uma nova Central de Abastecimento (Ceasa) e reforma do mercado público do bairro de Jaraguá.

O governo também confirmou a construção de um hospital destinado aos idosos e o início das obras do hospital psiquiátrico Portugal Ramalho. Este último fica em uma área afetada pelo afundamento de solo, no bairro do Pinheiro, e será construído com recursos da Braskem.

Já para a educação, o anúncio contempla a construção de 15 escolas e outras quatro creches. Os municípios que receberão os equipamentos ainda não foram anunciados.

Dos R\$ 5 bilhões anunciados, cerca de R\$ 2,8 bilhões serão oriundos de recursos indenizatórios pagos pela Braskem ao Estado de Alagoas, em virtude dos efeitos da mineração de sal-gema em Maceió que resultou no afundamento e desocupação de cinco bairros.

Na região, escolas, hospitais, prédios públicos e residenciais tiveram que ser desocupados ou realocados para outras regiões da cidade.

O governador de Alagoas, Paulo Dantas, destacou que os investimentos anunciados vão impulsionar o desenvolvimento dos municípios da região Metropolitana, sendo o maior volume de recursos anunciado nos últimos anos.

“Este é um investimento que movimenta a economia, cria oportunidades e transforma o território em verdadeiro canteiro de obras. Cada iniciativa significa emprego na construção civil e renda para o comércio local”, afirmou o governador.



Governo incluiu conclusão da duplicação da AL-101 Norte em pacote de investimentos para Maceió e região Metropolitana. Foto: Agência Alagoas

Pacote de investimentos aquece disputa eleitoral em Maceió

O anúncio do pacote de investimentos era esperado há alguns meses e nos bastidores da política local especulava-se o efeito que resultaria nas eleições para o governo de Alagoas em 2026.

Tido como o principal adversário político do grupo político de Paulo Dantas e Renan Calheiros, o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (JHC), vem aparecendo como o grande rival do atual ministro dos Transportes, Renan Filho, em uma eventual disputa entre eles pela vaga de governador de Alagoas. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Falpe, divulgada no início do mês, mostra que Renan Filho e JHC estão em empate técnico na disputa para o governo. A pesquisa foi realizada em 37 municípios em diferentes regiões do estado.

Historicamente, o MDB, partido de Paulo Dantas e dos Calheiros, tem sofrido derrotas nas campanhas para cargos de prefeito em Maceió. A cidade foi a única no Nordeste onde Jair Bolsonaro venceu 11/11/25, 10:56 Governo de Alagoas anuncia R\$ 5 bi em obras na Grande Maceió Lula nas últimas eleições presidenciais.

O anúncio dos investimentos em Maceió e região Metropolitana é visto por analistas de política como uma tentativa de o MDB ganhar relevância na região Metropolitana, onde JHC possui domínio eleitoral.

No vídeo institucional veiculado em Alagoas figuras como o jornalista Márcio Canuto e o vendedor conhecido como Galego do Veneno, figuras populares no estado, participam do anúncio. O governo de Alagoas afirmou que as presenças endossam a importância da proposta do Estado em beneficiar a população da região.

“A estratégia visa garantir que a mensagem chegue a todos, reforçando o impacto do investimento que movimenta desde a construção civil até os pequenos negócios locais: o dono do restaurante, da mercearia, da oficina e dos fornecedores”, informou o Executivo Estadual.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 11/11/2025

INSTALAÇÃO DE USINAS DE GERAÇÃO CAI 29% NO BRASIL E 57% NO NORDESTE

Os investidores de energia renovável estão migrando pra outras regiões que tenham mais linhas de transmissão e menos cortes de geração

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Houve um recuo na implantação de usinas geração no Brasil nos 10 primeiros meses deste ano, comparando com o mesmo período de 2024. Foto: Agência Brasil

Os cortes de geração e a falta de linhas de transmissão provocaram uma queda maior no ritmo de instalação de usinas para produzir energia no Nordeste do que no restante do País. Nos 10 primeiros meses deste ano, foram instaladas usinas que acrescentaram um total 6.564,81 megawatts (MW) de geração (capacidade instalada) no Brasil, contra os 9.353 MW acrescidos de

janeiro a outubro do ano passado. A queda foi de 29%. No Nordeste, esta queda ficou em 57%, usando como base o mesmo período. Os investidores de energia renovável estão preferindo investir em outras regiões.

De janeiro a outubro de 2024, foram acrescentados 6.338 MW de capacidade de geração no Nordeste, enquanto este acréscimo ficou em 2.697 MW nos 10 primeiros meses deste ano, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

“A queda na instalação de novas usinas ocorre, em todo o País, principalmente porque o consumo de energia não está crescendo o suficiente para justificar novas expansões. Sem demanda, fica difícil encontrar compradores”, explica a diretora de Regulação e Estudos de Mercado da Thymos Energia, Mayra Guimarães.

Ela argumenta que está queda é maior no Nordeste, por causa de entraves estruturais, como falta de capacidade na rede de transmissão para conectar novos projetos e risco de corte de geração, principalmente em usinas solares e eólicas. “Mesmo onde há a capacidade da rede de receber a energia, os empreendimentos estão tendo cortes de geração”, comenta a diretora. Os cortes de geração são determinados pela Operador Nacional do Sistema (ONS) geralmente, quando há um excesso de geração de energia ou não há capacidade nas linhas de transmissão para escoar a energia produzida.

No curto prazo, Mayra diz que a maior consequência desta diminuição da expansão da geração é local, com menos obras e menos geração de renda, além de impactar também os fabricantes destes tipos de equipamentos. Ela argumenta que “no curto prazo, não há risco de falta de energia, porque o país tem uma sobreoferta”.

Já no médio e longo prazo surge um cenário mais preocupante. Mayra cita vários fatores que podem contribuir para um agravamento da atual situação: “nenhum investidor tem folego eterno para aguentar ter uma receita menor do que a esperada por causa dos cortes de geração. Toda vez que eles são cortados, estão perdendo dinheiro. É muito tempo perdendo dinheiro. Então, já começa a trazer uma preocupação um pouco mais estrutural quanto à segurança do setor”. Ela cita que no Chile muitas empresas de geração solar foram a falência por causa de um problema parecido com o que ocorre no Nordeste.

Também, nos médio e longo prazos, do ponto de vista energético, talvez comece a dar problema para atender o pico de consumo noturno, no começo da noite, de acordo com Mayra. O maior consumo de energia do Brasil é registrado neste horário.

Os cortes de geração têm provocado perda de receitas nas usinas solares e eólicas. Foto: Fernando Cavalcante

Há alguns anos, os estados do Nordeste – e mais recentemente Minas Gerais – ocupavam as primeiras posições nos levantamentos da Aneel sobre a instalação de novos empreendimentos de geração. No entanto, este cenário começou a mudar. Nos 10 primeiros meses deste ano, o Rio de Janeiro foi o estado que mais implantou capacidade de produzir energia, acrescentando 1.672 MW. No mesmo período, o estado que ficou na segunda posição foi Minas Gerais com 1.038 MW e o terceiro lugar ficou com a Bahia com um acréscimo de 1.011 MW. Os três estados receberam mais da metade de toda a capacidade de geração acrescida, de janeiro a outubro deste ano, que ficou em 6.564,81 MW.

Nos 10 primeiros meses de 2024, somente o Nordeste recebeu empreendimentos que acrescentaram mais 6.338 MW. Isso foi quase o que o Brasil inteiro recebeu no mesmo período de 2025. Ainda de janeiro a outubro do ano passado, os estados nordestinos que mais acrescentaram geração na sua matriz energética foram Bahia (2.171 MW), Rio Grande do Norte (1.775 MW) e o Piauí com mais 1.168 MW. Neste mesmo período, o Estado de Minas Gerais registrou um acréscimo de 2.239 MW.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 11/11/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AGÊNCIA REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A NAVEGAÇÃO INTERIOR



objetivo é aprimorar a técnica legislativa empregada, facilitando o acompanhamento e a compreensão por parte do mercado regulado e da sociedade.

Atualmente estão vigentes 11 resoluções que tratam do assunto. Com a revisão, que consta no Tema 1.1 da Agenda Regulatória ANTAQ 2025-2028, o objetivo é que a navegação interior seja disciplinada por seis normativos diferentes.

O tema passou por webinário técnico, ferramenta importante para garantir explicações mais detalhadas de temas complexos; e duas reuniões participativas, uma em Manaus (AM) e a segunda em Belém (PA).

ANTAQ vai reformular, simplificar e modernizar os normativos que tratam do tema

Brasília, 10/11/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta segunda-feira (10), audiência pública para discutir a revisão e modernização de todas as normas da navegação interior.

A proposta não promove modificações de mérito na regulamentação da ANTAQ. O

Além disso, o aperfeiçoamento do estoque regulatório passa, no momento, por consulta pública. No total, durante a audiência, uma pessoa contribuiu de forma oral. O período da consulta pública se estende até esta sexta-feira (14).

Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do aprimoramento das propostas de normas elaboradas no âmbito do Tema 1.1 da Agenda Regulatória 2025/2028 – "Revisão e simplificação do estoque regulatório da navegação interior" estão disponíveis neste link.

O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 14 de novembro de 2025, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia062025@antaq.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 11/11/2025

 Presidência da República

Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SILVIO COSTA FILHO REFORÇA COMPROMISSO COM DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA ABERTURA DO ESPAÇO DO DESENVOLVIMENTO, NA COP30



Iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com o Sistema Transporte e o Ministério dos Transportes, marca o início das atividades na Green Zone da conferência em Belém

Silvio Costa Filho reforça compromisso com descarbonização e transição energética na abertura do Espaço do Desenvolvimento, na COP30 - Foto: Jonilton Lima

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) participou, nesta segunda-feira (10), da abertura oficial do Espaço do Desenvolvimento, promovido pelo Sistema Transporte (Confederação Nacional do Transporte - CNT, Serviço Social do Transporte - SEST e SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte e Instituto de Transporte e Logística - ITL) em cooperação com o MPor e o Ministério dos Transportes, na Green Zone da COP30, em Belém (PA).

O evento reuniu autoridades, representantes do setor produtivo e organismos internacionais para debater os desafios e oportunidades da transição energética e da descarbonização do transporte, com destaque para a integração entre políticas públicas e inovação logística.



Em seu discurso, o ministro Silvio Costa Filho destacou a importância de integrar os modais portuário e hidroviário à agenda climática global, ressaltando que o Brasil tem papel estratégico na redução de emissões e na promoção de uma infraestrutura verde e eficiente. Ele ressaltou as iniciativas realizadas pelo MPor com políticas públicas voltadas à sustentabilidade e antecipou que, ao longo da conferência, serão apresentadas novas iniciativas voltadas à modernização e descarbonização do setor. “O Brasil tem condições de liderar a transição energética do transporte mundial, unindo sustentabilidade, eficiência e geração de empregos verdes”, afirmou o ministro.

Costa Filho ressaltou ainda que a presença do ministério na COP30 reforça o compromisso do governo com a construção de uma agenda integrada entre transporte, portos e meio ambiente. Ele afirmou que o estande da CNT tem como objetivo promover discussões sobre a transição energética e o combustível do futuro, além de abordar temas específicos nas áreas de navegação e aviação, como o SAF, combustível sustentável que representa uma das principais apostas do setor para reduzir emissões.

O ministro também destacou a parceria institucional entre o governo federal e o Sistema Transporte, ressaltando a contribuição da CNT para o desenvolvimento do país e a importância da atuação integrada entre os ministérios. “É uma alegria participar de um evento tão importante como este. A CNT é uma parceira fundamental da agenda de desenvolvimento do Brasil. Ninguém pode contar a história do nosso crescimento econômico sem falar da Confederação Nacional do Transporte, pelo papel que exerce de forma colaborativa e contributiva, sempre ajudando o país a avançar”, disse.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou o simbolismo da Rota COP30, iniciativa que percorreu o trajeto até Belém por via rodoviária, reforçando o compromisso do governo com ações concretas de sustentabilidade. “A Rota COP30 é um marco para a descarbonização do transporte e um exemplo de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada, com apoio da CNT. A ação demonstra que é possível unir eficiência logística, responsabilidade ambiental e parceria institucional”, afirmou.

Em seu discurso, o presidente da CNT, Vander Costa, destacou que o Brasil tem um legado consolidado na busca pela descarbonização e pela eficiência energética no transporte. Ele relembrou marcos fundamentais dessa trajetória, como o Proálcool, criado em 1975, e o Proconve (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores), iniciado em 1986. “Não há necessidade de inventar a roda. O Brasil já tem soluções”, pontuou o presidente. Ele também defendeu a renovação de frotas como estratégia essencial para alcançar uma redução significativa das emissões no transporte de cargas e passageiros.

Instalado na Green Zone da COP30, o Espaço do Desenvolvimento é coordenado pelo Sistema Transporte, composto pela CNT, SEST SENAT e ITL, e conta com o apoio do MPor e do Ministério dos Transportes. O espaço funciona como ponto de encontro entre governo, setor privado e sociedade civil, promovendo painéis técnicos sobre temas como mobilidade verde, inovação tecnológica e finanças sustentáveis. A programação inclui ainda parcerias com o Pacto Global da ONU e experiências que valorizam a cultura amazônica e a economia de baixo carbono.

A parceria entre o Ministério de Portos e Aeroportos, o Ministério dos Transportes e o Sistema Transporte reforça o compromisso do governo em acelerar soluções sustentáveis e consolidar o protagonismo do Brasil nas discussões internacionais sobre clima, logística e desenvolvimento econômico.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 11/11/2025

AMPLIAR PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 122,32 MILHÕES PARA MODERNIZAR AEROPORTOS EM CACOAL E VILHENA (RO)

Cidades rondonienses estão na primeira fase do programa que destina investimentos a 19 aeroportos regionais, sendo 9 na Amazônia Legal e 10 no Nordeste



Balneário Lagoa Azul uma das atrações turísticas de Cacoal (RO) - Foto: Marcelo Sokal/Prefeitura de Cacoal

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) irá investir R\$ 122,32 milhões, destinados à ampliação e modernização dos aeroportos localizados nos municípios de Vilhena e Cacoal, em Rondônia. As ações são parte da primeira fase do Programa Ampliar, que contempla um total de 19 aeroportos regionais. Deste total, 9 estão localizados na região da Amazônia Legal e os demais na Região Nordeste. O leilão para

estes aeroportos está previsto para o próximo dia 24 de novembro, na B3, em São Paulo.

Os investimentos visam destravar o potencial logístico da região, fortalecer o agronegócio e fomentar o turismo, adequando os terminais para receber aeronaves de maior porte e aumentar a frequência de voos, conectando o leste de Rondônia com os principais centros do país.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destaca que o programa tem por objetivo estimular a aviação regional brasileira com foco na melhoria da infraestrutura dos terminais. "O Ampliar é um programa estratégico para o fortalecimento regional e com este primeiro edital, vamos expandir a conectividade e criar novas rotas, estimulando o turismo e, o mais importante, gerando emprego e renda de qualidade para a população", disse.

Cacoal: a capital do café

A cidade de Cacoal é conhecida na região como a "Capital do Café" e, com o leilão, o aeroporto local receberá um investimento previsto de R\$ 49,03 milhões (Capex). A ampliação do terminal é considerada decisiva para o desenvolvimento regional, porque irá facilitar o acesso de investidores que são atraídos por um dos maiores rebanhos do estado e pelo cultivo do café. Além do agronegócio, o terminal modernizado facilitará o acesso de turistas às cachoeiras, lagoas e reservas ambientais da região.

"A possível ampliação do terminal representa um passo decisivo para o fortalecimento econômico, educacional e social de toda a região da Zona da Mata. Atualmente, o aeroporto de Cacoal é o único da região que recebe voos comerciais regulares, desempenhando um papel estratégico na integração do interior do estado com as principais capitais do país", pontuou o vice-prefeito da cidade, Tony Pablo de Castro Chaves.

Cacoal também desponta como um dos destinos turísticos mais promissores da Amazônia, com uma combinação única de belezas naturais, cultura indígena viva e hospitalidade acolhedora. O município oferece experiências como o etnoturismo Paiter Suruí, as rotas rurais e os balneários naturais, que atraem visitantes de todo o país. De acordo com a prefeitura de Cacoal, a cidade tem 1.298 leitos disponíveis em hotéis e pousadas.

"Além dos impactos econômicos, a melhoria da infraestrutura aeroportuária de Cacoal contribui para a integração regional, facilitando o acesso a políticas públicas, programas de desenvolvimento e investimentos privados. É uma iniciativa que promove inclusão territorial, reforça o papel de Cacoal como cidade-polo e estimula um crescimento equilibrado e sustentável para toda a Zona da Mata rondoniense", enfatizou o vice-prefeito.

Vilhena: O portal da Amazônia

O município de Vilhena é conhecido como o "Portal da Amazônia" e ponto de entrada obrigatório para a região da Amazônia ocidental. Para o aeroporto local, serão destinados R\$ 73,29 milhões (CAPEX).



O município, que se destaca pela produção agrícola diversificada e forte vocação para o setor de serviços, terá sua capacidade logística impulsionada. O investimento também visa capitalizar o Selo de Potencialidade Turística (Embratur) da cidade, fortalecendo sua rede hoteleira e o acesso às suas belezas naturais.

Incentivo ao desenvolvimento

O Ampliar colocará em oferta pública 19 aeroportos regionais localizados na Amazônia Legal e no Nordeste, regiões onde há déficit acentuado de infraestrutura aeroportuária. Por meio de processo competitivo simplificado, as concessionárias, com contratos de concessão vigentes com a União e que não estejam em extinção, poderão disputar os aeroportos por meio do maior deságio percentual ao preço mínimo estabelecido pelo governo no Plano Aerooviário Nacional (PAN).

Na primeira etapa do Ampliar, foram colocados em oferta pública os seguintes aeroportos: Tarauacá (AC), Barcelos (AM), Itacoatiara (AM), Parintins (AM), Itaituba (PA), Cacoal (RO), Vilhena (RO), Araguaína (TO), Porto Alegre do Norte (MT), Barreirinhas (MA), Guanambi (BA), Lençóis (BA), Paulo Afonso (BA), São Raimundo Nonato (PI), Araripina (PE), Garanhuns (PE), Serra Talhada (PE), Jericoacoara (CE) e Canoa Quebrada (CE).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/11/2025

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ANUNCIA NOVAS AÇÕES PELA DESCARBONIZAÇÃO DO TRANSPORTE MARÍTIMO NA COP30

Consulta pública de embarcações sustentáveis vai marcar o primeiro dia de programação em Belém

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) inicia sua participação na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) com anúncios estratégicos que reforçam o papel do Brasil na transição energética e na modernização sustentável da logística nacional. Na terça-feira (11), o ministro Silvio Costa Filho participa de eventos na Zona Azul da COP30, em Belém, apresentando medidas que consolidam a agenda brasileira de descarbonização do transporte marítimo e o fortalecimento da navegação interior.

As medidas fazem parte da Política de Sustentabilidade do MPor, lançada em 2025, e reforçam o compromisso do Brasil com uma transição energética justa e integrada ao desenvolvimento econômico. A atuação do ministério na COP30 evidencia o papel estratégico do país como articulador global de soluções para a descarbonização do transporte e para a construção de uma logística de baixo carbono, fortalecendo a imagem do Brasil como potência verde.

Durante a programação, será lançada a consulta pública da Portaria de Embarcações Sustentáveis, no âmbito do Programa BR do Mar. A iniciativa definirá critérios ambientais e sociais para a certificação voluntária de embarcações que operam na cabotagem, reconhecendo práticas que incentivem o uso de combustíveis de baixa emissão e promovam condições dignas de trabalho e inclusão social. Entre os parâmetros previstos estão o uso de etanol, biodiesel B24, HVO, metanol verde, bio-GNL, amônia e hidrogênio verde, além do monitoramento de eficiência energética (EEXI, EEDI e CII) e da adoção de planos de eficiência (SEEMP). A consulta ficará disponível na plataforma Participa + Brasil e será conduzida pelo MPor em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), abrindo espaço para contribuições do setor e da sociedade civil.

Entre os temas abordados, o ministro também destacará as ações em andamento voltadas à ampliação da navegação interior e à modernização da infraestrutura hidroviária nacional, que reforçam a integração regional e a eficiência logística.

Ainda no dia 11, o ministro Silvio Costa Filho participa do painel “Corredores Verdes e de Inovação: conexões sustentáveis para o futuro”, ao lado de representantes da Maersk, do governo da Noruega



e da organização SLOCAT. O debate abordará as estratégias para criação de rotas logísticas de baixo carbono, unindo inovação tecnológica, combustíveis limpos e eficiência operacional.

Com isso, o MPor reforça a convergência entre infraestrutura, sustentabilidade e competitividade, pilares centrais da nova economia verde brasileira.

Serviço

O quê: MPor no primeiro dia da COP30

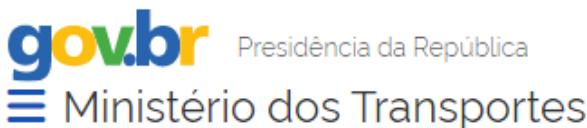
Data: Terça-feira, 11 de novembro

Horário: 13h45

Local: COP30 – Belém (PA), Zona Azul – Pavilhão Brasil

Fonte: GOV. Federal - BR - Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/11/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

A ESTRADA DA RIQUEZA: BR-101/RJ, QUE IRÁ A LEILÃO NESTA TERÇA (11), É EIXO LOGÍSTICO FUNDAMENTAL PARA A CADEIA DO PETRÓLEO

Com investimento de R\$10,18 bilhões, otimização do contrato da Autopista Fluminense vai ampliar segurança e fluidez numa das rotas mais estratégicas para a Bacia de Campos



Porto de Macaé movimenta cerca de 700 carretas por mês com equipamentos e insumos para a Bacia de Campos. BR-101/RJ é rota essencial para grande parte dos veículos. Foto: Gabriel De Angelis/MT

A indústria do petróleo é um grande motor da nossa economia: responde por cerca de 10% do PIB industrial brasileiro. O país ocupa a 9ª posição no ranking mundial de produção, com uma média de 300 mil barris/dia.

Nesse cenário, o Rio de Janeiro é protagonista: em 2024, as águas fluminenses foram responsáveis por 87% da produção nacional de petróleo. Mas para toda essa cadeia funcionar em alto mar, ela depende também do bom funcionamento das estradas.

E quem sempre pega a BR-101 para chegar ao trabalho é o Mateus, gerente setorial de Operações da Petrobras. São 6h30 da manhã quando ele deixa sua casa em Campos dos Goytacazes (RJ) rumo a Macaé (RJ). O trajeto de mais de 100 quilômetros até a Base de Imbetiba é rotina para ele há mais de 20 anos.

"Vi essa rodovia se transformar ao longo dos anos, mas sempre existe a expectativa de melhorar. Cada minuto a menos, dirigindo, por exemplo, é um minuto a mais com a minha família. Por isso a expectativa é sempre de melhoria", conta.

O trajeto de Mateus é compartilhado por milhares de trabalhadores, centenas de caminhões carregados de equipamentos e insumos, e uma complexa cadeia logística que mantém ativa uma das mais importantes regiões produtoras de petróleo e gás do Brasil, a Bacia de Campos.

"De produtos químicos transportados para a produção de petróleo, até os alimentos para as equipes que ficam nas plataformas de petróleo em alto mar, nós dependemos da BR-101 para tudo", explica Mateus.



infografico - petroleo no brasil.png

A rodovia, no trecho operado pela Autopista Fluminense, entre Niterói e a divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo, é a principal conexão terrestre da Bacia de Campos, conectando três municípios estratégicos - Macaé, Campos dos Goytacazes e São João da Barra - aos portos, bases operacionais e empresas que sustentam grande parte da produção do petróleo brasileiro. Com a otimização contratual da concessão, que irá a leilão nesta terça-feira (11), a BR-101/RJ irá ganhar novo fôlego.

"Eu tenho uma história, uma ligação forte com a BR-101. Meu pai foi motorista de caminhão, então era a rodovia que tirava meu pai de casa, mas também era a rodovia que trazia ele de volta. E, de modo geral, nessa região somos bem dependentes do transporte rodoviário. Por isso, entendo que a otimização é importante para nós", se emociona o funcionário da Petrobras.

A BR-101 sempre esteve presente na vida de Mateus: para o bem e para o mal.

"Teve períodos, depois das chuvas de verão, em que a rodovia ficava muito ruim e tive a infelicidade de perder dois pneus do carro cortados pelos buracos. Fiquei traumatizado", relembra.

As histórias revelam a transformação pela qual a BR-101/RJ passou nas últimas duas décadas. De uma rodovia de pista simples, esburacada, onde o tráfego pesado de caminhões deteriorava rapidamente os reparos, ela saltou para uma estrada moderna, com trechos duplicados, que proporcionam segurança e fluidez. Mas ainda existem obras travadas, que em breve sairão do papel, com a otimização do contrato.



A engrenagem que não pode parar

No Porto de Macaé, Daniel de Souza Perret, técnico de Logística de Transporte da Petrobras, acompanha o fluxo incessante de carretas que chegam ao único porto próprio da companhia para atendimento à logística offshore. São cerca de 700 veículos por mês, transportando aproximadamente 14 mil toneladas de equipamentos, materiais para sistemas de ancoragem e insumos essenciais para as operações nas plataformas da Bacia de Campos.

"A BR-101 é o principal eixo logístico, que atende tanto o Porto de Macaé quanto o Porto do Açu, então a melhoria de uma rodovia é sempre importante para o comércio local ou para as empresas que dependem dela. Qualquer gargalo logístico pode aumentar os custos de produção", observa o técnico. "Seria interessante a gente ter essa continuidade da duplicação porque vai reduzir tempo de deslocamento, trazer segurança", finaliza Daniel.

Luiz Césio Caetano, presidente da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), enxerga esse panorama com clareza técnica e estratégica.

"A BR-101 é o principal elo desta região Norte Fluminense e um dos grandes pilares para o desenvolvimento da cadeia de petróleo e

gás. Ela é uma rodovia fundamental para a competitividade de toda a indústria do estado”, afirma.

As atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural envolvem uma ampla gama de serviços e produtos, como perfuração e manutenção de poços, instalação e desmontagem de estruturas, suporte técnico e logístico, transporte aquaviário, indústria naval, manutenção de máquinas e equipamentos. Toda essa cadeia depende do transporte rodoviário.

“Não posso deixar de dizer da importância da BR-101. Ela transporta trabalhadores, mercadorias, moradores. Essa rodovia vai além de uma obra de infraestrutura, então é fundamental mantermos essa estrada em boas condições de trafegabilidade”, conclui.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/11/2025

RENAN FILHO DEFENDE LIDERANÇA DO BRASIL NA AGENDA GLOBAL DE COMBUSTÍVEIS SUSTENTÁVEIS NA ABERTURA DA COP30



Em Belém, ministro dos Transportes apresentou ações do Governo Federal para integrar sustentabilidade à logística e à infraestrutura

Renan Filho apresentou iniciativas brasileiras de descarbonização e inovação no setor de transportes na abertura da COP30. - Foto: Luiz Siqueira/MT

O ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou que o Brasil deve influenciar outros países na transição para combustíveis menos poluentes em atividades ligadas à infraestrutura. A declaração foi feita nesta segunda-feira (10), em Belém (PA), durante a abertura oficial da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). Segundo ele, ainda há pouca adesão mundial a compromissos efetivos com a real descarbonização dos modais logísticos.

“A transição energética é trabalhosa e faz com que muitos países grandes relutem em implementar essa agenda. O Brasil já vem fazendo isso ao longo do tempo, o que coloca o país na vanguarda para seguir pilotando e cobrando que o mundo tome providências semelhantes”, afirmou Renan Filho.

“No Ministério dos Transportes, transformamos compromissos ambientais em ações efetivas, com obras, investimentos e políticas públicas que mudam a realidade”, completou.

Brasil que inspira

Um dos marcos recentes alcançados pelo Governo Federal foi a modernização das normas técnicas de regulamentação do setor, com as Resoluções nº 1.005 e nº 1.015 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Desde o ano passado, essas normas viabilizam o uso industrial de veículos com propulsão alternativa, como gás natural liquefeito (GNL), biometano, hidrogênio e eletricidade.

Com a implementação das medidas, em apenas um ano, o número de caminhões pesados a gás licenciados já equivale a 70% do volume registrado nos cinco anos anteriores.

“O nosso país é um dos poucos do mundo que mistura biocombustíveis à gasolina e ao diesel, em grandes proporções. Estamos chegando a quase 30% de biocombustível na gasolina, o que significa menos emissão de gases que afetam o meio ambiente”, explicou o ministro.

Nos próximos dias, Renan Filho se reunirá com delegações estrangeiras para apresentar os resultados nacionais e incentivar que mais países adotem biocombustíveis em suas matrizes energéticas rodoviárias. A meta é reduzir emissões de carbono, promover o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, fortalecer o setor produtivo nacional, especialmente o agronegócio, com potencial de ampliar exportações.

Construindo o futuro

Nos últimos três anos, sob a gestão de Renan Filho, o Ministério dos Transportes retomou e acelerou mais de 1.100 obras públicas, além de realizar 20 novos leilões de concessão, somando mais de R\$ 40 bilhões em investimentos.

Pela primeira vez na história, a infraestrutura rodoviária federal passou a contar com metas explícitas de sustentabilidade, que determinam, por exemplo, a aplicação mínima de 2,5% do modelo econômico-financeiro dos contratos com a iniciativa privada em ações ambientais e de resiliência climática.

"Esse governo já assegurou US\$ 2,6 bilhões, com previsão de chegar a US\$ 4 bilhões até 2026, em recursos destinados a obras de adaptação, transição energética e proteção de ativos estratégicos diante de eventos climáticos extremos", afirmou o ministro.

Próximos capítulos

Durante a COP30, o Ministério dos Transportes terá presença ativa na programação da maior cúpula climática do planeta, com inaugurações de pavilhões, workshops sobre descarbonização de rodovias e ferrovias, e o lançamento de iniciativas inovadoras, como a Aliança pelo Transporte Sustentável na Amazônia e o projeto E-Dutra.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/11/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O DESAFIO DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A voz do secretário executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Simon Stiell, na abertura da COP30, nessa segunda-feira, dia 10, em Belém (PA), ecoou um diagnóstico urgente: apesar dos avanços na curva de emissões desde o Acordo de Paris, o mundo está perigosamente aquém da meta de 1,5º C. O alerta, amparado por relatórios da ONU, exige que o foco das negociações migre da retórica para a ação concreta, sobretudo no pilar do financiamento.

Stiell reforçou que a transição para a energia limpa é a "história de crescimento do século XXI", capaz de gerar empregos e fortalecer a resiliência global. No entanto, o sucesso dessa transformação depende da implementação do "mapa de Baku para Belém", que visa a acelerar a aplicação das energias renováveis e a duplicação da eficiência energética.

A urgência de defender o financiamento climático reside no imperativo de se viabilizar uma transição energética mais justa. Os valores acordados na COP 29, que prevêem a triplicação do financiamento climático para países em desenvolvimento para US\$ 300 bilhões anuais, até 2035, e a mobilização total de US\$ 1,3 trilhão por ano são um ponto de partida. Entretanto, a delegação brasileira e os países em desenvolvimento consideraram o valor insuficiente como base da meta, sublinhando que a justiça climática exige um aporte que corresponda à magnitude da crise. A transição não pode ser um luxo para poucos.

O secretário criticou duramente a inação, afirmando que vacilar enquanto desastres climáticos consomem o PIB mundial e espalham a fome não faz sentido, nem economicamente, nem politicamente. O financiamento robusto é o instrumento que irá acelerar a aplicação das renováveis e a duplicação da eficiência energética, permitindo que nações vulneráveis se protejam de desastres e aproveitem os benefícios do crescimento da energia limpa.

A adoção da agenda de ação brasileira na COP é vista como crucial para o avanço da transição. O incremento da cooperação internacional é o único caminho para compensar a insuficiência dos compromissos nacionais de redução de emissões (NDCs). O cenário de mega secas, aumento de conflitos e dizimação de vidas exige que as nações superem a passividade. O apelo de Stiell é que o mundo encare a transformação econômica da era com a rapidez que a ciência exige. A transição energética justa, impulsionada por um financiamento ambicioso, é a única forma de garantir que o limite de 1,5º C possa ser, de fato, o futuro do planeta. A COP30, em Belém, tem a responsabilidade de transformar essa visão em um ciclo de ação inadiável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – INSIGHT – ARTICULISTA - REUMANIZAR AS RELAÇÕES SOCIAIS



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

opiniao@portalbenews.com.br

Os estímulos excessivos fazem com que as pessoas teclem enquanto dirigem e não consigam ceder espaços ou escutar o outro. A “polarização política” talvez seja mais uma desumanização política, onde não se quer um diálogo construtivo para um futuro melhor. O que se quer é a eliminação do outro. A alteridade some. O humano some. É pouco provável ou nada provável que a saída seja por uma vitória. A saída será pela construção coletiva do diálogo

A falsa impressão de empreendedorismo invadiu as relações sociais em uma medida assustadora. Todos se acham empreendedores, criando uma sociedade do desempenho bem capturada pelo filósofo coreano Byung-Chul Han. Há uma nova face da violência, que é interna, invisível e disfarçada de alto desempenho e falsa liberdade. O ser humano se transformou em fiscal e algoz de si.

A concepção original do termo empreendedor vem da criação de novas ordens econômicas. O imaginado empreendedor da sociedade contemporânea vê no subemprego uma saída para as dificuldades econômicas das faltas de alternativas sociais e imagina que tem oportunidades iguais. Assim, dirige a sua moto ou qualquer outro veículo, como o trabalhador da urgência, não respeitando as regras mínimas do trânsito e enxerga os outros como obstáculos para seu sucesso, desumanizando as figuras dos pedestres, ciclistas e demais motoristas.

Este fenômeno tão visível no trânsito das grandes cidades brasileiras não será resolvido com vigilância e punição com radares ou multas. Este fenômeno coletivo de violência e pressa precisará ser enfrentado com humanização. O fim da gentileza surge quando não se vê o humano no outro. Como se tudo fosse um combate, uma guerra. Como se não houvesse nenhuma chance de diálogo construtivo. O outro é uma barreira e um inimigo para ser destruído.



Os estímulos excessivos fazem com que as pessoas teclem enquanto dirigem e não consigam ceder espaços ou escutar o outro. A “polarização política” talvez seja mais uma desumanização política, onde não se quer um diálogo construtivo para um futuro melhor. O que se quer é a eliminação do outro. A alteridade some. O humano some. É pouco provável ou nada provável que a saída seja por uma vitória. A saída será pela construção coletiva do diálogo.

Humanizar é desacelerar. Humanizar não é vigiar com mais e mais radares. É necessária uma humanização das políticas e dos diálogos públicos, ao invés de uma exposição continuada das relações como vencedores e perdedores. Os debates públicos devem voltar a ser humanos para todos e não apenas para alguns. O espaço público é um espaço de todos.

Precisamos ampliar as áreas verdes para o encontro e o convívio social, saindo do encontro apenas de veículos para retomar o encontro das pessoas. Precisamos compreender que estes momentos de violência são precedidos por uma história não vista. É necessário orientar para que motos parem de invadir os espaços dos pedestres, como calçadas e praças. Precisamos de campanhas de Instagram e TikTok, comunicando-nos com as novas gerações.

A mobilidade urbana na cidade vem sendo negligenciada em muitas medidas. As relações públicas de educação e saúde também. Precisamos reencontrar o país como um projeto de todos e para todos e não apenas para uns poucos que vencerão como verdadeiros empreendedores. Os falsos empreendedores precisarão despertar para esta condição e isso se dará com humanização e não com mais violência.

OS ESTÍMULOS EXCESSIVOS FAZEM COM QUE AS PESSOAS TECLEM ENQUANTO DIRIGEM E NÃO CONSIGAM CEDER ESPAÇOS OU ESCUTAR O OUTRO. A “POLARIZAÇÃO POLÍTICA” TALVEZ SEJA MAIS UMA DESUMANIZAÇÃO POLÍTICA, ONDE NÃO SE QUER UM DIÁLOGO CONSTRUTIVO PARA UM FUTURO MELHOR. O QUE SE QUER É A ELIMINAÇÃO DO OUTRO. A ALTERIDADE SOME. O HUMANO SOME. É POUCO PROVÁVEL OU NADA PROVÁVEL QUE A SAÍDA SEJA POR UMA VITÓRIA. A SAÍDA SERÁ PELA CONSTRUÇÃO COLETIVA DO DIÁLOGO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - PRESIDENTE DA COP30 PEDE URGÊNCIA E AÇÕES CONCRETAS CONTRA A CRISE CLIMÁTICA

André Corrêa do Lago destaca impacto de desastres recentes e diz que a conferência precisa avançar em adaptação, ciência e integração econômica

Da Agência Brasil



André Corrêa Lago (à esq.) recebe o martelo de Mukhtar Babayev, presidente da COP 29, para fazer a abertura da COP30

O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, ressaltou a necessidade de urgência na adoção de uma agenda de ações para enfrentar a crise climática global.

“Estamos quase lá, mas temos que fazer muito. O que mudou imensamente a minha percepção sobre esse processo é a questão da urgência”, disse o embaixador em discurso, após ter sido eleito por aclamação pelos delegados para presidir a conferência, nesta segunda-feira (10).

Corrêa do Lago fez menção a desastres naturais como o tornado que atingiu a cidade de Rio Bonito do Iguaçu (PR), a mais afetada, e em pelo menos outras 11 cidades da região centro-sul paranaense, deixando seis pessoas mortas e 750 feridos.

"A questão da urgência é o elemento adicional, que está tão presente e somos lembrados, com grande tristeza, como, por exemplo, essa semana no Brasil no Paraná, ou nas Filipinas ou poucas semanas atrás na Jamaica. Temos uma responsabilidade imensa", apontou.

Para o embaixador, desastres como esses ressaltam a importância de a COP resultar em ações concretas, unindo a ciência, a educação, a cultura e o multilateralismo.

"Esta portanto é uma COP de implementação. Eu espero que seja lembrada também como uma COP de adaptação, uma COP que vai avançar na integração do clima, na economia, nas atividades, na criação de emprego e mais do que tudo, uma COP que vai ouvir a ciência", afirmou.

O discurso de Corrêa do Lago foi precedido pelo presidente da COP29, Mukhtar Babayev, que fez um balanço do trabalho desenvolvido. Realizada em Baku, no Azerbaijão, a conferência aprovou uma nova meta de financiamento para ajudar os países a protegerem suas populações e economias contra desastres climáticos e a compartilharem os vastos benefícios do crescimento da energia limpa.

Entre os pontos acordados estão triplicar o financiamento climático para países em desenvolvimento, passando da meta anterior de US\$ 100 bilhões anualmente para US\$ 300 bilhões anualmente até 2035 e ampliar o financiamento aos países em desenvolvimento, proveniente de fontes públicas e privadas, para o montante de US\$1,3 trilhão por ano até 2035.

O valor foi considerado insuficiente pelos países em desenvolvimento e pela delegação brasileira, que demandaram US\$ 1,3 trilhão por ano como base da meta.

"O objetivo financeiro de Baku vai ser um sucesso. Precisamos ter o espírito desse acordo. As comunidades precisam ser protegidas e ter financiamento", defendeu Babayev. Para a presidência de Baku essa não é só uma promessa. "Vamos manter isso no sistema [da ONU] provando que a construção de novos acordos não é em vão. A busca para manter os doadores e patrocinadores dos US\$ 100 bi é real", acrescentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - LULA COBRA AÇÃO GLOBAL POR TRANSIÇÃO JUSTA E ALERTA PARA RISCO DE COLAPSO CLIMÁTICO

Na abertura da COP30, presidente defende fortalecimento da governança internacional, critica negacionismo e pede avanço no abandono dos combustíveis fósseis

Da Agência Brasil



Lula lembrou das diferenças entre países ricos, que poluem mais, e pobres, destacando que a emergência climática é uma crise de desigualdade perversa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu nesta segunda-feira (10) que a governança global precisa contribuir a favor de uma transição justa para economias de baixo carbono que evite um colapso climático planetário. A declaração foi dada na abertura da 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convención das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), realizada em Belém. O evento prossegue até o próximo dia 21.



TRAZER A COP PARA O CORAÇÃO DA AMAZÔNIA FOI UMA TAREFA ÁRDUA, MAS NECESSÁRIA. A AMAZÔNIA NÃO É UMA ENTIDADE ABSTRATA. QUEM SÓ VÊ FLORESTA DE CIMA DESCONHECE O QUE SE PASSA À SUA SOMBRA. O BIOMA MAIS DIVERSO DA TERRA É A CASA DE QUASE 50 MILHÕES, INCLUINDO 400 POVOS INDÍGENAS, DISPERSA POR NOVE PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, QUE ENFRENTAM IMENSOS DESAFIOS SOCIAIS E ECONÔMICOS". LUIZ INÁCIO

LULA DA SILVA
presidente do Brasil

"Uma transição justa precisa contribuir para reduzir as assimetrias entre o Norte e o Sul Global, forjadas sobre séculos de emissões. A emergência climática é uma crise de desigualdade. Ela expõe e exacerba o que já é inaceitável. Ela aprofunda a lógica perversa que define quem é digno de viver e quem deve morrer. Mudar pela escolha nos dá a chance de um futuro que não é ditado pela tragédia. O desalento não pode extinguir as esperanças da juventude. Devemos a nossos filhos e netos a oportunidade de viver em uma Terra onde seja possível sonhar", destacou o presidente.

Em seu discurso, o presidente citou o pensador indígena Davi Kopenawa para pedir clareza aos negociadores.

"O xamã yanomami Davi Kopenawa diz que o pensamento na cidade é obscuro e esfumaçado, obstruído pelo ronco dos carros e pelo ruído das máquinas. Espero que a serenidade da floresta inspire em todos nós a clareza de pensamento necessária para ver o que precisa ser feito".

Lula enfatizou que o aquecimento global pode empurrar milhões de pessoas para a fome e a pobreza, fazendo retroceder décadas de avanço, e lembrou do impacto desproporcional que mudança do clima causa sobre mulheres, afrodescendentes, migrantes e grupos vulneráveis, o que deve ser levado em conta nas políticas de adaptação.

O presidente reafirmou o papel dos territórios indígenas e de comunidades tradicionais nos esforços de mitigação do aumento das temperaturas, pela preservação das florestas e, consequentemente, a regulação do carbono na atmosfera. "No Brasil, mais de 13% do território são áreas demarcadas para os povos indígenas. Talvez ainda seja pouco".

Crítica aos negacionistas

Em seu discurso, Lula fez duras críticas aos que negam a ciência e usam a desinformação para contrariar as evidências trágicas das mudanças no clima global. Ele repetiu fala anterior de que a COP30 será a "COP da verdade".

"Na era da desinformação, os obscurantistas rejeitam não só as evidências da ciência, mas também os progressos do multilateralismo. Eles controlam algoritmos, semeiam o ódio e espalham o medo. Atacam as instituições, a ciência e as universidades. É momento de impor uma nova derrota aos negacionistas. Sem o Acordo de Paris, o mundo estaria fadado a um aquecimento catastrófico de quase cinco graus até o fim do século. Estamos andando na direção certa, mas na velocidade errada", apontou.

Acelerar ação climática

Lula pediu que os líderes acelerem as ações necessárias para conter o aumento da temperatura do planeta, voltou a defender um mapa do caminho para superar a dependência dos combustíveis fósseis - que causam 75% do aquecimento global -, e sugeriu a criação de um conselho mundial sobre o tema.

"Avançar requer uma governança global mais robusta, capaz de assegurar que palavras se traduzam em ações. A proposta de criação de um Conselho do Clima, vinculado à Assembleia Geral da ONU, é uma forma de dar a esse desafio a estatura política que ele merece", pontuou.

Ao citar o chamado à ação por parte do Brasil na COP30, Lula destacou a necessidade de formulação e implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) mais ambiciosas, garantia de financiamento transferência de tecnologia e capacitação aos países em desenvolvimento, além de priorizar políticas de adaptação aos efeitos da mudança do clima.

"A mudança do clima já não é uma ameaça do futuro. É uma tragédia do presente. O furacão Melissa que fustigou o Caribe e o tornado que atingiu o estado do Paraná, no Sul do Brasil, deixaram vítimas fatais e um rastro de destruição. Das secas e incêndios na África e na Europa às enchentes na América do Sul e no Sudeste Asiático, o aumento da temperatura global espalha dor e sofrimento, especialmente entre as populações mais vulneráveis", observou.

Coração amazônico

De improviso, antes de começar a ler o discurso oficial, Lula agradeceu ao povo do Pará e disse que os participantes da COP30 serão recebidos por "homens e mulheres muito alegres, muitos educados, que vão cuidar de vocês aqui nessa cidade como jamais foram cuidados".

O presidente ainda enfatizou a culinária paraense, ao sugerir que os visitantes comam maniocada e que é mais barato cuidar do clima do que fazer guerra, em alusão aos gastos militares que superam US\$ 2 trilhões e a necessidade de atingir US\$ 1,3 trilhão anuais para ação climática.

"Trazer a COP para o coração da Amazônia foi uma tarefa árdua, mas necessária. A Amazônia não é uma entidade abstrata. Quem só vê floresta de cima desconhece o que se passa à sua sombra. O bioma mais diverso da Terra é a casa de quase 50 milhões, incluindo 400 povos indígenas, dispersa por nove países em desenvolvimento, que enfrentam imensos desafios sociais e econômicos".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - ONU VÊ FINANCIAMENTO INSUFICIENTE E PRESSIONA POR ENERGIAS RENOVÁVEIS NA COP30

Secretário diz que recursos definidos na COP29 não atendem às necessidades dos países vulneráveis e alerta para risco econômico e social da inação climática

Da Agência Brasil



Simon Sell lembrou que é necessário colocar em prática o que foi acordado na COP29, no Azerbaijão: triplicar o financiamento climático para países em desenvolvimento

O secretário executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), Simon Sell defendeu nesta segunda-feira (10) o avanço no financiamento climático para uma transição energética mais justa, especialmente com o uso de energias renováveis, em detrimento dos combustíveis fósseis.

"Agora é a hora de focar em como fazer a transição de forma justa e alternada para acelerar a aplicação das renováveis e a duplicação da eficiência energética. Precisamos colocar em prática o mapa de Baku (onde foi sediada a COP29) para Belém", disse Sel durante a cerimônia de abertura da COP30.

Na COP 29, realizada em Baku, no Azerbaijão, foi aprovada nova meta de financiamento para ajudar os países a protegerem suas populações e economias contra desastres climáticos e a compartilharem os vastos benefícios do crescimento da energia limpa.

Entre os pontos acordados estão triplicar o financiamento climático para países em desenvolvimento, passando da meta anterior de US\$ 100 bilhões anualmente para US\$ 300 bilhões anuais até 2035 e ampliar o financiamento aos países em desenvolvimento, proveniente de fontes públicas e privadas, para o montante de US\$ 1,3 trilhão por ano até 2035.

O valor foi considerado insuficiente pelos países em desenvolvimento e pela delegação brasileira, que demandaram US\$ 1,3 trilhão por ano como base da meta.

Para o secretário, a adoção da agenda de ação apresentada pelo Brasil para a COP é crucial para avançar na transição.

"A agenda de ação não é algo supérfluo, é crucial para a missão. Mais do que isso, é para o bem da própria nação. Cada gigawatt de energia limpa cria mais empregos, cada ação para fortalecer a resiliência ajuda a salvar vidas, fortalecer as comunidades e proteger as cadeias globais das quais todos dependem. Esta é a história de crescimento do século XXI, a transformação econômica da nossa era", afirmou.

Em seu discurso, Sell fez um pequeno balanço dos 10 anos do Acordo de Paris. Na avaliação do secretário da UNFCCC, o acordo trouxe avanços na queda da curva de emissões de gases de efeito estufa, mas ainda há trabalho a ser feito. Como exemplo, ele citou o relatório da Organização das Nações Unidas, de outubro, mostrando que o mundo não será capaz de conter o aquecimento global abaixo de 1,5 grau Celsius (°C) nos próximos anos. "Há dez anos, em Paris, estávamos discutindo o futuro que desenharia a queda da curva de emissões. Um futuro que testemunharia claramente a queda da curva de emissões. Esse futuro chegou. De fato, a curva de emissões apresentou declínio e isso deve a salas como esta, com legislação governamental e respostas do mercado, mas não vou dourar a pílula. Precisamos agir muito, mas muito mais rápido, tanto na redução das emissões quanto no fortalecimento da resiliência. A ciência é clara, podemos e devemos reduzir as temperaturas ao limite de 1,5°C, após um desvio de curso temporário", acrescentou.

Cooperação internacional

O secretário defendeu que o caminho para a retomada na queda das emissões passa pelo incremento da cooperação internacional, uma vez que os compromissos nacionais de redução na emissão desses gases, as chamadas NDCs (Contribuição Nacionalmente Determinada) assumidos pelos países têm sido insuficientes.

"Não precisamos esperar que entrem em efetividade as NDCs, feitas para identificar as lacunas e desenhar as inovações necessárias para enfrentar os problemas. Nenhuma nação pode se dar a esse luxo, enquanto desastres climáticos consomem duas casas decimais do PIB [Produto Interno Bruto] mundial. Vacilar enquanto mega secas destroem plantações, fazendo os preços dispararem, não faz sendo nenhum, nem economicamente, nem politicamente. Discutir enquanto a fome se instala, forçando milhões a abandonar as suas terras natais, isso jamais será esquecido. Na medida em que os conflitos se espalham e os desastres climáticos dizimam a vida de milhões, enquanto já temos as soluções, isso jamais será perdoado", afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - CHAMADA PÚBLICA DO BNDES RECEBE 45 PROPOSTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Da Agência Brasil

A Chamada Pública de Mitigação Climática do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebeu 45 propostas de fundos de investimento, que, juntos, têm potencial de mobilizar até R\$73,7 bilhões em investimentos sustentáveis.

As propostas abrangem projetos de descarbonização de processos industriais, transição energética, infraestrutura para adaptação climática, tecnologia para agricultura verde, restauração ecológica, reflorestamento e conservação de florestas.

Segundo o BNDES, as propostas apresentadas demonstram uma demanda de R\$ 21 bilhões em apoio financeiro do Banco. Os números foram divulgados, nesta segunda-feira, 10, pelo presidente do Banco, Aloizio Mercadante, durante a abertura do Pavilhão BNDES, na COP30, em Belém (PA).

De acordo com Mercadante, o anúncio representa o retorno do BNDES à modalidade de investimento direto em empresas, o equity. "Isso significa escolher bons projetos e entrar como sócio para impulsionar inovação, novas tecnologias e crescimento produtivo. Já temos dois investimentos aprovados: um fundo de venture capital e uma empresa de Santa Catarina que desenvolve bioinsumos para a agricultura sustentável", disse.

Serão selecionados até sete fundos com projetos voltados à descarbonização, transição energética e reflorestamento. O resultado será divulgado em janeiro de 2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - GOVERNO PRETENDE AMPLIAR MONITORAMENTO DE CIDADES SOB RISCO CLIMÁTICO

A ideia é levar a cobertura do Cemaden para 70% da população brasileira, que tem sofrido com desastres ambientais nos últimos anos

Do Estadão Conteúdo



A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, quer criar o Sistema Nacional de Informações Georreferenciadas para fornecer os dados a todos os estados

O governo brasileiro vai ampliar a cobertura do Centro de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden). Até 2026, o centro que hoje monitora 1.133 municípios passará a monitorar 1.942 cidades - com isso, a cobertura chegará a 70% da população brasileira.

O Brasil tem sido vítima de sucessivos desastres ambientais. Nos últimos anos, o País viu catástrofes como as chuvas no Rio Grande do Sul e a seca na Amazônia. Mais recentemente, na semana passada, três tornados atingiram o Paraná e deixaram seis pessoas mortas.

A adaptação climática é uma das prioridades do governo brasileiro na Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP-30). "O convênio vai na direção de levar o que temos disponível de tecnologia para as cidades", afirmou a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos.

O Cemaden é o principal órgão de monitoramento de desastres do Brasil e já viveu sucessivas crises de falta de financiamento e escassez de mão de obra. Além da ampliação do Cemaden, o governo trabalha para disponibilizar os dados que hoje já existem a Estados e municípios. A ideia é que os entes usem essas informações para desenvolver políticas de adaptação à mudança do clima.

Uma proposta é criar um Sistema Nacional de Informações Georreferenciadas para fornecer os dados de forma compartilhada. Atualmente, o modelo existe apenas em três regiões metropolitanas: Belém (PA), Florianópolis (SC) e Teresina (PI). Agora, o formato será expandido para todo País.

"Vamos colocar o Cemaden, que tem estações geológicas e hidrológicas, que medem tanto a parte dos alagamentos, como também o deslizamento de barreiras, nós vamos fazer um acerto para que possa dispor dessas estações geológicas, hidrológicas, radar meteorológico, dados", afirma a ministra Luciana Santo.



Fundo de prevenção

Outra proposta do governo é a estruturação de um fundo para financiar projetos de prevenção a desastres em municípios de pequeno e médio porte, que tornem as cidades mais resilientes à mudança do clima. O ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou que o haverá um aporte inicial de R\$ 100 milhões. A ideia é mobilizar atores do setor privado para que possam contribuir.

O ministro se reuniu com representantes da União Europeia para pedir apoio à iniciativa em favor das cidades brasileiras. O governo ainda não tem clareza sobre o funcionamento do mecanismo que pode inclusive ser incorporado ao "Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos (Fierce)".

"O que a gente tem percebido é que os projetos, quando chegam para nós, não são projetos consistentes. A gente precisa financiar isso. Mas não adianta só arrumar o financiamento, tem que também ajudar na montagem desses projetos ", disse Jader Filho.

Inovação agrícola

Um pacote de inovação agrícola também foi anunciado, nesta segunda-feira, com recursos bilionários do setor privado para impulsionar a adaptação à mudança do clima. A definição da meta global de Adaptação é um dos itens da agenda da COP-30. A expectativa é de que os países concordem em estabelecer indicadores para mensurar a adaptação em todo o mundo. No momento, cerca de cem indicadores, que passam por áreas como saúde, educação, entre outras, estão sobre a mesa dos negociadores.

Assim como em outras áreas de negociação, o tópico mais sensível é a definição do financiamento para colocar em prática as medidas de adaptação. O governo brasileiro acompanha o tema com atenção sobretudo devido aos últimos desastres no País. O presidente da COP-30, André Corrêa do Lago, afirmou que "gostaria muito que essa COP fosse lembrada como uma COP de adaptação."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - COM MISSÃO DE TIRAR IDEIAS DO PAPEL, COP30 SERÁ A MAIS PRAGMÁTICA DE TODAS, DIZ HADDAD

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira que considera a COP30 "a mais pragmática das COPs", e acredita que a Cúpula realizada em Belém pretende "tirar do papel" algumas ideias.

"A pedido do presidente Lula, resolvemos apresentar propostas concretas", disse em entrevista à CNN na tarde desta segunda-feira. Ele citou o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês), que visa angariar pelo menos US\$ 10 bilhões durante a presidência brasileira. "Estamos com US\$ 5,5 bilhões anunciados" informou Haddad.

Sobre a posição da Alemanha de não anunciar aporte para o fundo durante a Cúpula de Belém, Haddad reconheceu a expectativa por um "aporte considerável" daquele país. "Calculo que, até o final deste ano, a Alemanha anuncie o apor te", disse. Ele ainda citou nesse contexto o acordo Mercosul União Europeia, dizendo que a assinatura do acordo está próxima.

"Acredito que vamos superar, durante a presidência do Brasil - que começa agora e dura um ano - os US\$ 10 bilhões. Acredito que o Brasil pode surpreender e ambicionar mais. A depender da evolução e do anúncio da Alemanha, nós podemos superar essa marca." Ele mostrou otimismo dizendo que há "chancela importante" à iniciativa brasileira, inclusive pelo apoio do Banco Mundial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - ACORDO ENTRE CNT E INFRA S.A. ABRE AGENDA DA ESTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Parceria entre as duas entidades para o Programa Melhorar marca estreia do espaço dedicado ao transporte na COP3

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, e o presidente do Sistema Transporte, Vander Costa, exibem o protocolo para implementação e desenvolvimento do Programa Melhorar

as duas instituições e subsidiar a elaboração de um relatório técnico com propostas de aprimoramento da iniciativa.

De acordo com a CNT, o Programa Melhorar busca consolidar uma política pública de transporte sustentável voltada à redução de emissões, ao incentivo à inovação tecnológica e ao avanço de uma logística mais limpa e competitiva. A estrutura prevê a criação de uma rede nacional de postos de avaliação veicular, credenciados e supervisionados pela Infra S.A., responsáveis por monitorar emissões de poluentes, consolidar dados e emitir certificações ambientais, o Selo Melhorar. “Com esse entendimento, estamos trabalhando para cuidar do combustível que usamos, cuidar da qualidade do ar, cuidar do planeta”, afirmou o diretor presidente da Infra S.A., Jorge Bastos.

A formalização da parceria ocorreu no mesmo dia em que a Estação do Desenvolvimento abriu suas portas na COP30 Pela primeira vez na história das Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, o transporte ocupa um espaço próprio e inteiramente dedicado ao tema. Instalado na Green Zone – área da COP destinada à sociedade civil, empresas, ONGs, instituições e ao público em geral –, o espaço é uma iniciativa do Sistema Transporte (CNT, Sest Senat e Instituto de Transporte e Logística - ITL) e se apresenta como um hub de conhecimento, debates e soluções em mobilidade sustentável.

Com 500 m², a Estação abriga uma arena de debates com capacidade para até 60 pessoas e receberá autoridades, especialistas e representantes do setor produtivo ao longo das próximas duas semanas.

O presidente do Sistema Transporte, Vander Costa, destacou que o Brasil já possui uma trajetória consolidada na busca por alternativas de menor impacto ambiental. Ele mencionou o Proálcool, criado em 1975, e o Proconve, iniciado em 1986, como marcos essenciais na transição para um transporte menos poluente.

“Estamos aqui para conversar sobre alternativas que possam fazer o setor avançar com segurança, racionalidade e menor emissão de gases de efeito estufa. Não há necessidade de inventar a roda. O Brasil já tem soluções”, afirmou, reforçando a renovação de frotas como uma das estratégias para redução de emissões.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - BRASIL DEVE PRESSIONAR POR METAS MAIS AMBICIOSAS DE DESCARBONIZAÇÃO, DIZ RENAN FILHO

Durante participação na COP30, ministro destaca evolução do país na adoção de biocombustíveis e no uso industrial de veículos a gás, hidrogênio e eletricidade

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Renan Filho vai se reunir com delegações estrangeiras para mostrar ações nacionais e incentivar a adoção de biocombustíveis nas matrizes energéticas rodoviárias

durante a abertura oficial da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). Segundo ele, ainda há pouca adesão mundial a compromissos efetivos com a real descarbonização dos modais logísticos.

"A transição energética é trabalhosa e faz com que muitos países grandes relutem em implementar essa agenda. O Brasil já vem fazendo isso ao longo do tempo, o que coloca o país na vanguarda para seguir pilotando e cobrando que o mundo tome providências semelhantes", afirmou Renan Filho.

"No Ministério dos Transportes, transformamos com promissos ambientais em ações efetivas, com obras, investimentos e políticas públicas que mudam a realidade", completou.

Segundo o Ministério dos Transportes, um dos marcos recentes alcançados pelo Governo Federal foi a modernização das normas técnicas de regulamentação do setor, com as Resoluções nº 1.005 e nº 1.015 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Desde o ano passado, essas normas viabilizam o uso industrial de veículos com propulsão alternativa, como gás natural liquefeito (GNL), biometano, hidrogênio e eletricidade.

Com a implementação das medidas, em apenas um ano, o número de caminhões pesados a gás licenciados já equivale a 70% do volume registrado nos cinco anos anteriores.

"O nosso país é um dos poucos do mundo que mistura biocombustíveis à gasolina e ao diesel, em grandes proporções. Estamos chegando a quase 30% de biocombustível na gasolina, o que significa menos emissão de gases que afetam o meio ambiente", explicou o ministro.

Nos próximos dias, Renan Filho se reunirá com delegações estrangeiras para apresentar os resultados nacionais e incentivar que mais países adotem biocombustíveis em suas matrizes energéticas rodoviárias. A meta é reduzir emissões de carbono, promover o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, fortalecer o setor produtivo nacional, especialmente o agronegócio, com potencial de ampliar exportações.

O Ministério dos Transportes informou que, nos últimos três anos, sob a gestão de Renan Filho, a pasta retomou e acelerou mais de 1.100 obras públicas, além de realizar 20 novos leilões de concessão, somando mais de R\$ 40 bilhões em investimentos.

Ainda segundo o ministério, pela primeira vez na história, a infraestrutura rodoviária federal passou a contar com metas explícitas de sustentabilidade, que determinam, por exemplo, a aplicação mínima de 2,5% do modelo econômico financeiro dos contratos com a iniciativa privada em ações ambientais e de resiliência climática.

“Esse governo já assegurou US\$ 2,6 bilhões, com previsão de chegar a US\$ 4 bilhões até 2026, em recursos destinados a obras de adaptação, transição energética e proteção de avos estratégicos diante de eventos climáticos extremos”, afirmou o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

COP30 - MPOR DESTACA INTEGRAÇÃO ENTRE PORTOS, TRANSPORTE E AGENDA CLIMÁTICA NA COP30

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Silvio Costa Filho falou sobre a importância de integrar os modais portuário e hidroviário, destacando as iniciativas do ministério com foco em sustentabilidade

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) participou, nesta segunda-feira (10), da abertura oficial do Espaço do Desenvolvimento, promovido pelo Sistema Transporte em cooperação com a pasta e o Ministério dos Transportes, na Green Zone da COP30, em Belém (PA).

O evento reuniu autoridades, representantes do setor produtivo e organismos internacionais para debater os desafios e oportunidades da transição energética e da descarbonização do transporte, com destaque para a integração entre políticas públicas e inovação logística.

Em seu discurso, o ministro Silvio Costa Filho destacou a importância de integrar os modais portuário e hidroviário à agenda climática global, ressaltando que o Brasil tem papel estratégico na redução de emissões e na promoção de uma infraestrutura verde e eficiente. Ele ressaltou as iniciativas realizadas pelo MPor com políticas públicas voltadas à sustentabilidade e antecipou que, ao longo da conferência, serão apresentadas novas iniciativas voltadas à modernização e descarbonização do setor. “O Brasil tem condições de liderar a transição energética do transporte mundial, unindo sustentabilidade, eficiência e geração de empregos verdes”, afirmou o ministro.

Costa Filho ressaltou ainda que a presença do ministério na COP30 reforça o compromisso do governo com a construção de uma agenda integrada entre transporte, portos e meio ambiente.

Instalado na Green Zone da COP30, o Espaço do Desenvolvimento é coordenado pelo Sistema Transporte, composto pela Confederação Nacional do Transporte - CNT; Serviço Social do Transporte - Sest e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat; e Instituto de Transporte e Logística - ITL, e conta com o apoio do MPor e do Ministério dos Transportes.

Costa Filho afirmou que o estande tem como objetivo promover discussões sobre a transição energética e o combustível do futuro, além de abordar temas específicos nas áreas de navegação e aviação, como o SAF, combustível sustentável que representa uma das principais apostas do setor para reduzir emissões.

O ministro também destacou a parceria institucional entre o governo federal e o Sistema Transporte, ressaltando a contribuição da CNT para o desenvolvimento do país e a importância da atuação integrada entre os ministérios.

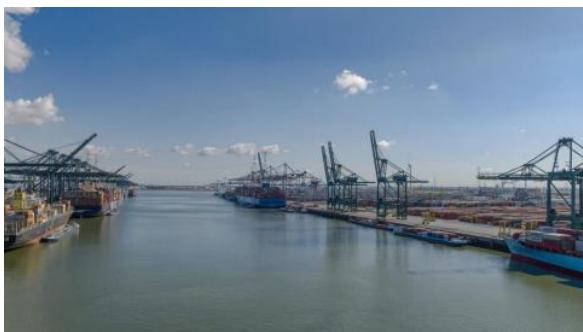
“É uma alegria participar de um evento tão importante como este. ACNT é uma parceira fundamental da agenda de desenvolvimento do Brasil. Ninguém pode contar a história do nosso crescimento econômico sem falar da Confederação Nacional do Transporte, pelo papel que exerce de forma colaborativa e contributiva, sempre ajudando o país a avançar”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS - PORTO DE AÇU ASSINA CARTA PARA CRIAR CORREDOR VERDE MARÍTIMO COM PORTO EUROPEU

Acordo com o Porto de Antuérpia-Bruges, da Bélgica, prevê início do corredor verde antes de 2030
Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Um dos maiores hubs industriais da Europa, o Porto de Antuérpia-Bruges prevê a importação de até 10 milhões de toneladas de amônia verde por ano até 2030

O Porto do Açu, terminal privado localizado em São João da Barra, no Rio de Janeiro, assinou uma carta de intenções para a criação de um corredor marítimo verde. O acordo foi firmado com o Porto de Antuérpia-Bruges, da Bélgica.

A companhia afirmou que o convênio tem o potencial para se tornar a primeira grande rota de exportação de e-combustíveis do mundo. O objetivo é que o corredor entre em operação antes de 2030. O acordo é resultado de um estudo de pré-viabilidade desenvolvido pelo Rocky Mountain Institute (RMI) e Global Maritime Forum (GMF).

“Trabalhamos para que o Porto do Açu seja um hub global de exportação de combustíveis marítimos de emissão zero, estrategicamente posicionado para conectar a produção brasileira à crescente demanda europeia por soluções de baixo carbono. A criação do corredor reforça nossa estratégia de ser o porto da transição energética no Brasil”, afirmou Rogério Zampronha, CEO da Prumo.

De acordo com o estudo de pré-viabilidade, o corredor Açu Antuérpia oferece vantagens comerciais, tais como: a operação dos navios pode se aproximar da paridade de custos com combustíveis convencionais com os novos incentivos da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês); a infraestrutura necessária já foi mapeada, incluindo terminais, protocolos de segurança e requisitos regulatórios; e há viabilidade comercial para atender à demanda europeia com baixo risco de compliance.

“A parceria com o Porto de Antuérpia-Bruges mostra o poder da cooperação internacional e como podemos contribuir para uma economia marítima sustentável e circular. O Açu é um ecossistema que entrega resultados reais, com disponibilidade de energia e um modelo de porto privado que garante agilidade, eficiência e os mais altos padrões ESG”, comentou Eugenio Figueiredo, CEO do Porto do Açu.

O Porto de Antuérpia-Bruges é considerado um dos maiores hubs industriais da Europa. O complexo portuário projeta a importação de seis a dez milhões de toneladas de amônia verde por ano até 2030, o equivalente a 1,2 a 1,5 milhão de toneladas de hidrogênio verde. Essa demanda de mercado pode ser atendida pela produção brasileira, incluindo a prevista para o hub de hidrogênio e derivados do Porto do Açu.

“A parceria com o Porto do Açu é um marco na construção de um corredor transatlântico de energia verde. Juntos, estamos preparando os primeiros fluxos de importação de amônia verde do Açu para Antuérpia Bruges, impulsionando uma economia marítima verdadeiramente sustentável e circular”, disse Kristof Waterschoot, CEO do Porto de Antuérpia-Bruges Internacional.

A companhia afirmou que o próximo passo para a viabilização do corredor Açu-Antuérpia será um estudo de viabilidade completo, que detalhará custos, contratos de offtake, disponibilidade de navios e motores compatíveis, e a estrutura financeira do projeto, combinando incentivos da IMO (Organização Marítima Internacional), programas brasileiros e políticas europeias.

Hub de hidrogênio

O Porto de Açu vem trabalhando nos últimos anos como importante polo de produção de hidrogênio de baixo carbono e combustíveis limpos no setor portuário. Em apenas um ano, a primeira área licenciada, abrangendo 1 milhão de metros quadrados, foi totalmente destinada a projetos focados na exportação de amônia verde e etanol para mercados internacionais. O licenciamento ambiental para mais 4,5 milhões de metros quadrados está em andamento para atender à crescente demanda de investidores no terminal.

Segundo a companhia, cinco desenvolvedores internacionais garantiram seis reservas de terrenos dentro do hub de hidrogênio e Derivados do Açu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | PORTOS - PORTO SUDESTE RECEBE MAIOR NAVIO DE SUA HISTÓRIA E AMPLIA CAPACIDADE OPERACIONAL

Terminal de Itaguaí carregou 1 milhão de barris no VL Prime, do tipo VLCC, reforçando o papel estratégico da Baía de Sepetiba nas exportações de petróleo

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



A embarcação recebeu 1 milhão de barris de petróleo em uma operação que durou 18 horas, antes de ir para Santos. O destino, em seguida, será a Holanda

O Porto Sudeste, terminal privado localizado em Itaguaí (RJ), recebeu no último dia 4 o maior navio de sua história. O VL Prime, embarcação do tipo VLCC (Very Large Crude Carrier), tem a capacidade de transportar 2 milhões de barris de petróleo (cerca de 320 mil toneladas).

O navio chegou ao porto vazio, advindo do condado de Luoyan, na China. O Porto Sudeste carregou a embarcação com 1 milhão de barris de petróleo e ela seguiu para o Porto de Santos para mais uma operação de carregamento. O destino final é o Porto de Roterdã, na Holanda.

Victor Pessoa, gerente de operações com granéis líquidos do Porto Sudeste, conta que a operação durou cerca de 18 horas e que ela exemplifica todo o preparo logístico que a empresa construiu ao longo dos anos. “A operação com o VL Prime em Itaguaí representa um avanço estratégico significativo em termos de competitividade logística e capacidade operacional. A possibilidade de operar navios do tipo coloca o Porto Sudeste em um patamar competitivo com terminais internacionais”, conta.

Anteriormente, o navio de maior porte que havia operado no terminal era o Cape Apolo, do tipo Woxmax, com capacidade para 250 mil toneladas. A embarcação do tipo graneleiro foi carregada com minério de ferro.

O Porto Sudeste foi projetado para movimentar diversos tipos de granéis sólidos, em especial o minério de ferro e líquidos. Tem capacidade para movimentar 50 milhões de toneladas por ano, com licença de expansão para até 100 milhões de toneladas/ano.

Localizado em área abrigada na Baía de Sepetiba, o empreendimento é considerado estratégico para o escoamento da produção de minério de ferro vindo de Minas Gerais, e para as operações de transbordo de petróleo e derivados dos navios que vêm da Bacia de Santos, berço do pré-sal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO - PPP DE TRAVESSIAS HÍDRICAS CONQUISTA CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL

O projeto prevê a modernização de 14 linhas em diferentes regiões do estado, com investimento esmado em R\$ 2,5 bilhões

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O Travessias Hídricas prevê a substituição gradual da frota movida a diesel por mais de 40 embarcações 100% elétricas

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), alcançou um marco inédito na área de infraestrutura sustentável: o projeto da Parceria Público-Privada (PPP) de Travessias

Hídricas recebeu a certificação Blue Dot Network (BDN), concedida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Trata-se do primeiro projeto no Brasil a conquistar o selo ainda na fase de estruturação, antes mesmo do leilão — que será realizado no dia 13 de novembro, na B3. A certificação Blue Dot Network é o principal reconhecimento internacional de qualidade em infraestrutura e foi comunicada ao governo paulista durante encontro entre o CEO do BDN Executive Consultation Group, Philippe Valahu, o secretário-executivo da SPI, Diego Domingues, e o diretor-presidente da CPP, Edgard Benozatti Neto.

Desenvolvida pela OCDE em parceria com países como Estados Unidos, Japão e Reino Unido, a Blue Dot Network garante que o projeto atende aos mais altos padrões globais de governança, sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e transparência financeira. Até agora, as demais certificações concedidas no país ocorreram apenas em empreendimentos na fase de implantação, reforçando o pioneirismo do Governo de São Paulo ao conquistar o selo durante o processo de modelagem e estruturação.

“Essa certificação reforça o compromisso do Governo de São Paulo com a estabilidade regulatória, as boas práticas de governança e a entrega de projetos sustentáveis de alto padrão. Ela mostra que o Estado está preparado para atrair investimentos internacionais e conduzir parcerias com segurança e transparência”, afirmou Rafael Benini, Secretário de Parcerias em Investimentos.

Investimento

O projeto das Travessias Hídricas prevê a modernização de 14 linhas em diferentes regiões do estado, com investimento estimado em R\$ 2,5 bilhões. A iniciativa, conduzida em conjunto pela SPI e pela Semil, contempla a substituição gradual da frota movida a diesel por mais de 40 embarcações 100% elétricas, beneficiando cerca de 40 mil pessoas por dia e reduzindo até 18 mil toneladas de CO₂ por ano. O projeto consolida um dos maiores programas de descarbonização do transporte aquaviário do país, com foco em eficiência energética e compromisso ambiental.

A certificação da OCDE reconhece projetos que estão alinhados com os Princípios do G20 para Investimentos em Infraestrutura de Qualidade, definindo rigorosos critérios de impacto ambiental (redução de emissões e proteção de ecossistemas), responsabilidade social (direitos trabalhistas, segurança e inclusão) e governança (anticorrupção, transparência e gestão responsável dos recursos públicos).

“Conquistar a certificação Blue Dot Network ainda na fase de estruturação mostra a robustez técnica e institucional do projeto e o compromisso do Governo de São Paulo com padrões internacionais ESG. É um reconhecimento que reforça a confiança dos investidores e consolida o Estado como

referência em projetos de infraestrutura sustentável", destacou Natália Resende, Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO - SP INICIA PREPARAÇÃO PARA DRAGAGEM HISTÓRICA NA TRAVESSIA DE BALSA DE ILHABELA

Intervenção inédita vai restabelecer as condições de navegabilidade, garantindo maior previsibilidade e regularidade no atendimento ao público

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A dragagem não vai interromper o funcionamento da travessia de balsa. Com a obra, a profundidade mínima voltará a ser de 3,7 metros

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) inicia, na primeira quinzena de dezembro, uma dragagem histórica no berço de atracação da travessia de Ilhabela, um dos principais pontos de embarque e desembarque do litoral paulista. A intervenção tem como objetivo recuperar a profundidade ideal para a navegação, evitando retenções em áreas rasas e prevenindo danos estruturais às balsas.

Com investimento esmado em R\$ 6,4 milhões, a obra será executada sem interferir na operação das embarcações e abrangerá uma área de aproximadamente 20 mil m², com a remoção de cerca de 22 mil m³ de sedimentos — o equivalente a 1.500 caminhões de areia. A dragagem restabelecerá a profundidade mínima de 3,7 metros, comprometida ao longo dos anos pelo assoreamento natural causado por chuvas, ventos, correntes marítimas e movimentação das embarcações.

A obra não afetará o funcionamento da travessia, responsável por 22% do volume total transportado no sistema estadual. Diariamente, cerca de 11 mil pessoas utilizam o serviço, número que cresce expressivamente na alta temporada — no último Réveillon, o aumento foi de 42%, e a expectativa é de uma demanda ainda maior neste ano. O trabalho será conduzido por empresa contratada pela Subsecretaria de Logística e Transportes, em conformidade com todas as exigências ambientais.

A dragagem contará com monitoramento continuo da fauna marinha e do ecossistema local, além da participação de associações credenciadas e representantes do poder público, reforçando o compromisso com a responsabilidade socioambiental. A previsão de conclusão é de até 90 dias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | RODOVIAS - VIA ANCHIETA VAI GANHAR NOVA RAMPA DE ESCAPE

Estrutura será instalada na pista norte para reforçar a segurança durante operações de inversão de serra

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Ecovias Imigrantes, concessionária responsável pela administração do Sistema Anchieta Imigrantes (SAI), iniciou a construção de uma nova rampa de escape no km 46 da pista norte da Via Anchieta, em São Vicente. O investimento tem como objetivo antecipar riscos e garantir a mesma eficiência no atendimento a emergências em ambos os sentidos da serra.



A nova rampa contará com 200 metros de extensão e 5 metros de largura, incluindo um reservatório de argila expandida com 90 metros de comprimento

A nova estrutura visa ampliar as condições de segurança viária em situações em que a pista norte da Via Anchieta opera em direção ao litoral, como durante o fechamento da pista sul da rodovia para obras de manutenção, conservação ou acidentes com bloqueio total. Nessas circunstâncias, a nova rampa de escape representa um reforço essencial

para o controle de veículos pesados e para a redução de riscos no trajeto de serra.

Pioneira no país, a via Anchieta foi a primeira rodovia brasileira a contar com rampas de escape. A estrutura inaugural foi implantada pela Ecovias Imigrantes em março de 2000, no km 42, e uma segunda rampa foi inaugurada em 2014, no km 49. Desde então, essas duas instalações já contribuíram para evitar 992 acidentes potencialmente fatais ao longo de quase 25 anos de operação.

As rampas de escape funcionam como uma “caixa de areia”: possuem inclinação contrária à da pista e são preenchidas com argila expandida, material leve e poroso que desacelera o veículo de forma rápida e segura. Embora projetadas principalmente para caminhões, automóveis e motocicletas também podem utilizá-las em situações de emergência.

O projeto

A nova rampa contará com 200 metros de extensão e 5 metros de largura, incluindo um reservatório de argila expandida com 90 metros de comprimento, projetado para garantir a eficiência do sistema. O projeto prevê ainda a construção de muro de contenção, implantação de sistema de drenagem e um reservatório para controle de cargas líquidas, com o objetivo de prevenir impactos ambientais e evitar a contaminação do solo.

“A via Anchieta se tornou pioneira nesse tipo de estrutura no país e a construção dessa nova rampa de escape é mais um passo importante no nosso compromisso com a segurança e a preservação de vidas, buscando sempre tornar as viagens mais seguras e confiáveis para os nossos usuários”, destaca Fernanda Meireles, gerente de Engenharia da Ecovias Imigrantes.

A entrega da nova rampa está prevista para o primeiro semestre de 2026. Após a conclusão, o equipamento passará por testes operacionais e de segurança antes de entrar em funcionamento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | RODOVIAS - GOVERNO GAÚCHO PUBLICA EDITAL E DEFINE DATA PARA LEILÃO DO BLOCO 2 DE RODOVIAS

A concessão, que prevê investimento de R\$ 6 bilhões, envolve 182 km de duplicações e 71,5 km de terceiras faixas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O governo do Estado do Rio Grande do Sul publicou, na sexta-feira (7), no Diário Oficial do Estado, o edital para a concessão do Bloco 2 de rodovias, com estradas localizadas no Vale do Taquari e Norte do Rio Grande do Sul. O bloco receberá R\$ 6 bilhões em investimentos, com R\$ 1,5 bilhão de aporte do Executivo, via Funrags. Para os primeiros dez anos da concessão, o investimento será de R\$ 4,6 bilhões.



Conforme o edital, a apresentação das propostas deve ocorrer no dia 9 de março de 2026, das 10 às 12h. O leilão está previsto para o dia 13 de março, às 14h, na sede da B3, em São Paulo. Nesta data, será definido o parceiro privado que irá administrar as rodovias, em uma concessão de 30 anos.

O critério de julgamento da licitação será pela menor tarifa quilométrica de pedágio, que está estipulada em R\$ 0,19 como parâmetro máximo. Essa medida busca incentivar propostas que maximizem o benefício aos usuários.

Ao todo, 409 quilômetros de extensão integram o bloco de rodovias, abrangendo trechos da ERS-128, ERS-129, ERS-130, ERS-135, ERS-324 e RSC-453. A concessão prevê 182 quilômetros de duplicações, 71,5 quilômetros de terceiras faixas, 745 quilômetros de acostamentos e 37 passarelas de pedestres, entre outras benfeitorias. Atualmente, todas as rodovias mencionadas são de pistas simples, com alguns trechos com terceiras faixas.

O Bloco 2 contará com o sistema free flow e compreende 32 cidades, que abrangem 17,5% da população do Estado. O projeto tem a parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a estruturação da proposta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | RODOVIAS - TRUMP FAZ CRÍTICA AO BRASIL POR “CONSTRUÇÃO DE UMA RODOVIA” NA FLORESTA AMAZÔNICA

Post em rede social ocorre um dia antes da COP30 e é acompanhado de vídeo da Fox News sobre a Avenida Liberdade, que atravessa área de proteção

Do Estadão Conteúdo

Um dia antes do início oficial da Cúpula do Clima das Nações Unidas (COP30) em Belém, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, publicou em sua rede social, a Truth Social, uma mensagem dizendo que a Amazônia foi destruída para a construção de uma estrada.

"Eles destruíram a Floresta Amazônica no Brasil para a construção de uma rodovia de quatro faixas para que ambientalistas pudessem viajar", escreveu Trump na mensagem, dizendo que o caso "se tornou um grande escândalo".

Junto com a mensagem, Trump postou um vídeo de quatro minutos da Fox News, com uma reportagem do enviado da emissora a Belém para cobrir a COP-30. A reportagem cita a Avenida Liberdade, uma das apostas do governo estadual para destravar a mobilidade. Ela corta a Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana (APA Belém) e passa próximo ao Parque do Utinga.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | AVIAÇÃO - ANAC DISCUTE CONCESSÕES, MATRIZ DE RISCOS E INFRAESTRUTURA RESILIENTE EM EVENTOS DO SETOR

Debates reuniram governo e regulados para tratar da flexibilização contratual, impactos tributários, financiamento regional e desafios climáticos no sistema aeroportuário

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) participou de dois eventos sobre regulação e infraestrutura em São Paulo (SP) na última quinta-feira. Representada pelo diretor Tiago Pereira, a Agência integrou o painel “Além da Aviação – Como aproveitar o potencial comercial e logístico dos aeroportos?”, no Brazil GRI Infra and Energy 2025, que contou com a presença do secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, Daniel Longo; além de representantes do setor regulado.



O painel “Além da Aviação – Como ativar o potencial comercial e logístico dos aeroportos?” debateu, entre outros temas, os impactos da reforma tributária no segmento aéreo

Nesta ocasião, foram abordadas questões do segmento aeroportuário, como a nova portaria da Secretaria de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, que flexibiliza os prazos dos contratos de concessão; o leilão do programa Ampliar, que pretende desenvolver a infraestrutura dos aeroportos regionais e estimular a abertura de voos; e a nova regulamentação do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) com o objetivo de contribuir para financiar empresas e operadores no segmento de aviação regional.

As discussões também trataram dos possíveis efeitos da reforma tributária e da cobrança de IPTU sobre os aeroportos com destaque para eventuais impactos no segmento de cargas aéreas. -Ainda na capital paulista, a Anac também participou do 1º Congresso Brasileiro de Direito Regulatório (CBDRE), em que foram debates e intercâmbio de experiências entre profissionais dos setores regulados, autoridades públicas, empresários, pesquisadores e acadêmicos de todo o Brasil.

Riscos

A Anac participou também do “Painel 12: Regulação, alocação de riscos e infraestrutura resiliente no setor de aeroportos”, no qual o diretor Tiago Pereira debateu sobre a evolução da matriz de riscos dos contratos de concessão dos aeroportos, com destaque para a adoção de novos critérios baseados em performance em vez de obrigações prescritivas; a capacidade de absorção de choques dos contratos, com o objetivo de lidar com variações de mercado de transporte aéreo, impactos de eventos externos ou mudanças imprevistas, com o foco em garantir sustentabilidade e continuidade.

Outros temas abordados no congresso foram as possibilidades de soluções consensuais para as divergências entre as partes de um contrato de concessão, com destaque na proposta da Agência de criar uma câmara de autocomposição para resolver conflitos; além dos desafios impostos pelas mudanças climáticas no compartilhamento de riscos das concessões, como no caso das enchentes do Rio Grande do Sul e os impactos no Aeroporto de Porto Alegre, e o que pode ser feito para garantir maior resiliência dos aeroportos a esses fenômenos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TRANSPORTES | AVIAÇÃO - BRASIL AMPLIA COOPERAÇÃO AÉREA NA AMÉRICA LANA COM PACTOS FIRMADOS

Instrumentos assinados pela Anac em assembleia da CLAC abordam cibersegurança e abertura de mercados, enquanto o país busca avançar na governança regional

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O diretor-presidente da Anac, Tiago Faierstein, assinou dois instrumentos de cooperação voltados ao fortalecimento da integração regional no setor aéreo

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) representou o Brasil na 26ª Assembleia da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), realizada de 8 a 10 deste mês, em Punta Cana, na República Dominicana. A delegação brasileira foi chefiada pelo diretor-presidente da Agência, Tiago Faierstein.

Ele assinou dois instrumentos de cooperação voltados ao

fortalecimento da integração regional no setor aéreo que reafirmam o compromisso do país com uma aviação mais integrada, segura e eficiente

O primeiro é um memorando de entendimento entre Brasil e Colômbia, com foco em cibersegurança, prevendo intercâmbio técnico, capacitação e adoção de boas práticas para proteção digital no setor da aviação.

O segundo é um memorando de entendimento multilateral que busca promover a liberalização dos serviços de transporte aéreo entre os países signatários. O acordo representa um avanço nas políticas de Céus Abertos na América Latina, ampliando a conectividade e a competitividade na região.

Durante o evento, o Brasil apresentou sua candidatura à segunda vice-presidência da CLAC, como parte da estratégia de ampliar a participação nos processos de governança regional. Atualmente, o país ocupa a terceira vice-presidência.

A assembleia marcou ainda a transição da presidência da CLAC. A República Dominicana assume a liderança da organização pelos próximos dois anos, após o encerramento do mandato da Guatemala – cuja representante foi a primeira mulher a ocupar o cargo.

O encontro teve a presença das lideranças do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci) e da Secretaria-Geral da Oaci, reforçando o caráter estratégico da reunião e a relevância da CLAC como fórum de cooperação multilateral para a aviação civil no continente.

Em nota, a Anac declarou que sua participação na assembleia reforçou o papel do Brasil no diálogo técnico e na cooperação internacional, contribuindo para o fortalecimento da aviação civil na América Latina.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

LOGÍSTICA - MME ABRE CONSULTA PARA PRIMEIRO LEILÃO EXCLUSIVO DE ARMAZENAMENTO EM BATERIAS

Portaria do LRCAP 2026 prevê contratação de potência para o SIN e projeta início do suprimento em agosto de 2028

Por ALINE BECKETTY redacao.jornal@redebenews.com.br



Segundo a portaria do ministério, os empreendimentos habilitados receberão receita fixa anual, paga em 12 parcelas mensais, proporcional à disponibilidade efetiva de potência

O Ministério de Minas e Energia abriu, nesta segunda-feira (10), consulta pública para receber contribuições sobre a proposta de portaria que define as diretrizes e a sistemática do Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP 2026), voltado à contratação de novos sistemas de armazenamento de energia em baterias.

A portaria, publicada no Diário Oficial da União, prevê que o processo ficará aberto por 20 dias no portal Participa + Brasil.

O certame está programado para abril de 2026 e tem como objetivo garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica, atendendo à necessidade de potência requerida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN) por meio da contratação de sistemas de armazenamento em baterias eletroquímicas. Segundo a minuta da portaria, os empreendimentos poderão participar

individualmente ou compartilhar pontos de conexão ao SIN, dentro do produto “Potência Armazamento”.

Os vencedores firmarão Contratos de Potência de Reserva de Capacidade (CRCAPs) com prazo de dez anos e início de suprimento em 1º de agosto de 2028. De acordo com o Ministério, os projetos contratados deverão atender integralmente aos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e manter potência mínima de 30 megawatts, com capacidade de descarga de até quatro horas diárias e recarga completa em até seis horas, conforme critérios técnicos previstos nos artigos 4º e 7º da minuta.

Ainda segundo o texto, os empreendimentos habilitados receberão receita fixa anual, paga em 12 parcelas mensais, proporcional à disponibilidade efetiva de potência. O leilão será coordenado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com apoio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do ONS, e abrangerá pontos estratégicos capazes de oferecer benefícios sistêmicos adicionais ao SIN.

Essa será a primeira licitação exclusiva para armazenamento de energia já realizada no Brasil. A pasta vê a iniciativa como um marco na modernização da matriz elétrica nacional e um passo decisivo na busca por maior segurança e flexibilidade operativa do sistema.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS E AMAZÔNICA ENERGY FIRMAM CONTRATO PARA LEVAR GÁS A ÁREAS REMOTAS DO NORTE

Projeto começa em 2028 com GNL em pequena escala e prevê infraestrutura para indústrias, termelétricas e polos logísticos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A base da Petrobras na Província Petrolífera de Urucu, em Coari (AM), é a terceira maior produtora de gás natural do país, com cerca de 5,1 milhões de m³/dia

A Petrobras assinou com a Amazônica Energy o primeiro contrato para venda de gás natural do Polo Urucu destinado à produção e distribuição de gás natural liquefeito (GNL) em pequena escala. A empresa afirma que o acordo inaugura uma nova etapa na monetização das reservas da Bacia Sedimentar do Solimões e representa, na avaliação da estatal, um avanço relevante para o mercado de gás no Amazonas.

O PROJETO PREVÉ INVESTIMENTOS DA AMAZÔNICA ENERGY EM UNIDADES DE LIQUEFAÇÃO, TRANSPORTE E REGASEIFICAÇÃO DE GNL, ALÉM DA AMPLIAÇÃO DO PONTO DE ENTREGA DE TRANSPORTE. SEGUNDO INFORMAÇÕES DA EMPRESA, ESSA ESTRUTURA DEVERÁ POSSIBILITAR O ATENDIMENTO A DIFERENTES SEGMENTOS CONSUMIDORES E ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM CRIAÇÃO DE EMPREGOS, GERAÇÃO DE RENDA, REDUÇÃO DE CUSTOS LOGÍSTICOS E EXPANSÃO DA CADEIA PRODUTIVA LOCAL

O fornecimento está previsto para começar em fevereiro de 2028, com volume inicial de 100 mil m³ por dia e vigência de dez anos. Segundo a Petrobras, o contrato poderá ter expansão de oferta



conforme a evolução do projeto. A estatal aponta que a iniciava busca atender localidades da Região Norte que enfrentam restrições logísticas e dificuldade de acesso ao insumo, permitindo ampliar a disponibilidade do gás natural em áreas remotas da Amazônia e favorecer, na visão da empresa, a redução de emissões e o uso mais eficiente dos recursos energéticos da região.

A Petrobras atribui ao acordo um papel relevante para reforçar sua atuação na integração do gás natural à matriz brasileira. "A parceria com a Amazônica Energy reforça nosso compromisso com soluções que impulsionem o setor energético nacional. Este contrato amplia o acesso ao gás natural na Região Norte, com novas modalidades de entrega e soluções inovadoras que buscam fomentar a economia local, gerando benefícios na região e para o mercado de gás do país.", destaca Álvaro Tupiassu, gerente executivo de Gás e Energia da companhia.

O projeto prevê investimentos da Amazônica Energy em unidades de liquefação, transporte e regaseificação de GNL, além da ampliação do ponto de entrega de transporte. Segundo informações da empresa, essa estrutura deverá possibilitar o atendimento a diferentes segmentos consumidores e estimular o desenvolvimento regional com criação de empregos, geração de renda, redução de custos logísticos e expansão da cadeia produtiva local.

"A parceria estratégica com a Petrobras é de suma importância para o desenvolvimento desse projeto que visa a diversificação da matriz energética na Região Norte com foco na sustentabilidade, dada a menor pegada de carbono. Ter um player como a Petrobras ao nosso lado potencializa nossos esforços e se soma à iniciativa de grandes parceiros nacionais e internacionais que colaboram ativamente com a Amazônica Energy nessa empreitada. Nossa compromisso com a Região Norte é um valor firmado no próprio nome da empresa, e muito nos honra capitanear essa iniciativa que vai beneficiar diferentes segmentos produtivos na região. A implantação do Terminal de GNL permitirá o fornecimento de gás natural liquefeito para indústrias, usinas termelétricas, GNV em frotas veiculares e polos logísticos distribuídos ao longo dos eixos rodoviários e fluviais, com impactos positivos na geração de empregos, atração de investimentos e fortalecimento da economia regional.", afirma Marcelo Araújo, CEO da Amazônica Energy.

Histórico

A Petrobras contextualiza o acordo lembrando sua atuação histórica na província petrolífera de Urucu. Desde 1988, a companhia mantém produção de petróleo e gás na região. O Polo Urucu é o terceiro maior produtor de gás natural do país, com cerca de 5,1 milhões de m³/dia, volume que abastece 65% da geração de energia elétrica de Manaus e de outros cinco municípios do Amazonas. A estatal também destaca o fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) – aproximadamente 80 mil bojões por dia – que atende os estados do Norte e parte do Nordeste.

A operação envolve cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos, incluindo aproximadamente mil trabalhadores que se deslocam diariamente de Manaus e Carauari para atuar na unidade. De acordo com a Petrobras, 98% das áreas de concessão permanecem preservadas, resultado de ações ambientais que incluem o desenvolvimento de mais de 1,5 milhão de mudas de espécies nativas para reflorestamento. A estatal afirma ainda que todos os resíduos gerados nas operações têm destinação adequada e que a unidade é autossuficiente em energia, por utilizar gás produzido localmente, o que, segundo a empresa, contribui para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

MINERAÇÃO - PL DOS MINERAIS CRÍTICOS ENTRA NA RETA FINAL NA CÂMARA

Parecer de Arnaldo Jardim prevê diretrizes para identificar, priorizar e beneficiar minerais essenciais à transição energética e à economia digital

PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com o relator do projeto de lei, Arnaldo Jardim, o Brasil tem condições de ser um provedor de commodities minerais em âmbito mundial

O Brasil se aproxima da criação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, conforme prevê o Projeto de Lei 2780/2024. O relator da matéria, o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) informou que deverá apresentar o parecer nos próximos dias. Segundo ele, o Brasil está diante de uma grande oportunidade em função dos minerais.

O MUNDO TODO COM O DESAFIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DA DIGITALIZAÇÃO, COM O DESAFIO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, QUE EXIGE BATERIAS E UMA SÉRIE DE OUTROS EQUIPAMENTOS, PRECISA DE MINERAIS QUE NÃO PARECIAM TÃO RELEVANTES, MAS QUE AGORA SÃO ESTRATÉGICOS, PRINCIPALMENTE OS CHAMADOS MINERAIS CRÍTICOS, E AS TERRAS RARAS”

ARNALDO JARDIM
deputado federal (Cidadania-SP)

“O mundo todo com o desafio da inteligência artificial, da digitalização, com o desafio da transição energética, que exige baterias e uma série de outros equipamentos, precisa de minerais que não pareciam tão relevantes, mas que agora são estratégicos, principalmente os chamados minerais críticos, e as terras raras”, afirmou Arnaldo Jardim.

O parlamentar acrescentou que a pauta, nas palavras dele, “tem sido uma grande fonte de tensão entre China e Estados Unidos”.

“Quem detiver esse mineral, a sua transformação, sai na frente da corrida da inteligência artificial e da transição energética. No Brasil, nós temos reservas desses minerais, e precisamos pesquisar mais toda nossa geologia, porque vamos descobrir maiores reservas ainda dentro disso”, afirmou o deputado federal.

Projeções do Banco Mundial e da Agência Internacional de Energia apontam que o aumento da procura pelos minerais terá como um dos desafios a limitação na oferta. As demandas são diversas, por exemplo, será necessário mais cobre para construir usinas eólicas e a transmissão de eletricidade; mais cobre e silício para gerar energia fotovoltaica; além de níquel, lítio e grafite para produzir baterias. Para além dos minerais considerados críticos, metais como o alumínio e o ferro terão a procura multiplicada pelo processo de substituição de veículos e equipamentos.

O Brasil é o maior produtor de nióbio do mundo e concentra cerca de 94% das reservas do planeta. No país estão 26% das reservas mundiais de grafite, 17% das reservas globais de minério de ferro, 14% das reservas de manganês do planeta, e 19% das reservas de terras raras, que são o grupo de 17 elementos químicos difíceis de extrair e separar.

Por meio da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, acredita o autor da proposta, o deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG), o Estado poderá traçar diretrizes para fomentar pesquisas, as lavras e a transformação de minerais críticos e estratégicos de maneira sustentável. O parlamentar também acredita que a legislação vai fortalecer o setor mineral brasileiro principalmente por meio da indústria de transformação e do processamento mineral. Já o deputado Arnaldo Jardim afirmou que o Brasil tem condições de ser um provedor de commodities minerais, e de dar soluções para a descarbonização não só do país, mas em âmbito mundial.

“No meu parecer, que eu estou dialogando com os líderes, que eu vou submeter ao plenário, ele estabelece como nós vamos identificar esses minerais, como vamos prioriza-los, e como vamos fazer pra beneficiá-los e transformá-los, para não simplesmente vender pra fora esses minerais, mas

poder utilizá-los para dinamizar a nossa indústria, o nosso desenvolvimento. O Brasil pode ser líder da nova economia, da economia de baixo carbono. Para isso, os minerais críticos são estratégicos, e o meu parecer é para que eles sejam identificados, beneficiados, transformados aqui, agregando o valor impulsionando a nossa economia", afirmou o relator, que disse ter um acordo com o presidente da Câmara, o deputado federal Hugo Moa, para submeter o parecer ao Colégio de Líderes para, em seguida, a proposta ser colocada em apreciação no plenário, o que deve acontecer na próxima semana.

Outras ações

A redação do projeto prevê, ainda, que o Estado tenha os instrumentos necessários para lidar com informações e análises de iniciativas globais relacionadas a minerais críticos e minerais estratégicos. Também pretende definir prioridades e iniciativas para assegurar o suprimento das commodities minerais mais escassas no Brasil. A proposta busca desoneras cadeias produtivas que envolvem os minerais críticos e estratégicos, oferecer incentivos, e promover parcerias que tornem esse mercado mais atrativo, principalmente, nas regiões de maior presença e impacto de atividades ligadas à mineração.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

POLÍTICA - TARCÍSIO É O PRINCIPAL NOME PARA UNIR A DIREITA EM 2026, DIZEM PARLAMENTARES

Pesquisa realizada na Câmara dos Deputados e no Senado mantém governador de São Paulo em vantagem; Zema cai e Michele tem leve alta

Do Estadão Conteúdo



Tarcísio de Freitas é visto como uma possível liderança da direita, mas parlamentares consultados acreditam que o nome mais capaz de unificar o campo é o de Jair Bolsonaro (PL).

A maioria dos integrantes do Congresso Nacional aponta o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), como o nome mais capaz de liderar a direita no Brasil e unificar o campo nas eleições de 2026 na ausência do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Levantamento exclusivo do Ranking dos Políticos para o Estadão, divulgado nesta segunda-feira, 10, mostra que, apesar de reconhecerem a liderança de Tarcísio, a maioria dos parlamentares consultados acredita que o grupo deve chegar dividido às urnas, com várias candidaturas e polos concorrentes.

A pesquisa ouviu 107 deputados de 20 partidos e 27 senadores de 12 partidos entre os dias 21 e 31 de outubro, por meio de entrevistas presenciais e telefônicas. A margem de erro é de dois pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%.

Na Câmara dos Deputados, 48,6% dos deputados entrevistados apontaram Tarcísio como o principal nome capaz de liderar a direita brasileira. Ele é seguido por Eduardo Bolsonaro (PL), com 15%; Michelle Bolsonaro (PL), com 13,1%; Ranho Júnior (PSD), com 9,3%; Romeu Zema (Novo), com 3,7%; Ronaldo Caiado (União), com 0,9%; e a opção Outro (1,9%). 7,5% não souberam responder.

No Senado, o governador paulista também é o mais mencionado (44,5%), à frente de Eduardo e Michelle Bolsonaro, empataos com 14,8%, e de Ranho Júnior, com 7,4%. O índice de indecisos entre senadores é de 18,5%.

Em comparação com a pesquisa anterior, feita em julho de 2023, Tarcísio manteve vantagem expressiva, enquanto Michelle Bolsonaro teve leve alta e Romeu Zema perdeu espaço. Já nomes como Eduardo Leite (PSD) e Flávio Bolsonaro (PL), que figuravam entre as opções no ano passado, deixaram de ser citados.

Questionados sobre quem teria mais condições de unir a direita em torno de uma candidatura única competitiva em 2026, 56,1% dos deputados e 55,6% dos senadores apontaram Tarcísio. Ranho Júnior aparece em segundo lugar, com 15% das menções na Câmara e 11,1% no Senado. Michelle Bolsonaro tem 11,2% e 7,4%, respectivamente, enquanto Caiado, Zema e Eduardo Bolsonaro registraram índices menores.

Fragmentação

Apesar dessa percepção de liderança, 67,3% dos deputados e 63% dos senadores acreditam que o campo conservador deve permanecer fragmentado em 2026. Apenas 29,9% e 22,2%, respectivamente, veem chance de união, ainda que com candidatos de pardos diferentes por meio de alianças e blocos partidários.

Para o diretor de operações do Ranking dos Políticos, Luan Sperandio, os resultados mostram que o governador paulista consolidou seu papel de liderança, mas enfrenta um ambiente de dispersão política e uma avaliação predominante de que a direita não marchará unida, o que pode interromper negociações por alianças e definição antecipada de cabeça de chapa.

A pulverização das candidaturas tem sido apontada como benéfica por figuras como Caiado, que já afirmou que uma variedade de nomes oposicionistas pode reduzir as chances de vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Para o diretor do Ranking dos Políticos, a estratégia contém riscos. "Uma coisa é ter vários candidatos que contribuem na discussão, outra é se eventualmente enveredar a ataques entre eles, o que pode prejudicar e fazer com que o representante (da direita) chegue fragilizado a um segundo turno".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

POLÍTICA - POLÍCIA FEDERAL SE POSICIONA CONTRA MUDANÇAS DE DERRITE NO PL ANFACÇÃO: “RETROCESSO”

Do Estadão Conteúdo

A Polícia Federal divulgou nota nesta segunda-feira (10) em que manifestou "preocupação" com as mudanças feitas pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) no projeto de lei (PL) Anfacção, que foi encaminhado pelo governo federal e está em tramitação no Congresso Nacional. Derrite é o relator da proposta na Câmara dos Deputados.

Na nota pública, a PF diz que as alterações ameaçam e trazem um "risco real de enfraquecimento no combate ao crime organizado". Em parecer, o deputado Guilherme Derrite condiciona as investigações conjuntas da Polícia Federal com forças estaduais sobre crimes relacionados a facções criminosas a um pedido formal do governador. Para a PF, a exigência poderá restringir o alcance das operações.

"Essa alteração, somada à supressão de competências da Polícia Federal, compromete o alcance e os resultados das investigações, representando um verdadeiro retrocesso no enfrentamento aos crimes praticados por organizações criminosas", diz.

A polícia cita que, em agosto, foi realizada a maior operação contra o crime organizado no país. Na ocasião, a ação policial, deflagrada em São Paulo, revelou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) usava postos de combustíveis, motéis e empresas de fachada para lavagem de dinheiro em



um esquema bilionário. «Pelas regras propostas no relatório em discussão, operações como essa estariam sob ameaça de não ocorrerem ou de terem seus efeitos severamente limitados», afirma.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - FUNDO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PODE SE TORNAR MODELO GLOBAL, DIZ MINISTRO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

MODELO GLOBAL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou nessa segunda-feira, dia 10, que o Fundo de Transição Energética, atualmente em fase de estudo, poderá se tornar um modelo global de financiamento para ações de sustentabilidade e descarbonização. A proposta será levada para debate em dezembro, durante reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que deve aprovar a criação de um grupo de trabalho para estruturar o novo fundo. A ideia é que o mecanismo seja abastecido com recursos oriundos da exploração de petróleo e da mineração, com foco na compensação de emissões.

EXEMPLO PARA O MUNDO

“O que nós precisamos agora é dar exemplo para o mundo, com mais ações práticas. O fundo de transição energética pode ser uma possibilidade de achar uma governança para a transição energética global. Seria um exemplo para o mundo, de se ter recursos advindos de fontes não renováveis”, declarou Silveira.

FONTES NÃO RENOVÁVEIS

Alexandre Silveira defende a criação de um fundo específico, com governança independente, para ações climáticas e de transição energética. Atualmente, o principal instrumento de gestão dos recursos do pré-sal é o Fundo Social, voltado ao desenvolvimento social em áreas como educação, saúde e ciência. “Qualquer exploração de fontes não renováveis — seja de petróleo, minerais críticos ou estratégicos — pode ser uma grande fonte de receita para acelerar a transição no mundo. O Brasil pode dar exemplo ao criar esse fundo”, afirmou o ministro.

ATP NA COP30

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), que representa 72 portos privados responsáveis por cerca de 60% da movimentação portuária do Brasil, participará de cinco painéis na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém (PA). A conferência começou nessa segunda-feira, dia 10, e se estenderá até o dia 21. A participação da ATP visa ampliar o debate entre setor produtivo, governo e sociedade sobre desafios e soluções para a descarbonização e a transição energética no País.

PAINÉIS

Entre os painéis que terão a participação de executivos da ATP, estão o “Mulheres que movem a Amazônia – liderança e território” e “Descarbonização nos modos de transporte”, que serão moderados pela diretora-executiva da associação, Gabriela Costa. Já o presidente da ATP, Murillo Barbosa, estará nos seguintes painéis: “Diálogos hidroviários”, “Diagnóstico de Sustentabilidade: portuário, navegação e aeroporto”, “A inovação como indutora da transição energética” e “O painel dos terminais na descarbonização e o financiamento dos projetos sustentáveis” – esses dois últimos moderados por ele.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

POLÍTICA - PROJETO QUE CRIA SELO DE INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL AVANÇA NO CONGRESSO

Proposta prevê certificação nacional, acesso a fundos climáticos e normas técnicas para empreendimentos com menor impacto ambiental

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebenews.com.br



A Câmara já aprovou o projeto 420/2025, que cria um sistema de certificação para reconhecer práticas sustentáveis. Agora, o texto será analisado pelo Senado

Em tempos de COP 30, a sustentabilidade e as soluções por meio de energias renováveis e limpas nunca estiveram tão em alta no Brasil. A movimentação não se dá apenas em Belém, capital paraense que sedia o evento, que começou oficialmente nesta semana. Em Brasília (DF), parlamentares buscam avançar com suas

propostas para tentar deixar um legado voltado ao tema neste ano de conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas. Um dos projetos é o número 420/2025, que cria um sistema de certificação de infraestruturas para conceder um selo àquelas que adotem práticas sustentáveis e resilientes. O texto já foi aprovado pela Câmara, e será analisado pelo Senado.

"Foi um trabalho de muita articulação junto ao próprio presidente Hugo Moa [deputado federal, presidente da Câmara], e também com os líderes partidários. Agora, o desafio está para que ele seja aprovado no Senado. Nós temos a expectativa que já nesta semana o Senado aproveite a oportunidade dos projetos que foram aprovados na Câmara na semana passada, vote e aprove esse projeto do selo de infraestrutura sustentável e resiliente, para que seja sancionado pelo presidente da República", declarou Nilto Tao, deputado federal (PT-SP) que relatou o PL 420/25.

A proposta cria o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes, que vai fazer a certificação dos empreendimentos que adotarem critérios como o uso de materiais e tecnologias de baixo impacto ambiental; redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa; gestão eficiente de água, resíduos sólidos e energia; soluções para mitigação de danos causados por desastres naturais; planos de manutenção e adaptação continua; e fortalecimento da resiliência frente a eventos climáticos extremos. O projeto também define os conceitos de infraestrutura crítica, resiliente e sustentável, reforçando a importância de obras que promovam a eficiência no uso de recursos naturais, minimizem impactos ambientais e incorporem inovações tecnológicas para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

"Todos nós sabemos que são necessários vultosos investimentos no setor de infraestrutura pesada, tendo em vista a questão da sustentabilidade e da resiliência, e esse incentivo mostra o comprometimento do Congresso Nacional com essa pauta. Nós entendemos que não haverá qualquer objeção no Senado Federal visto que se trata de uma pauta nacional", afirmou Jesualdo Conceição Silva, presidente do Conselho Gestor do Instituto Brasil Logística, o IBL, braço de cooperação técnica da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura, a Frenlogi.

Os empreendimentos certificados poderão acessar recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de acordo com a categoria do selo obtido. As normas técnicas para certificação serão elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou por entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, garantindo rigor técnico e confiabilidade ao processo. "Qual é o grande incentivo desse PL? As empresas podem, livremente, se candidatar a este selo, e em função da obtenção do selo vão conseguir investimentos participativos, como os fundos de preservação do clima, ou seja, com taxas mais factíveis e investimentos mais rápidos", complementou Jesualdo Silva.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025



POLÍTICA - RELATOR ACUSA CPMI DO INSS DE BLINDAR INVESTIGADOS QUE RECEBERAM R\$ 10 MILHÕES

Alfredo Gaspar critica resistência a quebras de sigilo e aponta "vergonha" em sigilo de 100 anos sobre visitas do 'Careca do INSS' ao Senado

Do *Estadão* Conteúdo

O relator da CPMI do INSS, deputado Alfredo Gaspar (UniãoAL), disse, nesta segunda-feira, 10, que a comissão parlamentar blinda investigados que receberam R\$ 10 milhões em propinas, segundo ele mesmo.

Gaspar mencionou as tentativas de impedir a convocação e quebras de sigilo de Paulo Boudens, ex-chefe de gabinete do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP); a publicitária Daniela Fonteles, que recebeu R\$ 5 milhões de Antônio Carlos Camilo Antunes, o "Careca do INSS"; a empresária Roberta Luchsinger, que atuou com o 'Careca'; e Gustavo Gaspar, ex-assessor do senador Weverton Rocha (PDT-MA).

"O STF não é o principal blindador dessa comissão", disse Alfredo Gaspar. Para ele, falta altivez do próprio Congresso. "A blindagem pela própria comissão é uma vergonha."

O relator ainda mencionou que o Senado ainda tem outra "vergonha" ao impor sigilo de 100 anos sobre informações acerca de visitar do "Careca do INSS" a gabinetes de senadores. "Esse sigilo de 100 anos é outra vergonha da República", afirmou.

Gaspar ainda fez um desafio ao STF. Há, na Corte, um mandado de segurança pedindo a divulgação dessa informação. "Abra essa caixa preta dessas visitas", apelou o relator.

Weverton Rocha já afirmou publicamente ter recebido o "Careca do INSS" em seu gabinete por três vezes, mas para tratar de assuntos legislativos.

Essa foi a fala inaugural de Gaspar na sessão da CPMI do INSS desta segunda-feira, 10, que ouve Igor Dias Delecrode, dirigente da Associação de Amparo Social do Aposentado e Pensionista (AAASAP).

Habeas corpus

Causou nova indignação entre os membros da comissão um habeas corpus concedido pelo ministro André Mendonça, do STF, a Delecrode, para que ele possa permanecer em silêncio em perguntas que possam o incriminar.

Com o benefício, Delecrode permaneceu em silêncio às perguntas do relator. Diante disso, Gaspar fez uma introdução do depoente citando reportagem do *Estadão*. A reportagem em questão fala do cancelamento, por parte dos Correios, de leilão de R\$280 milhões após receber cheque sem fundo de ONG de pai de santo.

"Esse pai de santo é um coitado. Esses aqui tiveram sucesso", citando uma lista de outras quatro entidades que, juntas, faturaram cerca de R\$ 714 milhões com descontos associa-vos de aposentadorias entre 2022 e 2025. AAASAP, de Delecrode, recebeu R\$63,2 milhões.

«Esse que está aqui, teve mais sucesso ainda. Ele conseguiu colocar suas empresas juntando outras entidades num desvio de R\$ 1,4 bilhões», disse Gaspar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

FINANÇAS - BC DEFINE REGRAS PARA ATUAÇÃO DE PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE CRIPTOATIVOS

Autarquia cria as SPSAVs, detalha exigências para operar com avos virtuais e enquadra parte das transações como operações de câmbio a partir de 2026

Da Agência Brasil



O BC acredita que os avos virtuais ajudam a aumentar a inclusão financeira, reduzem custos de negociação e oferecem mais transparência

O Banco Central (BC) estabeleceu regras para o mercado de criptoativos no Brasil, entre elas, instituiu as Sociedades Prestadoras de Serviços de Ativos Virtuais (SPSAVs), que poderão ser criadas para atuar nesse setor. Nesta segunda-feira (10), a autarquia publicou três resoluções sobre avos virtuais, inclusive sobre quais operações se inserem no mercado de câmbio e quais situações estão sujeitas à regulamentação de capitais internacionais.

“É um debate que tem uma grande repercussão em diversos organismos nacionais e internacionais e tem muitas questões associadas à estabilidade financeira e, também, aos usos desses instrumentos com o objetivo de ocultação de patrimônio e coisas do gênero”, disse o diretor de Regulação do BC, Gilneu Vivan.

“O grande desafio foi equilibrar o incentivo à inovação com a segurança na negociação para o sistema financeiro”, acrescentou.

O BC informou que os avos virtuais representam importante oportunidade de inovação no sistema financeiro, por meio da gestão descentralizada, da redução de custos de negociação, de ganhos de transparência e da integração entre diferentes tipos de produtos e serviços. O órgão ressalta que essas ferramentas ajudam a aumentar a eficiência e a inclusão financeira.

A regulamentação tem o objetivo de limitar os riscos de sistemas virtuais sem administração centralizada, ao mesmo tempo em que pretende não impedir o surgimento de novidades no setor, explica o BC.

Entre os princípios observados estão a livre iniciativa, a livre concorrência, além da proteção e da defesa de consumidores e usuários.

Em 2022, a Lei 14.478 trouxe diretrizes para a prestação de serviços de avos virtuais no país e, em 2023, o Decreto 11.563 estabeleceu o Banco Central como o órgão competente para regular o setor. A Receita Federal e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também participaram do processo, de forma “transversal e coordenada”.

Os textos aprovados passaram por consultas públicas e receberam contribuições de instituições do mercado de avos virtuais, de setores regulados pelo Banco Central, de associações, escritórios de advocacia, pessoas naturais e entidades constituídas no exterior.

Mercado regulado

A Resolução nº 519 disciplina a prestação de serviços de avos virtuais, quem poderá prestar esse serviço e a constituição e o funcionamento das SPSAVs. Ela entra em vigor em 2 de fevereiro de 2026. “A gente passa a inserir as negociações com avos virtuais dentro do nosso mercado regulado”, disse Vivan. “São medidas que vão reduzir o espaço para golpes, fraudes, principalmente, para o uso desse mercado para lavagem de dinheiro ou coisas associadas”, destacou o diretor.



De acordo com o BC, o texto estende às entidades que prestarem serviços de avos virtuais toda a regulamentação que trata de temas como proteção e transparência nas relações com os clientes; prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; requisitos de governança; segurança; controles internos; prestação de informação; entre outras obrigações e responsabilidades.

Esses serviços poderão ser prestados por algumas das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, como bancos e corretoras, e pelas SPSAVs criadas exclusivamente para essa finalidade. As sociedades atuarão conforme sua classificação: intermediária, custodiante e corretora de avos virtuais.

Autorização

Já a Resolução nº 520 estabelece as regras para a autorização de funcionamento das SPSAVs. Ela entra em vigor em 2 de fevereiro de 2026.

A norma também atualiza os processos de autorização relacionados a alguns segmentos antes regulados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), como sociedades corretoras de câmbio, corretoras de tulos e valores mobiliários e distribuidoras de tulos e valores mobiliários.

A resolução implementa regras gerais comuns a todos esses segmentos e regras específicas para assegurar uma transição segura e organizada para o segmento das SPSAVs. Ainda são especificados os processos e prazos para as instituições que atualmente prestam serviços de avos virtuais solicitarem autorização e cumpram os requisitos definidos na norma.

Câmbio e capitais internacionais

Por fim, a Resolução nº 521 estabelece regras para algumas atividades das prestadoras de serviço de avos virtuais (PSAVs), que passam a ser tratadas como operações do mercado de câmbio e capitais internacionais. A norma entra em vigor em 2 de fevereiro de 2026 e, a partir de 4 de maio de 2026, passa a ser obrigatória a prestação de informações para o Banco Central sobre essas operações.

A partir de agora, são consideradas operações no mercado de câmbio as seguintes atividades realizadas com avos virtuais:

- pagamento ou transferência internacional usando avos virtuais;
- transferência de avo virtual para cumprir obrigações decorrente do uso internacional de cartão ou outro meio de pagamento eletrônico;
- transferência de avo virtual para ou a partir de carteira auto custodiada, que não envolva pagamento ou transferência internacional com ativos virtuais;
- compra, venda ou troca de avos virtuais referenciados em moeda fiduciária. Segundo o BC, as PSAVs podem prestar serviços de a- vos virtuais no mercado de câmbio, desde que autorizadas a operar nesse mercado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

TECNOLOGIA - SMART SAMPA PASSA A MONITORAR CÂMERAS DO AEROPORTO DE CONGONHAS, EM SÃO PAULO

Projeto será anunciado nesta terça-feira pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB)
Do Estadão Conteúdo

A Prefeitura de São Paulo passou a incluir o Aeroporto de Congonhas, na zona sul da capital, no programa de reconhecimento facial Smart Sampa. Com a incorporação de 24 câmeras, o embarque, o desembarque e as áreas públicas do terminal agora são monitorados pelo sistema. O interior da área restrita, após o embarque, não será vigiado.



Sistema vai monitorar as áreas de embarque, desembarque e os espaços públicos do Aeroporto de Congonhas, um dos mais movimentados do Brasil

A gestão já monitora os terminais rodoviários da cidade. O objetivo principal com a inclusão do aeroporto é identificar foragidos da Justiça. Guardas civis metropolitanos ficarão no terminal para eventuais prisões.

É MAIS UM PASSO IMPORTANTE PARA PROTEGER A POPULAÇÃO E DEIXAR CLARO QUE SÃO PAULO NÃO É UM LOCAL PARA PROCURADOS PELA JUSTIÇA"

ORLANDO MORANDO
Secretário municipal de Segurança Pública de São Paulo

Apesar de as câmeras já estarem integradas ao sistema, a medida será anunciada hoje, dia 11, pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB). "É mais um passo importante para proteger a população e deixar claro que São Paulo não é um local para procurados pela Justiça", afirmou o secretário municipal de Segurança Pública, Orlando Morando.

O Smart Sampa já conta com cerca de 40 mil câmeras - 20 mil pertencem ao consórcio firmado pela Prefeitura e o restante, a parceiros privados e cidadãos. O sistema utiliza inteligência artificial para identificar se eventuais foragidos registrados no Banco Nacional de Mandados de Prisão são flagrados nas gravações.

As imagens também podem ser usadas para registrar crimes. Assim que flagra um suspeito ou um crime, a IA avisa a equipe da Guarda Civil Metropolitana (GCM) mais próxima, com base no georreferenciamento de viaturas, e envia a imagem do suspeito.

O programa já ajudou na prisão em flagrante de 3.505 pessoas e na captura de 2.301 foragidos.

Câmeras e inteligência artificial ganham cada vez mais força

Câmeras e IA ganham papel cada vez maior na segurança pública, tanto no patrulhamento quanto na inteligência investigativa. Mais do que flagrar foragidos e crimes, a vantagem está em rastrear áreas críticas e dinâmicas de gangues, por exemplo.

Monitoramento do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) aponta a existência de pelo menos 421 projetos que utilizam técnicas de reconhecimento facial no País.

Um estudo de julho conduzido por esse grupo acadêmico, porém, aponta que não houve redução significativa de homicídios, roubos e furtos em São Paulo após a instalação do Smart Sampa. A Prefeitura contesta a metodologia usada pelo CESeC e diz que as câmeras auxiliam nas investigações.

Entre outras críticas ao modelo, estão identificações imprecisas abordagens indevidas e risco de violação à privacidade. O Smart Sampa levou dois anos para ser implementado após questionamentos por parte de órgãos como o Ministério Público Estadual e outras entidades, sobre o edital de implementação do sistema.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

FINANÇAS – STF CONSIDERA INCONSTITUCIONAL LEI PAULISTA QUE AUTORIZA CIDADES A PROIBIR MOTO POR APPLICATIVO

Supremo formou maioria em processo nessa segunda-feira. Votação começou no último dia 31

O ministro Alexandre de Moraes já tinha declarado como inconstitucional a lei paulista que permite aos municípios proibir o serviço de motos por aplicativo

Do Estadão Conteúdo



O ministro Alexandre de Moraes já tinha declarado como inconstitucional a lei paulista que permite aos municípios proibir o serviço de motos por aplicativo

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria nesta segunda-feira, dia 10, para tornar inconstitucional a lei paulista nº 18.156/2025, que dava aos municípios autonomia para permitir ou vetar o transporte individual remunerado de passageiros por motocicletas, seja mototáxi ou transporte por aplicativos.

"VISAR LUCRO É INDUBITAVELMENTE LEGÍTIMO, MAS NÃO É ADMISSÍVEL QUE, EVENTUALMENTE, EMPRESAS OPERADORAS DE ALTA TECNOLOGIA COMPORTEM-SE COMO SENHORES DE ESCRAVOS DO SÉCULO XVIII, LUCRANDO COM O TRABALHO ALHEIO EXECUTADO EM UM REGIME EXCLUIDENTE DE DIREITOS BÁSICOS"

FLÁVIO DINO
Ministro do Supremo

A votação ocorreu em plenário virtual iniciado no último dia 31, a partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pela Confederação Nacional dos Serviços (CNS). Em setembro, o relator Alexandre de Moraes já tinha declarado a normativa paulista como inconstitucional (veja mais abaixo). A reportagem procurou o governo de São Paulo e aguarda retorno.

Sancionada em junho, a lei estabelece que o uso de motocicletas para transporte individual privado remunerado deveria ser autorizado e regulamentado pelos municípios paulistas: "No Estado, a utilização de motocicletas para a prestação do serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros fica condicionada à autorização e regulamentação dos municípios", diz a lei em seu primeiro parágrafo;

"É facultado aos municípios, observados o interesse local e as peculiaridades de cada um, regulamentar o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por motocicleta", acrescenta outro trecho.

A lei favorecia a Prefeitura de São Paulo, que, desde 2023, proíbe esse tipo de transporte na capital paulista por meio de um decreto municipal. Desde então, a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) e plataformas digitais, como Uber e 99, travam uma disputa judicial sobre a permissão do serviço na cidade.

A Reportagem também procurou a Prefeitura de São Paulo, que não deu retorno. O espaço segue aberto.

Conflito de competências

Na ação de inconstitucionalidade, a Confederação Nacional dos Serviços argumenta que a lei paulista invade a competência da União para legislar sobre trânsito e transporte, além de violar a

livre iniciava, já que o transporte privado individual de passageiros por aplicativo é classificado como atividade econômica, e não como serviço público.

Em setembro, o ministro Alexandre de Moraes, relator da ADI, decidiu suspender a lei paulista até o julgamento e a decisão final do STF.

Na ocasião, Moraes lembrou que o Supremo já havia se manifestado que proibir ou restringir o transporte por motoristas de aplicativo é inconstitucional "por violar os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência" e que, ao regulamentar a atividade, municípios e o Distrito Federal não podem contrariar a norma federal.

O ministro salientou também que a lei paulista criava critérios e exigências não previstos na legislação federal, o que dificultava sua aplicação. Considerou ainda que a norma contrariava o modelo constitucional de divisão de competências, uma vez que os municípios teriam poder para controlar a oferta de transporte por aplicativos e regulamentar o serviço de forma incompatível com a legislação federal.

Ressalvas

Os demais nove ministros acompanharam o voto de Alexandre de Moraes, finalizando a votação nesta segunda-feira, 10 com um placar unânime de 10 a 0. Os ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino também votaram por declarar a lei paulista inconstitucional, mas apresentaram ressalvas.

Zanin lembrou que, apesar do voto à Lei nº 18.156/2025, os municípios podem regulamentar os serviços de transporte por aplicativo, considerando as características particulares de cada cidade.

"Portanto, acompanho o relator, com a ressalva de que os municípios podem regulamentar e fiscalizar a atividade em exame, o que inclui estabelecer eventuais condicionantes ao seu exercício, considerando peculiaridades locais", disse.

Já Dino afirmou em seu voto que o tipo de serviço não pode livrar as plataformas da obrigação de assegurar direitos trabalhistas aos motoristas de aplicativo, como férias, repouso semanal e seguro contra acidentes.

"Visar lucro é indubitavelmente legítimo, mas não é admissível que, eventualmente, empresas operadoras de alta tecnologia comportem-se como senhores de escravos do século XVIII, lucrando com o trabalho alheio executado em um regime excludente de direitos básicos", declarou o ministro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025

JUSTIÇA - SUPREMO FORMA MAIORIA PARA LIMITAR MULTAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Ministros consideram que multa não pode ultrapassar 60% do valor do tributo, podendo chegar a 100% em casos graves

Do Estadão Conteúdo



Sistema vai monitorar as áreas de embarque, desembarque e os espaços públicos do Aeroporto de Congonhas, um dos mais movimentados do Brasil

O JULGAMENTO DO CASO JÁ FOI INTERROMPIDO CINCO VEZES DESDE SEU INÍCIO, EM 2022. ESSA É A SEXTA VEZ QUE A CORTE TENTA CONCLUIR A ANÁLISE, QUE CONTA COM TRÊS CORRENTES DE POSIÇÕES DISTINTAS



O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para limitar multas por descumprimento de obrigações tributárias chamadas de "acessórias", como a entrega de informações fiscais. A maioria dos ministros entendeu que a multa não pode ultrapassar 60% do tributo, podendo chegar até 100% em caso de circunstâncias agravantes - como dolo e reincidência.

Até o momento, cinco ministros seguiram a divergência aberta pelo ministro Dias Toffoli em relação ao voto do relator, Luís Roberto Barroso, para limitar a multa a 20%.

Toffoli propôs um escalonamento da penalidade de acordo com a situação do contribuinte. Se o descumprimento da obrigação tributária não estiver vinculado a uma dívida, a multa não pode superar 20% do valor da operação, podendo chegar a 30% com agravantes.

O julgamento, que tem impacto milionário para empresas, foi interrompido cinco vezes desde o seu início, em 2022. Essa é a sexta vez que a Corte tenta concluir a análise, que já conta com três correntes de posições distintas.

A Corte analisaria o caso com repercussão geral no plenário virtual até as 23h59 dessa segunda-feira. A discussão chegou ao Supremo por meio de uma ação da Eletronorte contra multa de 40% por falta de emissão de documentos fiscais relativos a combustível, adquirido da Petrobras. Em 2011, o valor da multa aplicada foi de R\$ 44 milhões.

A empresa desistiu do processo após adesão ao Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual (Refaz). Mas como a Corte reconheceu a repercussão geral, que afeta todos os casos semelhantes na Justiça, o julgamento prosseguiu mesmo assim.

Atualmente, Estados e municípios têm regras tributárias específicas e as penalidades por descumprimento variam de acordo com a legislação local. Em seu voto, Toffoli cita lei do Ceará que já impõe penalidade de 60% sobre o tributo devido e norma de Santa Catarina que cobra multa de 200% nas mesmas condições.

Para evitar uma proliferação de ações judiciais de empresas pedindo a devolução de multas pagas no passado, Toffoli propôs que o resultado do julgamento tenha efeitos somente para o futuro, a partir da publicação da ata.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/11/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

SEM CONCORRENTES EM LEILÃO, ARTERIS CONTINUARÁ À FREnte DA CONCESSÃO DA AUTOPISTA FLUMINENSE NO RIO DE JANEIRO

Concessionária foi a única interessada na repactuação do contrato da BR-101/RJ, que vai até a divisa do Espírito Santo. Serão feitos R\$ 6 bilhões em investimentos

Por João Sorima Neto — São Paulo

A Arteris foi a única interessada no leilão de otimização do contrato da BR-101/RJ, também conhecida como Autopista Fluminense, e continuará à frente da concessão. O leilão aconteceu na tarde desta terça-feira, na B3, em São Paulo, após o contrato ter sido repactuado no Tribunal de Contas da União (TCU). A empresa ofereceu zero de desconto sobre a tarifa de pedágio, já que não teve concorrentes. O maior desconto sobre a tarifa de pedágio era o critério para escolher o vencedor.



BR-101: Arteris ficará à frente da concessão após leilão com repactuação de contrato — Foto: Márcia Foletto

Com base em atualizações promovidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres(ANTT), o recálculo da Tarifa Quilométrica Homogênea ficou em R\$ 23,64 por 100 km. Com a repactuação, serão destravados investimentos da ordem de R\$ 6 bilhões. Já as despesas operacionais totalizam R\$ 4,1 bilhões.

— Essa é a materialização do nosso compromisso de longo prazo com base em três pilares: segurança jurídica e regulatória, atualização contratual e ampliação de investimentos — disse Martí Carbonell, CEO da Arteris.

Outras duas concessões rodoviárias já foram repactuadas neste ano: a Motiva (antiga CCR) fez a negociação da MSVia e a Ecorodovias, renegociou as condições do contrato da Eco101. As concessionárias foram as únicas interessadas nos leilões de repactuação.

Em vídeo direto da COP 30, o ministro dos Transportes, Renan Filho, disse que com a repactuação contratual a rodovia vai viver um novo momento, destravando investimentos de R\$ 6 bilhões para melhoramentos, entre eles 50 quilômetros de duplicação de pistas, 52 quilômetros de faixas adicionais e 59 quilômetros de ciclovias, muito importantes para a região.

— E está previsto o contorno de Campos, uma obra muito importante para o Rio de Janeiro — afirmou o ministro.

Para Fernando Vernalha, especialista em infraestrutura e sócio do escritório Vernalha Pereira, a ausência de competição não surpreendeu.

— Os leilões de concessões repactuadas tenderão a gerar pouca ou nenhuma competição, porque atualmente há uma oferta abundante de novos projetos de concessão de rodovias, o que tem tornado o mercado cada vez mais seletivo. Há uma preferência dos interessados por disputar novos projetos às aquisições de concessões repactuadas, que envolvem altos custos de análise — explica o advogado.

Pedido de devolução em 2020

À frente da gestão da rodovia desde 2008, a Arteris pediu a devolução da Fluminense em 2020. A concessionária avaliou que o contrato tornou-se economicamente inviável financeiramente, já que as condições estabelecidas na concessão não vinham se concretizando. Havia também problemas com o cronograma de obras e, especialmente, a dificuldade em obter licenças ambientais.

Com a aprovação de uma solução de repactuação pelo TCU, a empresa e o atual governo federal entraram em um acordo para reformular as condições do contrato. Mas a repactuação previa que novo leilão deveria ser realizado para avaliar o interesse de outros grupos. O mercado, entretanto, já esperava que apenas a Arteris apresentasse oferta pela rodovia.

Com 322 quilômetros, e cinco praças de pedágio, a Fluminense liga a cidade de Niterói até Campos dos Goytacazes, na divisa do Rio de Janeiro com o estado do Espírito Santo, atravessando 13 cidades. Ela dá acesso à região dos Lagos e é importante via para a Bacia de Campos.

A concessão tem prazo de 22 anos e, entre as melhorias previstas, estão duplicações, faixas adicionais e vias marginais. Serão construídos ainda novos dispositivos de acesso, passarelas e paradas de ônibus, trazendo maior segurança aos pedestres e melhorando a fluidez no tráfego.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 11/11/2025

BRASKEM VAI PAGAR R\$ 1,2 BI EM 10 ANOS COMO COMPENSAÇÃO A ALAGOAS POR AFUNDAMENTO DE CINCO BAIRROS EM MACEIÓ

Acordo destrava negociação de venda da petroquímica para a IG4 Capital

Por Bruno Rosa — Rio



Mina de sal-gema da companhia afundou o solo na região metropolitana de Maceió em 2018, gerando bilhões em perdas — Foto: Divulgação / Itawi Albuquerque / Prefeitura de Maceió

A Braskem vem “arrumando a casa” para que seus acionistas e credores consigam acelerar o processo de venda da sexta maior petroquímica do mundo. A empresa conseguiu resolver um de seus maiores imbróglios e fechou acordo com o Estado de Alagoas após a mina de sal-gema da companhia ter afundado o solo na região metropolitana de Maceió em 2018, gerando bilhões em perdas.

A negociação prevê que a Braskem pague, ao todo, R\$ 1,2 bilhão em 10 parcelas anuais a partir de 2030. Em teleconferência para explicar os resultados da empresa no terceiro trimestre deste ano, os executivos da empresa lembraram que foram provisionados ao todo R\$ 18,1 bilhões, dos quais R\$ 13,6 bilhões já foram pagos.

Os executivos explicaram que o pagamento prevê a reparação integral “de todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial estadual”, incluindo a extinção da ação movida pelo Estado de Alagoas. Segundo fontes, o fato de não haver uma definição em relação à tragédia ambiental era o principal motivo que vinha afugentando novos interessados na empresa, que está à venda desde 2019.

A Novonor (ex-Odebrecht) detém 50,1% do capital votante da Braskem, enquanto a Petrobras possui 47%. O restante das ações está nas mãos de acionistas minoritários. Com o acordo em Alagoas, fontes lembraram que as conversas entre a Novonor e a gestora IG4 Capital avançaram. Foi esse o tema que inicialmente travou o apetite do empresário Nelson Tanure na empresa. Segundo fontes, assim que os termos finais forem assinados, o acordo deve ser enviado ao Cade, que regula a concorrência no Brasil. A expectativa é que ocorra já nos próximos dias.

A IG4 está, neste momento, em negociação exclusiva com os bancos credores — Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e BNDES — que receberam as ações da Braskem em garantia após o processo de recuperação judicial da Novonor. Pelo acordo inicial, a Novonor ainda teria uma pequena fatia na companhia, e a participação da Novonor que está nas mãos dos bancos seria gerida pela IG4. A Petrobras, por outro lado, não quer aumentar sua fatia na Braskem, mas busca elevar seu poder de gestão na companhia.

Perguntado sobre as conversas entre a Novonor e a IG4, Felipe Jens, CFO da Braskem, disse, em teleconferência, que esse é um assunto que não compete à gestão da empresa.

-- Não somos parte dessas negociações e não tivemos presença em nenhuma reunião em que esse tema tenha sido debatido. Trata-se de um assunto exclusivamente da alçada da Novonor, nossa controladora, junto aos bancos e à IG4. Somos informados periodicamente pela Novonor sobre eventuais progressos dessas negociações, sempre por escrito e, após recebermos essas informações, divulgamos um fato relevante. Portanto, não tenho nenhuma notícia nova para dar sobre esse tema. Espero que tudo continue correndo bem e que se chegue a um bom termo -- afirmou ele.

Foco em resiliência

Enquanto as conversas entre os acionistas seguem em reta final, os executivos da empresa destacaram que a Braskem mantém o foco na implementação das iniciativas do seu programa de resiliência, voltado à geração de valor, aumento da geração de caixa e redução de despesas.

Em outra frente, ao ser questionado sobre a contratação de um assessor financeiro em setembro deste ano, no âmbito da reorganização da companhia, Jens afirmou que os trabalhos estão em pleno andamento e que ainda não há qualquer definição ou decisão final sobre o que será a nova estrutura de capital.

Em 30 de setembro de 2025, a dívida líquida da Braskem atingiu US\$ 7,1 bilhões, um aumento de US\$ 309 milhões no trimestre. O saldo da dívida bruta ficou em US\$ 8,4 bilhões, em linha com o apresentado em 30 de junho de 2025. No final do período, a dívida corporativa em moeda estrangeira representava 90% da dívida total da companhia. No terceiro trimestre, a empresa reduziu seu prejuízo para R\$ 26 milhões, ante perdas de R\$ 592 milhões registradas no mesmo período de 2024.

-- Seguiremos mantendo todos os investidores e o mercado devidamente informados sobre quaisquer eventuais desdobramentos materiais relacionados a esse tema. Estamos fazendo o que nos propusemos a fazer. Estamos, sistematicamente, entregando as metas que tínhamos estabelecido -- afirmou ele.

Venda de ativos

Após rumores de que a Braskem estaria estudando a venda de ativos, como as unidades industriais de produção de polipropileno no Texas, na Pensilvânia e em West Virginia, o executivo disse que não há nada em andamento, mas explicou que toda e qualquer possibilidade de monetização dos ativos da companhia segue uma lógica racional de geração de valor para os acionistas. Destacou ainda que esse tema está inserido nas discussões sobre alternativas econômico-financeiras para a reorganização da estrutura de capital da Braskem.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 11/11/2025

NA COP30, UMA PROPOSTA DE AMBIENTE DIGITAL PARA PROJETOS DE CRÉDITOS DE CARBONO



Desmatamento na Amazônia caiu —
Foto: MAURO PIMENTEL / AFP/07/06/2022

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vai apresentar na COP30, em Belém, avanços em uma proposta conjunta para um ambiente digital com padrão internacional para registro e acompanhamento de projetos de carbono — uma das peças-chave da transição verde.

A estruturação da chamada Arquitetura Nacional para o Mercado Voluntário de Carbono está sendo feita por meio de uma cooperação técnica que envolve, ainda, a Next ESG, a ACX, a ECCON/Reservas Votorantim e a B3.

— Estamos consolidando um modelo colaborativo que une ciência, tecnologia e governança em torno de um propósito comum: validar e verificar metodologias genuinamente brasileiras, com

credibilidade técnica e reconhecimento internacional. É um passo importante na direção de um mercado de carbono robusto e de classe mundial — diz o presidente da ABNT, Mário William Esper.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/11/2025

MICROSOFT INVESTIRÁ US\$ 10 BILHÕES EM DATA CENTER PARA IA EM PORTUGAL

Este é um dos maiores investimentos da gigante americana na Europa neste ano

Por Bloomberg — Sines, Portugal



Primeiro edifício do centro de dados Start Campus em Sines, em Portugal — Foto: Zed Jameson/Bloomberg

A Microsoft vai investir US\$ 10 bilhões em um centro de dados de inteligência artificial na costa portuguesa, marcando um dos seus maiores investimentos na Europa neste ano, informou a companhia. O valor será destinado a um parque de data centers em Sines, cerca de 150 quilômetros ao sul de Lisboa, que a Microsoft está desenvolvendo em parceria com a Start Campus, uma incorporadora portuguesa, e a startup britânica Nscale.

O presidente da Microsoft, Brad Smith, revelou os planos de financiamento ao Jornal de Negócios durante o Web Summit, realizado na capital portuguesa.

Um porta-voz da Microsoft confirmou o valor do investimento, mas se recusou a comentar mais sobre o assunto. Um representante da Start Campus disse que a cifra de US\$ 10 bilhões está alinhada com as negociações em andamento sobre a próxima fase de desenvolvimento, após a empresa ter inaugurado, em março, o primeiro dos seis prédios planejados.

A Microsoft já havia firmado, em outubro, um contrato de vários anos para alugar capacidade no local de Sines. A empresa está expandindo sua infraestrutura de computação para atender à crescente demanda por serviços de inteligência artificial.

Diante da escassez de capacidade, a Microsoft recentemente assinou acordos com vários provedores de “neocloud” — empresas que oferecem computação em nuvem de alto desempenho — incluindo a CoreWeave e o Nebius Group NV. A Microsoft também planeja alugar capacidade da Nscale na Noruega e no Reino Unido.

Sines, uma cidade costeira com cerca de 15 mil habitantes, está se tornando um importante polo de investimentos em Portugal. A região abriga cabos submarinos que conectam a Europa ao Brasil e à África, e o Google em breve adicionará uma linha até a Carolina do Sul.

Em maio, o CALB Group, da China, iniciou a construção de uma fábrica de baterias de €2 bilhões (US\$ 2,3 bilhões), enquanto Sines também é o local proposto por Portugal para uma “gigafábrica” de IA apoiada pela União Europeia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/11/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PORTA-AVIÕES SE APROXIMA DA VENEZUELA E AUMENTA PRESSÃO MILITAR DOS EUA CONTRA DITADURA CHAVISTA

Presença do USS Ford aumenta os temores de que Trump amplie ataques a suspeitos de narcotráfico no Caribe com ataques em terra na Venezuela

Por Redação

O USS Gerald Ford, o maior porta-aviões do mundo, entrou nesta terça-feira, 11, na jurisdição do Comando Sul das Forças Armadas americanas, que atua na América Latina e no Caribe e se aproxima da Venezuela. Acompanhado de três destroieres e com 4 mil homens a bordo ele reforçará a presença militar americana no Caribe, em meio ao aumento das tensões com a ditadura de Nicolás Maduro.

A chegada do USS Ford à região aumenta os temores de que o governo do presidente Donald Trump amplie de forma dramática os ataques a suspeitos de narcotráfico no Caribe, até mesmo com ataques em terra na Venezuela.

Em resposta, Maduro determinou nesta terça uma mobilização militar “massiva” em todos os Estados do país.

Desde setembro, ao menos 75 pessoas morreram em 19 bombardeios contra pequenos barcos suspeitos de carregar drogas no Mar do Caribe e no Pacífico Oriental. Os EUA mandaram 8 mil homens e oito navios de guerra à região antes da chegada do Ford, e chegaram a fazer voos de reconhecimento com bombardeios de última geração perto da costa venezuelana. Um submarino nuclear também atua na região.



USS Ford atravessou o Estreito de Gibraltar em outubro e seguiu em direção à América Latina Foto: Mass Communication Specialist Seaman Apprentice Alyssa Joy/U.S. Navy via The New York Times

“O USS Ford reforçará a capacidade dos Estados Unidos para detectar, vigiar e desarticular os atores e atividades ilícitas que comprometem a segurança e a prosperidade do território americano e nossa segurança no hemisfério ocidental”, afirmou o porta-voz do Pentágono, Sean Parnell.

A medida é incomum do ponto de vista militar. Historicamente, os EUA mantém apenas dois navios de patrulha na região. Os Estados Unidos ainda não apresentaram provas de que as embarcações eram utilizadas para o tráfico de drogas ou representavam uma ameaça ao país.

O presidente americano tem acusado a Venezuela e Maduro de enviar criminosos violentos e drogas para os EUA — alimentando especulações de que ele pretende remover Maduro do poder à força. Trump afirmou publicamente que os dias de Maduro como presidente estão “contados”.

Especialistas em direito internacional argumentam que a abordagem do governo Trump é ilegal porque as pequenas embarcações visadas transportam civis supostamente envolvidos no comércio de drogas, e não em hostilidades armadas contra os EUA ou seus cidadãos.

Reação chavista

Um comunicado publicado pelo Ministério da Defesa venezuelano indica que está sendo executada uma “mobilização massiva de meios terrestres, aéreos, navais, fluviais e de mísseis; sistemas de armas, unidades militares, milícia bolivariana (civis alistados)”, entre outras estruturas de defesa policial, militar e cidadã.

O canal estatal VTV transmitiu discursos de líderes militares em vários Estados do país, com imagens da mobilização de efetivos e do uso de armamento e equipamento militar.

No entanto, esses anúncios frequentes e amplamente divulgados pelo governo não necessariamente se traduzem em operações visíveis no terreno. / AFP E W. POST

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/11/2025

CRISE DO ARROZ CONTRASTA COM NOVA SUPERSAFRA DE GRÃOS NO PAÍS

Com custo acima do preço pago pela saca, produtores do Rio Grande do Sul, responsáveis por 70% da produção nacional, reduzem área plantada em até 10%

Por José Maria Tomazela

Mesmo com o Brasil a caminho de uma nova safra recorde de grãos, o arroz vive o oposto — área e produção caem no momento em que o custo de produção supera o preço pago pela saca. O desânimo dos produtores gaúchos mostra o lado menos visível da bonança agrícola. No Rio Grande do Sul, que produz mais de 70% de todo arroz brasileiro, a previsão é de queda de 10% na área plantada.

O presidente da Associação dos Agricultores de Dom Pedrito, Edinho Fontoura, resume o dilema vivido pelos produtores. “A saca de arroz está na faixa de R\$ 50, mas o custo de produção chega a R\$ 90. O produtor sabe que está pagando caro para trabalhar, mas não deixa de plantar porque é persistente.”



Os produtores gaúchos vêm de cinco anos agrícolas ruins: foram quatro estiagens severas e ao menos uma grande enchente Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Levantamento do Instituto Riograndense do Arroz (Irga) mostra que mais de 70% das áreas de cultivo no Estado foram semeadas, cobrindo 640 mil hectares, indicando que a previsão de 920 mil hectares na safra 2025/26 não será atingida. Na anterior, o cultivo total chegou a 970 mil hectares. Além da redução na área plantada, muitos agricultores estão descapitalizados e investem menos em adubação devido ao alto custo dos insumos.

Os produtores gaúchos vêm de cinco anos agrícolas ruins: foram quatro estiagens severas e ao menos uma grande enchente.

Dados do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Agricultura (Cepea) explicam o desalento do produtor gaúcho. A saca de 50 quilos teve média de R\$ 58 em outubro, 6,2% inferior à do mês anterior e 51,4% abaixo do mesmo período do ano passado. No acumulado de 2025, a queda nominal é de 43,2%.

O agricultor Arno Walter Lausch, de Maçambará, no centro-oeste do Estado, conclui o plantio de 1,2 mil hectares na Fazenda Celeiro e espera que até a safra ocorra uma reação nos preços. “Somos produtores de alta tecnologia, que tem um custo muito alto. O arroz é importante para a rotação de culturas, pois melhora o solo onde vamos plantar também milho e soja. A gente espera que os preços melhorem e nosso trabalho seja reconhecido”.



Arno Walter Lausch e o filho Cristiano Marques Lausch, da Fazenda Celeiro, em Maçambará, investiram 'quando os preços estavam bons' Foto: Tiago Queiroz/Estadão



Referência do agro no centro-oeste gaúcho, o grupo Lausch cultiva em outras quatro áreas próprias e arrendadas. Cristiano Marques Lausch, filho de Arno e administrador do grupo, lembra que foram feitos altos investimentos para irrigar toda a produção de arroz. “Investimos quando os preços estavam bons e agora fica difícil pagar o investimento com os recursos da lavoura, devido aos preços baixos”, diz.

Brasil exporta, mas também importa arroz

Mesmo sendo o segundo maior exportador de arroz fora da Ásia, o Brasil ainda precisa importar o grão em períodos de escassez. A dualidade revela gargalos de competitividade e logística.

Na safra passada, o país produziu 12,8 milhões de toneladas, acima do consumo interno, na faixa de 11 milhões. Na próxima, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o volume deve cair para 11,4 milhões, cerca de 10% menos.

Com os baixos preços internos, o País pode ampliar as exportações de arroz. A Conab prevê um crescimento de 31% para 2,1 milhões de toneladas no volume enviado para o exterior este ano devido ao excedente no mercado interno. Este ano, o arroz brasileiro foi levado principalmente para países africanos, como Senegal e Gâmbia, e americanos, como Cuba e Peru.

Do outro lado, as importações devem se manter estáveis, em 1,4 milhão de toneladas. O País compra arroz principalmente de vizinhos, como Argentina, Paraguai e Uruguai, nossos principais fornecedores.

Conforme a companhia, a importação de arroz é necessária para regular o mercado interno, evitando que haja escassez e alta excessiva de preços quando nossa produção não atinge o volume esperado.

Quando ocorre o inverso, com excesso de produção e queda de preços, o governo pode realizar leilões de compras para aumentar seu estoque do cereal e ajudar o agricultor a desencalhar sua produção. Este ano, foram investidos R\$ 300 milhões em operações de contratos para compra de 200 mil toneladas do cereal. O preço pago é maior que o do mercado.

Mais arroz no prato

O arroz é um componente indispensável na cesta básica do brasileiro e há esforços para aumentar o consumo. No dia 27 de outubro, a Associação Brasileira da Indústria de Arroz (Abiarroz) lançou a campanha Arroz Combina, voltada à valorização do produto no mercado doméstico.

Além de colocar o alimento no centro do prato do brasileiro, a ação busca equilibrar oferta e demanda no País: o consumo interno se manteve estável nos últimos anos, enquanto a produção aumentou, gerando desequilíbrio nos preços.

Em outra frente, a indústria trabalha para abrir novos mercados. Por meio do projeto de exportação Brazilian Rice, desenvolvido em parceria com ApexBrasil, a Abiarroz atua em missões e feiras internacionais e realiza ações de aproximação com compradores estrangeiros.

Nos últimos meses, representantes do setor industrial orizícola participaram de agendas em países como México e Nigéria integrando missões organizadas pelo governo. Também foram recebidos importadores mexicanos no Rio Grande do Sul.

Em outubro, o arroz brasileiro esteve com estande próprio na Foodex Saudi Expo, em Riad, na Arábia Saudita, e participa, ainda este ano, da US Private Label Trade Show, nos Estados Unidos.

Arroz na cadeia do etanol

Enquanto o arroz perde espaço nas lavouras, ganha novas aplicações industriais. Casca e farelo viram fonte de energia e biodiesel, e o grão busca novo valor em uma economia de baixo carbono. De acordo com o presidente do Irga, Eduardo Bonotto, o arroz tem potencial para entrar na cadeia produtiva do etanol de cereal, com o milho e o trigo.

A produção do combustível já acontece em algumas plantas com o aproveitamento do arroz quebrado no processo de beneficiamento, que tem menor valor comercial.

Além disso, subprodutos do beneficiamento de arroz podem ser melhor aproveitados: o farelo na produção de biodiesel e a casca, na queima direta como combustível para as caldeiras.

"Já temos várias plantas de biocombustível operando no Rio Grande do Sul, e outras estão em processo de instalação. Algumas já queimam a casca do arroz, o que reduz o consumo de árvores nesse processo. É um novo mercado sustentável que se abre para o produtor de arroz", diz Bonotto.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/11/2025

BRASIL VAI SEDIAR MAIOR EVENTO DE ENERGIA SOLAR DO MUNDO FEITO PELA 1ª VEZ FORA DA CHINA

Feira de negócios, em março do próximo ano, contará com cerca de 100 expositores; Brasil foi quarto maior mercado de energia solar do mundo no ano passado

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - Anfitrião do maior evento voltado para a transição energética, a COP-30, o Brasil também foi escolhido para sediar, no próximo ano, em São Paulo, a primeira edição fora da China da maior feira mundial da indústria de energia solar, a SNEC PV & ES LATAM. O País vai receber, entre 24 e 26 de março, os principais players globais dos mercados de energia solar, armazenamento de energia e mobilidade elétrica.

"Estamos ansiosos para promover a colaboração global e o intercâmbio tecnológico e oportunidades comerciais de alto valor entre o Brasil, a China e o mercado internacional em geral. Empresas chinesas demonstraram grande interesse no mercado brasileiro e estão avaliando oportunidades de participação", declarou a fundadora da SNEC, Madame Mi Yue.

Ela destacou o interesse das empresas chinesas no mercado brasileiro e reforçou a importância do evento na apresentação de novas tecnologias, viabilizando oportunidades de negócios e tornando mais acessíveis soluções de geração fotovoltaica, baterias e eletromobilidade para os consumidores brasileiros.



Brasil foi quarto maior mercado de energia solar do mundo em 2024, ficando apenas atrás da China, Estados Unidos e Índia Foto: Felipe Rau/Estadão

O evento acontece em um momento em que o Brasil desperta para o uso de baterias, com a realização do primeiro leilão do equipamento previsto para 2026.

Líder

A China é o maior polo da indústria de energia renovável e de transição energética do mundo, detendo a liderança

na produção de tecnologias de geração solar fotovoltaica, armazenamento de energia e mobilidade elétrica. O interesse das grandes empresas do setor no Brasil se justifica, já que na última década, o País se consolidou como um dos principais mercados de energia solar do mundo.

O Brasil tem cerca de 62 gigawatts (GW) de capacidade instalada de energia solar fotovoltaica, segundo dados da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), sendo a maior parte de geração distribuída (42,9 GW). De acordo com estudo da SolarPower Europe, principal associação do setor solar europeu, o Brasil foi quarto maior mercado de energia solar do mundo em 2024, ficando apenas atrás da China, Estados Unidos e Índia, com 18,9 GW adicionados.

A SNEC de Xangai, na China, é realizada desde 2007 e tornou-se o maior evento de energia solar do mundo. A edição de 2025 aconteceu entre 11 e 13 junho e contou com cerca de 3,5 mil expositores e atraiu de mais de 500 mil visitantes.

A expectativa da organização é receber pelo menos 10 mil pessoas nos três dias de evento no Brasil. A feira de negócios contará com cerca de 100 expositores, incluindo os principais fabricantes de equipamentos fotovoltaicos, como painéis solares e inversores, e desenvolvedores de projetos de geração centralizada e distribuída, além de empresas com atuação nos mercados de armazenamento de energia com baterias, mobilidade elétrica, smarts grids e infraestrutura.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/11/2025

INFLAÇÃO DESACELERA EM OUTUBRO E FICA EM 0,09%, MENOR RESULTADO PARA O MÊS DESDE 1998

Recuo foi influenciado, principalmente, pela queda na energia elétrica; resultado acumulado em 12 meses foi de 4,68% até o mês passado, ante taxa de 5,17% até setembro

Por Daniela Amorim (Broadcast) e Luciana Xavier

RIO E SÃO PAULO - Na esteira da redução na conta de luz, a inflação oficial no País desacelerou de uma alta de 0,48% em setembro para uma de 0,09% em outubro, o porcentual mais baixo para o mês desde 1998. Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado nesta terça-feira, 11, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou praticamente no piso das estimativas de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que esperavam um avanço entre 0,08% e 0,21%, com mediana positiva de 0,14%. Como consequência, a taxa acumulada em 12 meses voltou a arrefecer, descendo a 4,68% em outubro, menor patamar desde janeiro.

“A queda nos preços das commodities (matérias-primas cotadas em dólar) e a desvalorização do dólar frente ao real têm contribuído para aliviar a pressão sobre os alimentos e os bens industriais”, avaliou Claudia Moreno, economista do C6 Bank, em comentário.



O IPCA fechou outubro com alta de 0,09%, segundo o IBGE Foto: Werther Santana/Estadão

Após a divulgação, o C6 Bank revisou a projeção para o IPCA de 2025, de 5% para 4,5%, ou seja, no teto de tolerância da meta de 3%. O banco reduziu ainda de 5,2% para 5% a previsão para a inflação de 2026. O banco UBS BB também cortou sua projeção para a taxa de inflação fechada em 2025, de 4,6% para 4,5%, seguida de alta de 3,8% em 2026.

Em meio à melhora nas projeções, o estrategista-chefe da EPS Investimentos, Luciano Rostagno, avalia que o IPCA de outubro veio sim um pouco melhor, mas mantém sinais que demandam cautela, como a inflação de serviços ainda elevada.

“Fundamental aqui não é o IPCA de hoje, mas entender o cenário com o qual o BC se depara que é de inflação de serviços caindo lentamente e desancoragem das expectativas. Então o IPCA não muda o cenário (para o Comitê de Política Monetária do Banco Central), porque é como se tivesse olhando pelo retrovisor, mas claro que quando um número vem mais baixo e na medida que o BC vai acumulando informações, a gente vai criando confiança com o cenário”, corroborou o economista-chefe do Banco Bmg, Flávio Serrano.

Inflação no Brasil

Evolução mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)



Gráfico: Estadão • Fonte: IBGE • [Obter dados](#)

A inflação de outubro foi consideravelmente aliviada pela redução na energia elétrica residencial, avaliou Fernando Gonçalves, gerente de Índices de Preços no IBGE. A energia elétrica ficou 2,39% mais barata no mês, maior impacto individual negativo, -0,10 ponto porcentual no IPCA.

Houve mudança da bandeira tarifária vermelha patamar 2, vigente em setembro, para a bandeira vermelha patamar 1 em outubro, reduzindo a cobrança adicional na conta de luz a cada 100 Kwh consumidos. Sem a influência da energia elétrica, o IPCA teria sido de 0,20% em outubro, calculou o pesquisador do IBGE.

Já os preços dos alimentos tiveram ligeira alta de 0,1% em outubro, após uma sequência de quatro meses de quedas.

“O final do ano tem tradicionalmente pressão de preços de alimentos, um aumento sazonal de demanda de alimentos no fim de ano, e algumas safras já colhidas”, disse Fernando Gonçalves, do IBGE. “Pode ser que o momento de contribuição negativa (dos alimentos para a inflação) já tenha ficado para trás, conforme anos anteriores.”

O custo da alimentação no domicílio caiu 0,16% em outubro, com destaque para as reduções no arroz (-2,49%) e no leite longa-vida (-1,88%).

“Alguns alimentos estão com safra abundante ainda, outros já arrefeceram”, citou Gonçalves, acrescentando que, no geral, a oferta em alta tem garantido a trégua nos preços dos alimentos ao consumidor. “O clima mais favorável facilita o processo de cultivo. Teve chuvas caindo no local certo, na quantidade certa, tudo isso favorece a produtividade.”

O café moído recuou 0,31% em outubro, acumulando uma queda de 3,52% em quatro meses consecutivos de redução de preços. Segundo Gonçalves, as tarifas afetaram as expectativas sobre a demanda e, consequentemente, os preços, mas as quedas recentes ainda são pequenas para repor tudo o que aumentou no ano. O produto ainda acumula uma alta de 37,88% no ano e elevação de 48,13% em 12 meses. Em maio de 2025, o café chegou a registrar um avanço de 82,24% no acumulado em 12 meses.

No mês de outubro, os consumidores pagaram mais pela batata-inglesa (8,56%) e pelo óleo de soja (4,64%). A alimentação fora do domicílio subiu 0,46%: o lanche aumentou 0,75%, e a refeição fora de casa teve elevação de 0,38%.

Houve pressão também nos aumentos nos preços da passagem aérea, com alta de 4,48%, contribuindo sozinha com 0,03 ponto porcentual para o IPCA de outubro, subitem de maior pressão na inflação do mês, ao lado de aluguel residencial (0,93%).

Quanto aos combustíveis, com exceção do óleo diesel, que caiu 0,46%, os demais aumentaram em outubro: etanol (0,85%), gás veicular (0,42%) e gasolina (0,29%).

“A projeção para 2025 tem risco assimétrico para baixo, em função do comportamento benigno dos preços de alimentos e de itens industrializados, e dos níveis apreciados do real, em relação ao dólar, embora a persistência das pressões sobre serviços limite a magnitude da revisão”, apontou Matheus Ferreira, analista da consultoria Tendências. “Para novembro, a expectativa é de aceleração moderada.”

Ferreira estima uma deflação nos preços da gasolina, mas um aumento sazonal nos preços dos alimentos. “Como contraponto, a ocorrência da Black Friday acarretará redução dos preços dos itens industrializados”, acrescentou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/11/2025

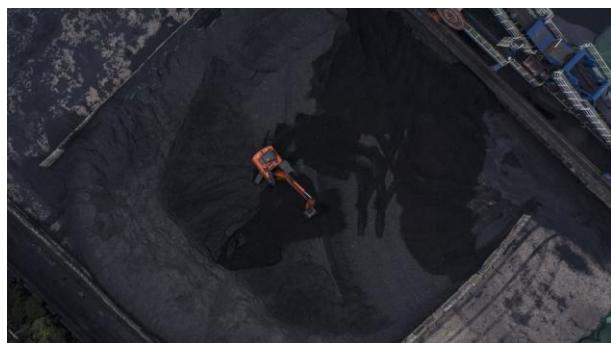


VALOR ECONÔMICO (SP)

MINÉRIO DE FERRO SOBE 0,20% NA BOLSA DE DALIAN

O mercado está se preparando para a primeira entrega da enorme mina de Simandou, na Guiné, dizem analistas da ANZ

Por Valor — São Paulo



Os contratos para janeiro, os mais negociados na Bolsa de Dalian, subiram 0,20%, a 763 yuans (US\$ 107,17) — Foto: Bloomberg

O minério de ferro voltou a subir nesta terça-feira (11), se recuperando da queda na primeira sessão de negociações da semana.

Os contratos para janeiro, os mais negociados na Bolsa de Dalian, subiram 0,20%, a 763 yuans (US\$ 107,17).

O mercado está se preparando para a primeira entrega da enorme mina de Simandou, na Guiné, dizem analistas da ANZ.

“Os estoques nos portos estão aumentando devido ao crescimento das importações e à menor produção de aço”, acrescentam.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/11/2025

APEXBRASIL IMPULSIONA INTERNACIONALIZAÇÃO DE STARTUPS NO WEB SUMMIT LISBOA 2025

Empresas brasileiras ganham visibilidade no exterior e consolidam o país como polo de tecnologia e criatividade

Por ApexBrasil



Seminário de internacionalização, evento preparatório da delegação de empresas brasileiras no Web Summit — Foto: Divulgação

Reforçar o compromisso do governo brasileiro com a internacionalização de startups, o incentivo a negócios globais e o fortalecimento da imagem do país como um parceiro competitivo, inovador e confiável. Esses são os principais objetivos que motivam a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e o Sebrae a realizarem um amplo esforço de mobilização

para participar do Web Summit Lisboa 2025, que acontece entre 10 e 13 de novembro.

O país chega a Portugal com uma delegação robusta. São 370 startups e empresas inovadoras previstas. Desse total, 151 foram selecionadas pela ApexBrasil e pelo Sebrae – e 120 delas nunca haviam participado do evento, que em 2024 reuniu mais de 71 mil visitantes, 953 palestrantes, mais de 3 mil startups e 1.066 investidores. Os resultados alcançados na edição anterior foram expressivos: R\$ 2,4 milhões em negócios realizados durante o evento e R\$ 75,6 milhões em acordos projetados.

“O Brasil abriga mais de 20 mil startups, e esse número não para de crescer. O país é hoje uma referência em inovação na América Latina, com soluções tecnológicas escaláveis em diversos setores que vêm despertando o interesse de investidores e empresas em todo o mundo”, afirma o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana. “A ApexBrasil mantém seu compromisso de apoiar a internacionalização dessas startups, tendo o Web Summit como uma das principais iniciativas para alcançar esse objetivo.”

VITRINE PRIVILEGIADA

A agência atua em diferentes frentes, incluindo a seleção e a liderança da delegação de empresas brasileiras participantes, a promoção dos negócios para o público internacional e o desenvolvimento de projetos e programas setoriais de promoção à internacionalização de produtos e serviços de tecnologia e inovação, além de treinamentos, mentorias e capacitações.

Mais uma vez, as empresas vão contar com uma vitrine importante, o Pavilhão do Brasil, um espaço que vem crescendo a cada edição. Desde o evento do ano passado, o ambiente é formado por duas ilhas, uma dedicada a conteúdos e reuniões de negócios e outra à exposição de empresas brasileiras, ambas instaladas em um local privilegiado dentro da MEO Arena, na capital portuguesa.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Das participantes selecionadas pela ApexBrasil, 80 são da região Sudeste (52,98%), 35 do Nordeste (23,18%), 27 do Sul (17,88%), 6 do Norte (3,97%) e 3 do Centro-Oeste (1,98%). O processo de seleção pública buscou valorizar a diversidade regional e social, com prioridade para empreendimentos oriundos de favelas e comunidades urbanas e startups lideradas por mulheres, dentro das premissas do programa Mulheres e Negócios Internacionais.

As startups selecionadas passaram por treinamentos, mentorias e capacitações com foco em internacionalização, estratégias e atração de investimentos, além de pitch training. Muitas já iniciaram sua jornada exportadora e atuam em países da Europa, além de Canadá e Estados Unidos.

A participação no evento tem o potencial de ampliar o acesso a um dos mercados mais importantes para o comércio exterior nacional: de acordo com a ApexBrasil, a corrente de comércio Brasil-Portugal foi de US\$ 4,7 bilhões em 2024, sendo US\$ 3,4 bilhões de exportações brasileiras, o que representa um superávit de US\$ 2,1 bilhões.

Para ampliar o alcance do evento, serão gravados três episódios do ApexPod em Movimento, videocast da ApexBrasil. Os programas abordarão temas como inovação nas regiões brasileiras, o

papel de Portugal como porta de entrada para o mercado europeu e os aprendizados do Web Summit. Os episódios serão transmitidos no canal da ApexBrasil no YouTube.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 11/11/2025

MEGATENDÊNCIAS GLOBAIS DEFINEM AGENDA DA INDÚSTRIA MINERAL

Entre os US\$ 68,4 bilhões de investimentos previstos no Brasil entre 2025 e 2029, projetos vinculados a minério de ferro são 28,7% e os socioambientais 16,6%

Por Carmen Nery — Para o Valor, do Rio



Mina Tico-Tico (MG), da Mineração Morro do Ipê, que investiu R\$ 1,3 bilhão para aumentar a produção de “minério verde” — Foto: Divulgação

As megatendências globais têm pautado os rumos da oferta, da demanda e dos investimentos do setor de mineração. O mantra tem sido segurança alimentar, descarbonização e transição energética, em que minerais como lítio, cobre, níquel, cobalto e minério de ferro verde têm papel fundamental. Dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) apontam que, do total de US\$ 68,4 bilhões de investimentos previstos no Brasil entre 2025 e 2029, os projetos socioambientais ocupam a segunda posição, com 16,6%, só atrás dos vinculados a minério de ferro (28,7%).

José Luís Gordon, diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), informa que o banco tem buscado estimular a cadeia de minerais estratégicos. O BNDES recebeu 124 propostas e selecionou 56, somando R\$ 45,8 bilhões, na chamada pública feita junto com a Finep para apoiar planos de negócios visando à ampliação da capacidade produtiva e de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&DI).

Com a Vale, o BNDES criou, em 2024, o Fundo de Investimento em Participações (FIP) de Minerais Estratégicos, com R\$ 1 bilhão para aporte em cerca de 20 empresas júniores e de médio porte que atuem em pesquisa com foco em minerais estratégicos para a transição energética (cobalto, cobre, lítio e níquel) e a segurança alimentar (fósforo e potássio). A BNDESPAR e a Vale subscreverão cotas de R\$ 100 milhões até R\$ 250 milhões.

Rafael Marchi, sócio-diretor da A&M Infra, diz que a mineração vive um momento peculiar. De um lado, há os projetos de minério de ferro das grandes ventures, como Vale, Anglo, BHP, Samarco; e do segundo nível, formado por Brazil Iron, Cedro, Bamin, Herculano, Minerita etc. De outro, há projetos de ouro e da categoria de minerais críticos para transição energética e para fertilizantes. “Em terras raras, há projetos de Meteoric, Aclara, Serra Verde, Brazilian Rare Earths. Em lítio, há investimentos de Sigma, CBL, Latin Resources, Atlas Lithium e outros que estão no pipeline para sair. Do ponto de vista geopolítico, há uma corrida em busca dos minerais do Brasil, que é um país neutro”, completa Marchi.

Entre os empreendimentos greenfield (novo), o Projeto Ferro Verde, da Brazil Iron, inclui três minas de minério de ferro a céu aberto, ramal ferroviário de 120 quilômetros e três plantas industriais para produção de pellet feed (minério de alto teor de ferro), pelotização e HBI (ferro briquetado a quente) no Porto Sul (BA) com utilização de hidrogênio verde. “A McKinsey projeta um déficit de 109 milhões de toneladas de ferro verde em 2031. Nossas obras começam em 2026 e a operação, em 2030. Os dez primeiros anos de produção já estão negociados com clientes da Europa e da Ásia”, diz Emerson Souza, vice-presidente de relações institucionais da Brazil Iron.

“Do ponto de vista geopolítico, há uma corrida em busca dos minerais do Brasil”
— Rafael Marchi

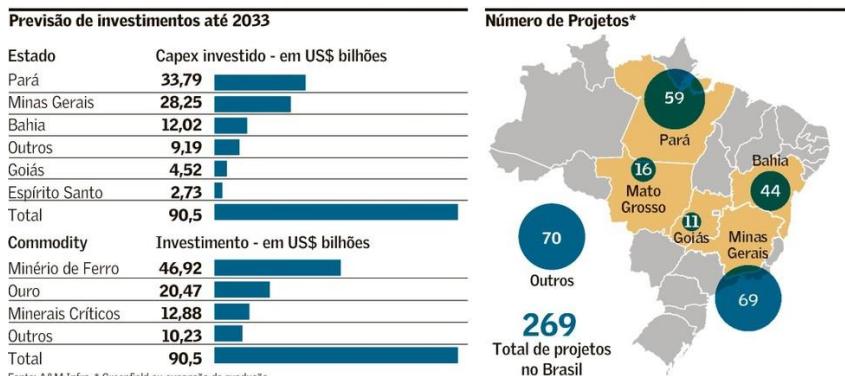
A Anglo American investiu cerca de R\$ 5 bilhões numa planta de filtragem a vácuo na mina de Conceição do Mato Dentro (MG). O projeto evitará o lançamento de até 85% do rejeito total para a barragem do Sistema Minas-Rio e deve entrar em operação em 2026.

A Vale prevê que 10% de sua produção total de minério de ferro seja composta por produtos de mineração circular. Carlos Medeiros, vice-presidente de operações, destaca o Programa Novo Carajás (PA), com investimentos de R\$ 70 bilhões, e uma nova fase de investimentos em Minas Gerais, de R\$ 67 bilhões, ambos com previsão de execução até 2030.

A mina Capanema (MG) foi reativada, com investimentos de R\$ 5,2 bilhões, em setembro, adicionando 15 milhões de toneladas por ano à produção de minério de ferro da Vale. No Pará, com o Novo Carajás, a produção de minério de ferro chegará a um ritmo de 200 milhões de toneladas por ano em 2030, a partir do adicional de 20 Mt na mina de Serra Su. No caso do cobre, projeta-se um crescimento de 32%, para cerca de 350 mil toneladas. Na frente de metais para transição energética, a Vale Metais Básicos iniciou em setembro a operação do segundo forno de processamento de níquel no Complexo Mineral Onça Puma, no sudeste do Pará.

Cenário de expansão

Setor planeja ampliações e novos projetos



A CSN Mineração está investindo R\$ 13,2 bilhões, até 2030, em infraestrutura logística, economia circular e no Projeto P15, que visa a produzir, na mina Casa de Pedra em Congonhas (MG), 16,5 milhões de toneladas/ano de pellet feed para viabilizar aço mais verde. “É um insumo fundamental para a descarbonização da siderurgia global. O início da operação será no quarto trimestre de 2027”, diz Pedro Oliva, diretor financeiro e de relações com investidores.

Outros projetos brownfield (já existentes) têm recebido investimentos de novos operadores. Os grupos Mubadala e Trafigura fizeram o licenciamento de um novo projeto da mina Mineração Morro do Ipê (MMI), na região de Serra Azul (MG) adquirida da MMX Sudeste. A MMI investiu R\$ 1,3 bilhão para a produção de 6 milhões de toneladas por ano de “minério verde” (pellet feed), de maior teor de ferro.

A Atlantic Nickel, do fundo britânico Appian Capital Advisor, terá inicialmente investimentos de US\$ 50 milhões na mina de níquel Santa Rita, em Itagibá (BA). Os recursos vêm do fundo de US\$ 1 bilhão criado pela Appian e pela IFC, braço de investimento privado do Banco Mundial. “A Appian está investindo R\$ 100 milhões em um estudo de viabilidade do projeto subterrâneo da mina Santa Rita. Com a confirmação do estudo, serão investidos R\$ 3 bilhões para o desenvolvimento da mina subterrânea entre 2026 e 2030”, diz Milson Mundim, country manager da Appian Capital Brazil.

A Sigma Lithium está investindo US\$ 100 milhões, com financiamento de R\$ 486,8 milhões do BNDES, para ampliar a capacidade produtiva com a construção de uma segunda fábrica Greentech de transformação do minério em óxido de lítio. “A conclusão é até o final de 2026, o que dobrará nossa capacidade industrial anual de 40.000 t de LCE [lítio carbonato equivalente], cerca de 3% do mercado mundial, para 80.000 t de LCE, apenas para acompanhar o crescimento em ascensão da demanda de lítio, que atingiu 22% esse ano”, diz Ana Cabral, CEO e cofundadora da Sigma.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/11/2025

MINERAÇÃO DA BAHIA ATRAI INVESTIMENTOS DE US\$ 9 BILHÕES

Valor é projeção para aportes a serem feitos até 2029

Por João Paulo Almeida — Para o Valor, de Salvador



Raul Jungmann, diretor-presidente do Ibram, discursa durante a abertura da Exposibram 2025 — Foto: João Paulo Almeida / Valor

Terceira força no setor de mineração nacional, a Bahia deve receber US\$ 9 bilhões em investimentos entre 2025 e 2029, de acordo com projeções do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM). Durante sua participação na Exposibram, o presidente da CBPM, Henrique Carballal, contou que pelo menos 17 municípios

do Estado irão receber projetos na área de mineração nos próximos anos.

Um dos destaques será o projeto Ferro Verde, desenvolvido pela Brazil Iron em parceria com a CBPM. “Esse projeto permitirá que a Bahia passe a produzir ferro briquetado a quente [HBI], considerado essencial para a transformação da indústria mundial do aço. Ele terá um investimento total de US\$ 5,7 bilhões no estado”, disse Carballal.

Outra parceria da CBPM, com a Homerun Brasil, é o projeto Brasil Transparente, que tem um investimento de R\$ 1,8 bilhão para a instalação da primeira fábrica de vidro solar fora da China — no município de Belmonte, região sul do Estado.

Em 2023, a CBPM destinou R\$ 55 milhões para a área de pesquisa. “A CBPM é hoje a empresa brasileira com o maior investimento em pesquisa mineral e uma das que têm maior credibilidade no país. Mantemos uma das maiores e mais diversas litotecas do Brasil, um acervo que representa um imenso patrimônio de conhecimento geológico acumulado, que reforça o protagonismo da Bahia no desenvolvimento do setor mineral”, disse o executivo.

Na abertura do evento, o diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, reforçou a importância de investimentos em tecnologia e mão de obra qualificada. “Precisamos de investimentos no setor mineral no Brasil. Destacamos duas áreas importantíssimas para a mineração, que são a tecnologia e a qualificação profissional. Hoje, o Brasil já está avançando nesses aspectos, mas ainda precisamos evoluir. Só conseguiremos isso por meio de investimentos em tecnologia, pessoas, logística e outras áreas.”

Os investimentos em logística também são fundamentais para o desenvolvimento do setor mineral no Nordeste brasileiro. Alex Trevizan, diretor comercial e de terminais da Transnordestina Logística, salientou a importância do modal ferroviário para a mineração nacional. Atualmente, a Transnordestina conta com R\$ 10,7 bilhões em recursos aplicados, 1.206 km de extensão e 4.053 colaboradores empregados. Segundo Trevizan, o projeto está em expansão até o Porto de Pecém, em Fortaleza, com o último trecho já em fase final de licitação e já com prazo de previsão de entrega.

“Estamos com prazo até setembro de 2027 para conectar a ferrovia ao Porto de Pecém. A ferrovia começa no interior do Piauí, no município de Eliseu Martins, e já possui 75% de avanço físico até o porto cearense em estado finalizado. São 676 km concluídos e mais 280 km em obras na fase 1 do projeto. Nessa etapa, estamos no processo final de obtenção de licenças para iniciarmos a operação. No total, quando a ferrovia chegar ao porto, serão R\$ 15 bilhões investidos”, explicou o diretor.

O setor de mineração na Bahia também apresentou crescimento na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Segundo números do Ibram, em 2023, o Estado arrecadou R\$ 160 milhões, e em 2024, R\$ 167 milhões. Atualmente, a Bahia responde por 2% da participação nacional, ficando atrás apenas de Minas Gerais (45%) e Pará (41%).

A Bahia também tem se destacado na geração de empregos ligados à mineração. Pesquisa do Ibram mostra que o setor mineral baiano gerou 15.823 empregos diretos e mais de 170 mil empregos indiretos. No Brasil, o setor gera 220.841 empregos diretos e cerca de 2,4 milhões de postos de trabalho indiretos.

Em termos de faturamento, o Brasil alcançou R\$ 270,8 bilhões em 2024, com a Bahia ocupando a quarta posição no ranking nacional. Em 2023 o Estado teve R\$ 9,7 bilhões e em 2024 chegou a R\$ 10,1 bilhões de faturamento. Minas Gerais registrou R\$ 108,3 bilhões em 2024. O Pará R\$ 97,6 bilhões e São Paulo R\$ 10,3 bilhões no ano passado, segundo os números apresentados pelo Ibram na Exposibram.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 11/11/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

COMITÊ DE DESCARBONIZAÇÃO NO TRANSPORTE MARÍTIMO TERÁ 720 DIAS PARA DIAGNÓSTICO

Por Danilo Oliveira Navegação 11/11/2025 - 17:00



Grupo interministerial, presidido pelo MPor, analisará oportunidades relacionadas ao desenvolvimento da cadeia de produção, distribuição e comercialização de combustíveis sustentáveis para o setor

O governo instituiu o Comitê de Descarbonização no Transporte Marítimo. O CDTMar reunirá representantes dos ministérios de Portos e Aeroportos (MPor), da Defesa, do Meio Ambiente e Mudança do Clima e de Minas e Energia (MME), que deverão atuar de forma colaborativa para a elaboração de políticas públicas relacionadas ao tema. A

portaria interministerial, publicada na última segunda-feira (10), estabeleceu o prazo de 720 dias para funcionamento do comitê e produção de um relatório final a ser endereçado à secretaria executiva do MPor, que presidirá o grupo.

O CDTMar deverá promover a integração de dados, informações e estudos que possam contribuir com a implementação de ações de descarbonização do setor de transporte marítimo, bem como o diagnóstico de necessidades e oportunidades relacionadas ao desenvolvimento da cadeia de produção, distribuição e comercialização de combustíveis sustentáveis para o setor de transporte marítimo.

O comitê também fará diagnóstico de necessidades e oportunidades relacionadas ao desenvolvimento de outras soluções tecnológicas e operacionais aplicáveis ao setor de transporte marítimo. Outra atribuição será a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas para a transição energética transporte marítimo, por meio de debate e apresentação de propostas sobre os temas definidos como prioritários pelo plenário do comitê.

A portaria interministerial, que entrou em vigor na segunda-feira (10), estabeleceu que as pautas debatidas pelo CDTMar e as proposições a serem apresentadas deverão estar restritas às matérias de competência dos ministérios signatários e de suas entidades vinculadas. Além dos ministérios, o

CDTMar será composto por representantes da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A representação do Ministério da Defesa se dará por meio da autoridade marítima brasileira.

A estrutura do comitê prevê sessões plenárias para debates estruturados e deliberação, além de uma secretaria executiva para assessoramento e coordenação dos trabalhos e de subcomitês e grupos de trabalhos (GTs) para estudos e análises específicas, desde que aprovada sua criação em sessão plenária. De acordo com a portaria, a criação de subcomitês ou GTs relacionados à política energética nacional e aos combustíveis aquaviários deverá ser comunicada à secretaria executiva do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), vedada sua criação sempre que este conselho estiver com subcomitês e GTs em vigência sobre esses temas.

As sessões plenárias deverão ocorrer, de forma ordinária, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação do presidente do comitê. As plenárias funcionarão em formato híbrido, preferencialmente de forma presencial para aqueles que se encontrarem no Distrito Federal e preferencialmente por meio de videoconferência para aqueles que se encontrarem em outras unidades da federação. As decisões serão tomadas por maioria simples e, na hipótese de empate, além do voto ordinário, o presidente do comitê terá o 'voto de qualidade'. O presidente poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, para participar das sessões plenárias, sem direito a voto.

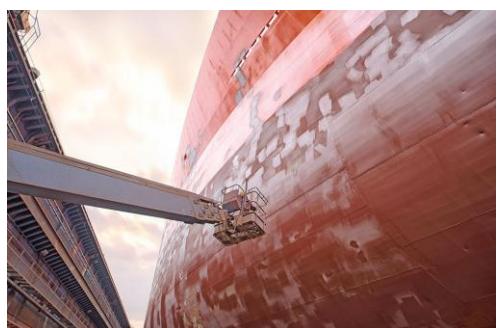
O regimento interno e o plano de trabalho inicial do comitê deverão ser formalizados em até 30 dias da publicação da portaria. O prazo máximo de duração de um grupo de trabalho é de 180 dias, prorrogável uma única vez por até igual período. O número máximo de GTs em operação simultânea é de três. Até 30 de dezembro de cada ano, o comitê apresentará aos ministérios o relatório anual de suas atividades e planejamento das ações para o ano seguinte. Relatórios parciais poderão ser apresentados a qualquer tempo, caso deliberado em sessão plenária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/11/2025

ARTIGO - REFORMA TRIBUTÁRIA E A ISENÇÃO DE IBS E CBS PARA SERVIÇOS NAVAIS A EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS

Por Renato Sodero Ungaretti e Maria M. Santana Pereira Opinião 11/11/2025 - 12:14



A Emenda Constitucional nº 132/2023, que estabeleceu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), prevê a desoneração das exportações como um de seus princípios fundamentais. No setor Naval, essa diretriz pode ser aplicada a serviços de manutenção e reparo em navios de bandeira estrangeira, mesmo que realizados em território brasileiro. A recente Lei Complementar nº 214/2025 detalha condições específicas para que tais serviços sejam reconhecidos como exportações, incluindo a exigência de que o contratante seja residente no exterior e o consumo do serviço ocorra fora do país.

Para que se configure a exportação e, consequentemente, a possibilidade de isenção do IBS e da CBS, é necessário que a embarcação entre no Brasil e retorne ao exterior em seguida. Essa exigência pode ser interpretada como um indicativo de que o serviço foi consumido no exterior. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal dá respaldo a essa interpretação ao afirmar que a Constituição busca afastar a tributação sobre exportações, de modo a evitar prejuízos à competitividade internacional de empresas nacionais.

Mesmo com esse entendimento, o Brasil ainda ocupa uma posição discreta no mercado global de exportação de serviços, com participação de apenas 0,6% em 2023. Nesse contexto, eventuais

interpretações que reforcem a incidência de tributos sobre serviços prestados a embarcações estrangeiras podem ampliar a distância do país em relação às principais economias exportadoras. A consolidação da desoneração, por outro lado, tem potencial de fortalecer o setor naval brasileiro e ampliar sua inserção nas cadeias globais de valor.

1. Introdução

A Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023, que instituiu a denominada reforma tributária do consumo, criou o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para substituir o ICMS e ISS, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), para substituir as contribuições sociais do PIS e da COFINS, buscando maior uniformidade e simplicidade. Um dos princípios preservados na nova estrutura é a desoneração das exportações, prevista no artigo 156-A, inciso III, da Constituição Federal[1], que afasta a incidência do IBS e da CBS sobre a receita de exportação de serviços.

Este artigo analisa a aplicação do princípio da desoneração fiscal das exportações aos serviços de reparo e manutenção de navios e embarcações que estejam atracadas em águas brasileiras, e a regulamentação de tal desoneração fiscal trazida pela recente Lei Complementar nº 214/2025.

2. Exportações de serviços: Conceito e aplicabilidade no setor Naval

O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), do qual o Brasil é signatário, reconhece que o comércio internacional de serviços pode ocorrer por meio de quatro diferentes modalidades de fornecimento [2]:

Prestação de serviços transfronteiriça: é a prestação de um serviço do território de um país para o território de outro país;

Consumo no exterior: é a prestação de um serviço no território de um país ao consumidor de outro país;

Presença comercial: é a prestação de um serviço por um prestador de serviços de um país, por meio de presença comercial, no território de outro país;

Presença/Movimentação de pessoas físicas/profissionais: é a prestação de um serviço por um prestador de serviços de um país, por meio da presença de pessoas físicas de um país no território de outro país.

No contexto da navegação marítima, navios de bandeira estrangeira ou pertencentes a empresas estrangeiras são, em certas situações, equiparados a território estrangeiro. Por isso, e também pelos pagamentos serem em geral provenientes do exterior, serviços prestados a essas embarcações — especialmente os de reparo e manutenção — são considerados exportações, mesmo quando realizados em águas brasileiras ou em estaleiros nacionais.

3. Não incidência do IBS e da CBS nas operações de prestação de serviços a embarcações de bandeira estrangeira

Com a criação do IBS e da CBS pela EC nº 132, reafirma-se a diretriz de não se tributar as exportações, sob pena de prejudicar a competitividade dos produtos e serviços nacionais no mercado internacional. Assim, a prestação de serviços a navios de bandeira estrangeira — ainda que realizada em território brasileiro — deve ser tratada como exportação, sendo imune à incidência do IBS e da CBS, conforme o artigo 156-A, inciso III, da Constituição Federal.

Apesar do texto da EC nº 132 desonerar do IBS e da CBS a exportação de serviços, sem impor qualquer condição adicional, a Lei Complementar nº 214/2025, em seu artigo 80 [3] estabelece requisitos específicos para que a prestação de serviços a residente ou domiciliado no exterior seja considerada exportação.



Dentre os requisitos previstos no citado artigo 80, dois dos que envolvem a prestação de serviços a embarcações de bandeira estrangeira são:

O bem móvel, no caso a embarcação, que ingresse no País para a prestação do serviço, precisa retornar ao exterior após a sua conclusão, observado o prazo estabelecido no regulamento;

O serviço ser consumido no exterior.

O primeiro dos requisitos é passível de cumprimento à medida que a embarcação estrangeira atracada não é nacionalizada, retornando ao exterior após o reparo.

O segundo requisito é também configurado, à medida que a embarcação após o reparo permanece com bandeira estrangeira, e retorna ao exterior.

Note-se que o cumprimento do primeiro requisito implica automaticamente na observância do segundo requisito. Isto porque a exigência de que o bem móvel que ingressou no Brasil para a prestação de serviços retorne ao exterior, já evidencia que o resultado de tal prestação se dá no exterior.

É frequente que empresas do setor naval realizem serviços de manutenção e reparo em embarcações de bandeira estrangeira que adentram o território brasileiro. Essa circunstância não descharacteriza por si só a natureza de exportação do serviço, uma vez que o contratante é residente no exterior e há efetivo ingresso de divisas no país, por meio do pagamento em moeda estrangeira.

Segundo o Senador Eduardo Braga, relator do Projeto de Lei nº 68/2024, que resultou na Lei Complementar nº 214/2025, “a desoneração das exportações consagra o princípio universal de comércio internacional, segundo o qual “não se exportam tributos”. Com isso, evita-se o risco de dupla tributação internacional, com reflexos comerciais distorcidos notórios, que prejudicam a livre concorrência e a competitividade do produto nacional frente aos competidores do mercado externo, além de fomentar a importação em detrimento da exportação”.

Para o mencionado Parlamentar, “tal princípio é o motivo pelo qual a Constituição Federal estabelece imunidade às exportações de todos os atuais tributos sobre o consumo e receita, notadamente: ICMS, CIDE-Combustíveis, Contribuição ao PIS e COFINS, ISS e IPI. O mesmo princípio foi mantido em relação ao IBS, à CBS e ao próprio Imposto Seletivo.”

Não há dúvida de que as exportações devem ser totalmente desoneradas, para que as empresas nacionais não sejam obrigadas a exportar tributos junto com seus serviços e produtos, os quais, por sua vez, serão em geral tributados nos países importadores.

Um exemplo relevante é a não incidência das contribuições do PIS e da COFINS nas atuais exportações de serviços de reparo naval, conforme imunidade prevista na Constituição Federal [4], e cuja legislação infraconstitucional prevê a desoneração “à prestação a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, com ingresso efetivo de divisas”[5]. O mesmo critério deve ser aplicado ao IBS e a CBS, respeitando-se o conceito de exportação.

O princípio tributário da desoneração das exportações é reforçado em precedentes do Supremo Tribunal Federal, visando proteger as empresas brasileiras de consequências adversas no comércio internacional, como exemplificado no trecho de decisão judicial abaixo:

(...) A intenção plasmada na Carta Política é a de desonrar as exportações por completo, a fim de que as empresas brasileiras não sejam coagidas a exportarem os tributos que, de outra forma, onerariam as operações de exportação, quer de modo direto, quer indireto[6].

Esse tratamento tributário beneficia estaleiros e empresas brasileiras de manutenção naval, proporcionando-lhes maior competitividade em relação aos concorrentes internacionais, alinhando-se aos objetivos da reforma: neutralidade, transparência e simplificação.



Segundo o relatório anual de 2023 da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços[7], o comércio mundial de serviços alcançou US\$ 7,5 trilhões em 2023.

Em 2023, o Brasil foi apenas o 35º maior exportador de serviços, com uma ínfima participação de 0,6% nas transações globais do setor.

Esse dado demonstra a atual irrelevância do Brasil nas exportações de serviços, sendo que qualquer movimento do Fisco brasileiro que venha a onerar os serviços destinados ao exterior, tornará ainda mais irrelevante tal participação.

Não se tem notícia de que outros países adotem a tributação sobre a exportação de serviços. Tal prática contraria a lógica adotada no comércio internacional, que visa estimular a competitividade das empresas nacionais no mercado global, sendo usualmente observada a desoneração fiscal das exportações, inclusive de serviços, como forma de evitar a bitributação e de preservar a neutralidade tributária.

Não há como ignorar ainda o contexto social e econômico: as exportações têm impacto direto e essencial na economia do país, ao promoverem o ingresso de divisas, possibilitarem a participação do Brasil na “cadeia global de valor” e contribuírem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, gerando emprego, renda e desenvolvimento.

[1] Art. 156-A. Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

(...)

III - não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço, observado o disposto no § 5º, III

[2] <https://trade.ec.europa.eu/access-to-markets/en/faqs/what-does-mode-supply-services-mean>

[3] Art. 80. Para fins do disposto no art. 79 desta Lei Complementar, considera-se exportação de serviço ou de bem imaterial, inclusive direitos, o fornecimento para residente ou domiciliado no exterior e consumo no exterior.

§ 1º Considera-se ainda exportação:

I - a prestação de serviço para residente ou domiciliado no exterior relacionada a:

a) bem imóvel localizado no exterior;

b) bem móvel que ingresse no País para a prestação do serviço e retorno ao exterior após a sua conclusão, observado o prazo estabelecido no regulamento

[4] Artigo 149.

§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo:

I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação;

[5] Leis 10833/2003 e 10637/2002, artigos 6º

[6] Recurso Extraordinário 627815, Relatora: Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno

[7] <https://balanca.economia.gov.br/balanca/servicos/relatorio/relatorio-servicos-2023.pdf>

Renato Sodero Ungaretti é advogado formado pela PUC/SP e especialista em direito tributário pela Fundação Getúlio Vargas.

Maria M. Santana Pereira é advogada formada pela Universidade Metodista de São Paulo e especialista em direito tributário pela PUC/MG e pelo Insper.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 11/11/2025

NA COP 30, COSTA FILHO DEFENDE COMPROMISSO COM DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Da Redação Portos e logística 10/11/2025 - 21:50



O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou em discurso nesta segunda-feira (10), na abertura do Espaço do Desenvolvimento, na Green Zone da COP 30, em Belém (PA), a importância de integrar os modais portuário e hidroviário à agenda climática global. Ele disse que o Brasil tem papel estratégico na redução de emissões e na promoção de uma infraestrutura verde e eficiente.

Costa Filho antecipou que, ao longo da conferência, serão apresentadas novas iniciativas voltadas à modernização e descarbonização do setor. "O Brasil tem condições de liderar a transição energética do transporte mundial, unindo sustentabilidade, eficiência e geração de empregos verdes", afirmou o ministro.

Costa Filho explicou que o estande da CNT tem como objetivo promover discussões sobre a transição energética e o combustível do futuro, além de abordar temas específicos nas áreas de navegação e aviação. E citou como exemplo o SAF, combustível sustentável que representa uma das principais apostas do setor para reduzir emissões.

O Espaço do Desenvolvimento é promovido pelo Sistema Transporte, formado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Instituto de Transporte e Logística (ITL) em cooperação com o MPor e o Ministério dos Transportes.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 10/11/2025

ABRATEC PEDE ANULAÇÃO DE EDITAL PARA CESSÃO DE ÁREA EM SANTOS; APS DESTACA LEGALIDADE DO PROCESSO

Da Redação Portos e logística 10/11/2025 - 21:28



A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) protocolou um pedido de impugnação contra o edital de licitação da Autoridade Portuária de Santos (APS) que prevê a cessão onerosa de uma das últimas áreas públicas de caráter operacional ainda disponíveis na margem direita do Porto de Santos (SP). Segundo a entidade, o redirecionamento do espaço de 260.000 metros quadrados (m^2) para a implantação de um condomínio logístico, em vez de ampliar a capacidade de movimentação de contêineres, viola o Plano de



Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto, aprovado em 2020. A APS destacou a legalidade do processo e que a controvérsia está em uma interpretação que não captura a distinção primordial entre áreas portuárias.

Na avaliação da Abratec, essa intenção ameaça o futuro operacional do complexo portuário em um momento em que a demanda cresce de forma consistente e já se aproxima do limite da infraestrutura instalada. O argumento é que o edital da APS se distancia de critérios essenciais de planejamento e de gestão pública, deixando de observar exigências técnicas, regulatórias e legais.

A associação entende que a condução do certame impõe riscos graves à lógica de desenvolvimento portuário. A Abratec alega que o edital foi lançado sem apresentação de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) e a necessária participação social em audiência pública capazes de demonstrar que o empreendimento proposto atende ao interesse público ou que representa a melhor alternativa para o uso da área.

“Uma iniciativa dessa natureza não pode prescindir de critérios técnicos, planejamento e aderência ao marco regulatório. A destinação inadequada de uma área tão estratégica, que representa o equivalente a um terço da área total destinada ao Tecon Santos 10, coloca em risco o futuro do Porto de Santos e prejudica o interesse público. A revisão imediata é indispensável”, afirmou o diretor executivo da Abratec, Caio Morel.

A Abratec aponta ainda que a APS deixou de submeter a proposta à validação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), conforme etapa obrigatória quando há alteração relevante na destinação de áreas portuárias. A associação questiona ainda o prazo definido pelo edital, de 22 dias, entre a publicação e a entrega das propostas, que considera exíguo, para um projeto com investimentos estimados em mais de R\$ 1 bilhão.

Para a Abratec, esse intervalo impede que potenciais interessados realizem análises aprofundadas, modelagens financeiras ou estudos consistentes para formulação de propostas competitivas, o que compromete a isonomia e a integridade do processo licitatório. A entidade cobra ainda Estudos de Impacto de Tráfego ou de Vizinhança, levando em conta que o condomínio logístico projetado gerar grande aumento no fluxo de caminhões em uma região já saturada e com acessos terrestres operando no limite.

A APS lançou, no final de outubro, dois editais para cessão onerosa de duas áreas para construção de dois condomínios logísticos, com pátios de caminhões, em um total de 877 vagas. Os terrenos estão localizados na região entre a Alemao e o Saboó, em Santos, e em Conceiçãozinha, no Guarujá, com área superior a 400.000 metros quadrados (m²), somados. Parte do espaço será utilizada para serviços de apoio à operação portuária.

No terreno de Santos, o projeto abrange a implantação e operação de um condomínio logístico para atender de forma integrada duas frentes de atuação. Uma delas um ‘truck center’ e serviços voltados ao motorista e veículo, destinados à organização do fluxo de entrada e saída de caminhões e ao atendimento das demandas operacionais. Terá de 121.000 m², prevendo, no mínimo, 460 vagas. Também contará com serviços voltados às cargas e contêineres, direcionados à manutenção, certificação, transformação, locação, compra e venda de contêineres, contribuindo para a eficiência e sustentabilidade da cadeia logística. Terá também 121.000 m².

O terreno fica na Avenida Augusto Barata, na altura do terminal da BTP, no lado oposto da via perimetral. A APS destacou que a localização proposta, inserida no cluster de contêineres da margem direita do Porto de Santos, reforça o papel estratégico do empreendimento, uma vez que a área se situa próxima aos eixos rodoviários estruturantes de acesso portuário e a terminais de contêineres (Marimex, BTP e o futuro Tecon Santos 10, além dos depósitos da Via Anchieta). Para a autoridade portuária, essa condição possibilita elevada sinergia operacional, ao concentrar atividades logísticas complementares em zona de influência direta do porto.



Em nota enviada à Portos e Navios, a APS enfatizou a legalidade e a visão estratégica do Edital de Cessão de Uso Onerosa para o Condomínio Logístico e Truck Center (CLMD). A estruturação do certame está alinhada aos princípios de eficiência, competitividade e, fundamentalmente, à correta aplicação do arcabouço normativo que rege o setor portuário brasileiro e o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ).

Para a autoridade portuária a controvérsia está em uma interpretação que não captura a distinção primordial entre áreas portuárias. A APS destacou que o CLMD não é diretamente destinado à movimentação ou armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes do transporte aquaviário. "O empreendimento é, em sua essência, uma plataforma de suporte logístico terrestre, focado na ordenação do fluxo de caminhões (Truck Center) e na oferta de serviços acessórios ao ciclo do contêiner", ressaltou.

A APS entende que a exigência do regime de arrendamento portuário à afastada devido à ausência de interface direta com instalações de acostagem (cais). A autoridade portuária citou precedentes institucionais, como a conversão do contrato da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS) para o modelo de cessão, como demonstração de que a natureza do uso pretendido e a localização do ativo são os pilares para sua classificação, e não a mera menção no PDZ.

A decisão de destinar a área para o CLMD, salientou a APS, é plenamente compatível com as diretrizes do PDZ, que não deve ser visto como um conjunto de restrições rígidas. O planejamento setorial prevê que as destinações pretendidas "não possuem caráter de obrigatoriedade ou restrição", devendo ser avaliadas caso a caso. Acrescenta que a implantação de "áreas para estacionamento" é um uso acessório previsto no PDZ.

A autoridade portuária frisou que age em busca da racionalidade logística imediata, visando descomprimir os acessos viários. E que essa visão de longo prazo é garantida pela inclusão, no contrato, de uma cláusula de reserva técnica de espaço para a futura interligação ferroviária entre os terminais BTP e Tecon Santos 10. "Esta medida preserva um corredor estratégico, assegurando que o empreendimento se mantenha coerente com a expansão multimodal prevista e eliminando riscos de reengenharias futuras", afirmou.

A APS defendeu que o edital adota salvaguardas rigorosas, como a restrição de participação a operadores de contêineres e a exigência de Plano de Garantias de Neutralidade e Acesso (PGNA). E que tais cláusulas não representam uma contradição jurídica, mas sim uma prudência regulatória fundamental. "A área, devido à sua proximidade crítica aos gates dos principais terminais, é reconhecida como um ativo sistêmico ou infraestrutura essencial de apoio terrestre. O controle desse ativo por um agente verticalizado criaria um risco sistêmico de fechamento de mercado (foreclosure), ameaçando a isonomia e a eficiência de todo o cluster", justificou a APS.

A autoridade portuária considera que as restrições atuam como remédios estruturais preventivos e asseguram que o CLMD opere sob o princípio FRAND (Fair, Reasonable and Non-Discriminatory), garantindo que todos os transportadores tenham acesso aberto e isonômico. "A APS, ao impor essas regras, age em benefício do usuário final e da competitividade sistêmica do porto, um dever constitucional de preservação da ordem econômica", finalizou a autoridade portuária em seu comunicado.

Nota da Redação: Matéria atualizada para acréscimo do posicionamento da APS.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/11/2025





INFORMS

INFORMATIVO - MERCO SHIPPING

Edição: 175/2025
Página 75 de 75
Data: 11/11/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 11/11/2025